

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**DEPARTAMENTO DE DIREITO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Aline Ávila Ferreira dos Santos**

**Dano reflexo ou por ricochete: aspectos jurídicos e possibilidade de reparação**

**Florianópolis/SC**  
**2012**

Aline Ávila Ferreira dos Santos

Dano reflexo ou por ricochete: aspectos jurídicos e possibilidade de reparação

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Professor Doutor Rafael Peteffi da Silva

Florianópolis/SC

2012

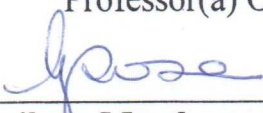
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO


TERMO DE APROVAÇÃO

A presente monografia intitulada "**Dano Reflexo ou por Ricochete: aspectos jurídicos e possibilidade de reparação**", elaborada pelo(a) acadêmico(a) **Aline Avila Ferreira dos Santos**, defendida em **06/12/2012** e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 ( dez ), sendo julgada adequada para o cumprimento do requisito legal previsto no artigo 9. da Portaria n. 1886/94/MEC, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução n. 003/95/CEPE.

Florianópolis, 6 de Dezembro de 2012

  
\_\_\_\_\_  
**Rafael Peteffi da Silva**  
Professor(a) Orientador(a)

  
\_\_\_\_\_  
**Leilane Mendonça Zavarizi da Rosa**  
Membro de Banca

  
\_\_\_\_\_  
**Denise Pinheiro**  
Membro de Banca

## AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao professor *Rafael Peteffi da Silva* pela dedicação à orientação deste trabalho, estando presente desde a escolha do tema até a formulação das últimas conclusões. Ainda, agradeço-lhe o fato de ter revelado quão interessante se apresenta a responsabilidade civil, incentivando-me a sua pesquisa.

Igualmente, agradeço pelo companheirismo e carinho aos meus queridos amigos, sejam aqueles mais antigos, dos tempos de colégio: *Augusto, Bruna, Fernanda*, sejam aqueles que fiz ao longo destes cinco anos de graduação: *Elysa, Débora, Paula, Guilherme e José Guilherme*; todos tão importantes para mim.

Ainda, agradeço a meus *pais* o apoio e carinho.

Por fim, mas não com menor importância, muito pelo contrário, agradeço a minha querida irmã gêmea, *Márcia*, a compreensão e o carinho desde sempre...

## RESUMO

O presente trabalho tem por principal objetivo a análise dos danos reflexos ou por ricochete, enquanto categoria específica de danos, apresentando-se seus aspectos jurídicos e, ainda, as discussões que podem ser suscitadas no que concerne à possibilidade de serem indenizados. Para tanto, em um primeiro momento, será examinada a evolução da responsabilidade civil, a consequente reprogramação de sua função e suas repercussões, bem assim a disciplina legislativa concedida à matéria pelo Código Civil de 2002. Em seguida, fixar-se-á a modelagem jurídica triangular característica dos danos reflexos ou por ricochete, com o objetivo de suprir a carência de clareza conceitual que atualmente circunda o instituto. Ainda, proceder-se-á ao exame dos desenvolvimentos doutrinários e jurisprudenciais relacionados com a norma contida no artigo 948 do Código Civil, porquanto o seu suporte fático constitui o denominado *caso clássico*, tendo em vista se tratar de única espécie de dano reflexo ou por ricochete estudada e desenvolvida em âmbito nacional. Em um segundo momento, após o estabelecimento dos parâmetros indenizatórios relacionados ao artigo 948 do Código Civil, buscar-se-ão novas hipóteses de danos reflexos ou por ricochete indenizáveis, iniciando-se pelas conexões com um dos conteúdos eficientes próprios do princípio da função social do contrato, isto é, a flexibilização do princípio da relatividade dos efeitos contratuais, além de outros casos fundados na teoria geral da responsabilidade civil, obedecida a uma divisão sistemática entre o dano patrimonial reflexo e o extrapatrimonial; ademais, far-se-á um breve exame do dano ambiental individual, reflexo ou por ricochete. Posteriormente, em um terceiro momento, serão colocados em discussão os elementos ou requisitos da responsabilidade civil e suas implicações com a categoria dos danos reflexos ou por ricochete, a fim de definir qual destes elementos se apresenta como óbice ou, ao menos, como fator de (de)limitação à reparação dos danos reflexos ou por ricochete. Em sequência, serão analisadas as teorias sobre o nexo de causalidade, problematizando-as com a possibilidade de reparação do dano por ricochete. Por fim, com o fito de corroborar a aceitação da ressarcibilidade dos danos reflexos ou por ricochete à luz do ordenamento jurídico brasileiro, proceder-se-á a um rigoroso delineamento desta categoria específica de danos, o que perpassará pelo destaque das características fundamentais do dano reflexo ou por ricochete, dos critérios que podem/devem ser utilizados para limitar sua ressarcibilidade e, ainda, por questões outras, de ordem prática, relacionadas ao tema.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil. Evolução e Função. Dano Reflexo ou por Ricochete. Elementos ou Requisitos da Responsabilidade Civil. Possibilidade de Reparação. Critérios para Reparação.

## RÉSUMÉ

Cette étude a pour objectif principal d'analyser les dommages par ricochet ou réfléchis, comme catégorie spécifique de dommages, en présentant leurs aspects juridiques ainsi que les débats/difficultés qui peuvent surgir en ce qui concerne la possibilité d'être indemnisés. Par conséquent, dans un premier temps, on examinera l'évolution de la responsabilité civile, la conséquente reprogrammation de sa fonction et ses répercussions, ainsi que la discipline législative donnée à ce domaine du droit par le Code Civil de 2002. Ensuite, on déterminera la modélisation juridique triangulaire typique des dommages réfléchis ou par ricochet, dans le but de combler le manque de clarté conceptuelle qui entoure actuellement l'institut. En outre, on procédera à l'examen des développements doctrinaux et jurisprudentiels relatifs à la norme énoncée dans l'article 948 du Code Civil, car son fondement factuel constitue le « *cas classique* », puisqu'il s'agit de la seule espèce de dommage réfléchi ou par ricochet étudiée et développée dans notre pays. En deuxième lieu, après avoir établi les paramètres d'indemnisation qui se rapportent à l'article 948 du Code Civil, on explorera de nouvelles hypothèses de dommages réfléchis ou par ricochet indemnisables ; cette étude commencera par les liens entre les dommages réfléchis ou par ricochet et un des contenus propres au principe de la relativité des effets contractuels, en plus d'autres cas fondés sur la théorie générale de la responsabilité civile, ce qui sera fait à partir d'une division systématique entre le dommage patrimonial réfléchi et le dommage moral réfléchi ; par ailleurs, on fera une brève analyse du dommage environnemental individuel, réfléchi ou par ricochet. Puis, en troisième lieu, on discutera les conditions de la responsabilité civile et leurs implications avec la catégorie des dommages réfléchis ou par ricochet afin de définir laquelle de ses conditions se présente comme obstacle, ou, du moins, comme facteur de (dé)limitation à l'indemnisation du dommage par ricochet. Puis, on analysera les théories doctrinales du lien de causalité, en les discutant avec la possibilité de réparation du dommage réfléchi ou par ricochet. Enfin, en vue de corroborer l'admission de la possibilité de réparation des dommages réfléchis ou par ricochet à la lumière du droit brésilien, on procédera à une conceptualisation rigoureuse de cette catégorie spécifique de dommages, en mettant en évidence ses caractéristiques fondamentales, les critères qui peuvent/doivent être utilisés pour restreindre le droit à leur réparation et aussi d'autres questions pratiques liées au thème.

**Mots-clés :** Responsabilité Civile. Évolution et Fonction. Dommage par Ricochet ou Réfléchi. Les Conditions de la Responsabilité Civile. Possibilité de Réparation. Les Conditions de la Réparation.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL E OS DANOS REFLEXOS.....	12
1.1 Evolução da Responsabilidade Civil e a Reprogramação de sua Função .....	12
1.2 A Responsabilidade Civil no Código Civil de 2002 e o Dano por Ricochete.....	19
1.3 Noções Preliminares e o Denominado <i>Caso Clássico</i> do Dano Reflexo ou por Ricochete .....	22
2 AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DO DANO REFLEXO OU POR RICOCHETE .....	34
2.1 Responsabilidade Contratual, Função Social do Contrato e Novas Hipóteses de Dano Reflexo ou por Ricochete .....	34
2.1.1 Efeitos Reflexos do Inadimplemento Contratual a Novas Possibilidades de Dano por Ricochete .....	38
2.1.2 A Teoria do Terceiro Cúmplice e Dano Reflexo ou por Ricochete .....	40
2.1.3 Outros Casos.....	41
2.2 Casos Fundados na Teoria Geral da Responsabilidade Civil.....	44
2.2.1 Dano Extrapatrimonial Reflexo.....	44
2.2.2 Dano Patrimonial Reflexo ou por Ricochete.....	51
2.2.2.1 <i>Diálogo com a Legislação Portuguesa</i> .....	52
2.2.2.1 <i>Casos Esparsos na Jurisprudência Brasileira</i> .....	55
2.3 Casos Fundados em Outras Normas Expressas: Dano Ambiental Individual, Reflexo ou por Ricochete.....	56
3. OS DANOS REFLEXOS OU POR RICOCHETE E OS ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....	59
3.1 Delineamento Contemporâneo da Responsabilidade Civil e a Reprogramação de seus Elementos .....	59

3.2 Ressarcibilidade do Dano Reflexo: um problema de causalidade ou de configuração do dano. ....	64
3.3 As Teorias do Nexo de Causalidade e a Possibilidade de Reparação do Dano Reflexo ou por Ricochete.....	69
4 ASPECTOS CENTRAIS E ACEITAÇÃO DA RESSARCIBILIDADE DOS DANOS REFLEXOS OU POR RICOCHETE.....	80
4.1 Definição e Características do Dano Reflexo ou por Ricochete e a Aceitação de sua Ressarcibilidade pelo Direito Brasileiro.....	80
4.2 Alguns Critérios à Reparação do Dano Reflexo.....	86
4.3 Aplicação Prática da Categoria dos Danos Reflexos ou por Ricochete .....	88
CONCLUSÃO .....	91
BIBLIOGRAFIA .....	96



## INTRODUÇÃO

A responsabilidade civil se constitui como importante ramo jurídico, apresentando-se sobremodo sensível às mudanças/alterações sociais. De fato, em seu âmbito, entrecruzam-se reflexões morais, problemas sociais e econômicos, bem com as demandas deles decorrentes.

É possível afirmar que, mais do que qualquer outro ramo do direito civil, a responsabilidade civil - que se propõe a apuração daquele(s) a quem devem ser atribuídas as consequências adversas de um dano causado a outrem - trabalha como o direito cotidiano, com as necessidades práticas, o que faz com a jurisprudência ganhe especial importância no delineamento dos contornos deste rico instituto.

Neste contexto, como expressão desta riqueza, vale dizer, da diversidade de situações abrangidas por este instituto jurídico, destacam-se os danos reflexos ou por ricochete - categoria de danos que já se encontra presente em demandas submetidas à apreciação do Poder Judiciário -, embora careça de maiores discussões.

Neste particular, mister ressaltar que essa categoria específica de danos ainda não foi objeto de grande estudo e problematização pela doutrina brasileira. Há, nesse sentido, até uma dificuldade em se encontrar definições e conceitos claros, que possibilitem a identificação dos danos reflexos como categoria jurídica autônoma.

Em geral, os comentários e lições acerca do tema se restringem a análises casuísticas, sendo o exemplo mais característico o da indenização a ser concedida aos parentes próximos da vítima inicial em casos de homicídio, tendo em vista a disposição expressa no artigo 948 do Código Civil brasileiro: “Art. 948. No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações: I - no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família; II - na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.”

Com efeito, o presente trabalho tem como escopo, em um sentido amplo, analisar as hipóteses em que pode ser visualizada a categoria dos danos reflexos ou por ricochete, a fim de elucidar seus contornos, características, bem assim as controvérsias que suscitam. O objetivo traçado para este trabalho é, desse modo, o exame aprofundado desta modalidade de danos, especialmente no que se refere à possibilidade de sua reparação à luz do ordenamento jurídico brasileiro.

A fim de concretizar o desígnio a que se propõe o presente trabalho, procedeu-se à sua divisão em quatro seções ou quatro capítulos principais, por meio dos quais se pretende apresentar a atualidade teórica em se desenvolver o tema e, ademais, a motivação prática em torno de sua escolha.

O primeiro capítulo versará (*Evolução da Responsabilidade Civil e os Danos Reflexos*), em linhas gerais, acerca da evolução do instituto da responsabilidade civil e suas respectivas repercussões dogmáticas. De fato, em um primeiro momento, proceder-se-á ao exame da origem da responsabilidade civil, destacando-se o momento em que se desvinculou da responsabilidade penal, perpassando pelos seus delineamentos modernos até a concepção contemporânea deste instituto e, portanto, de seus atuais contornos e finalidades. Em seguida, com o intuito de estabelecer a disciplina legislativa da responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro, observar-se-ão as disposições do Código Civil de 2002 pertinentes à matéria, evidenciando-se as alterações em relação ao diploma de 1916, bem como os desenvolvimentos doutrinários acerca destas alterações. Por fim, adentrando-se especificamente na temática que é objeto do trabalho, isto é, os danos reflexos ou por ricochete, demonstrar-se-á que, em algumas situações, os danos causados a determinadas vítimas podem refletir, atingindo a esfera jurídica de outrem. Ainda, serão analisadas algumas características dessa modalidade de danos, atentando-se para o fato de haver expressa disciplina normativa sobre a matéria, vale dizer, o artigo 948 do Código Civil de 2002.

No segundo capítulo (*As Diversas Manifestações do Dano Reflexo*), a partir do estudo de algumas decisões judiciais e, igualmente, de excertos doutrinários, indagar-se-á acerca da possibilidade de reparação de danos reflexos ou por ricochete em hipóteses que destoem do caso denominado de *clássico*. Destarte, em uma abordagem inicial, serão apresentadas algumas considerações gerais sobre responsabilidade contratual, a fim de investigar suas implicações em relação aos danos reflexos ou por ricochete, com vistas à ampliação das hipóteses desta modalidade de dano como indenizáveis. A pretendida análise será pautada pelos princípios informadores da contemporânea disciplina contratual. Em seguida, serão analisadas as manifestações do dano reflexo ou por ricochete fundadas na teoria geral da responsabilidade civil, procedendo-se a uma divisão sistemática entre os danos extrapatrimoniais reflexos e os patrimoniais reflexos. Por fim, far-se-á uma breve exposição quanto ao dano ambiental individual, reflexo ou por ricochete, demonstrando-se as suas peculiaridades.

O terceiro capítulo (*Os Danos Reflexos ou por Ricochete e os Elementos da Responsabilidade Civil*), por sua vez, propõe-se a uma análise dos elementos ou requisitos tradicionais da responsabilidade civil, quais sejam a culpa, o nexo de causalidade e o dano, bem assim de suas implicações em relação à categoria dos danos reflexos ou por ricochete. O estudo iniciará pela repercussão da evolução da responsabilidade civil sobre seus elementos, mormente em relação ao nexo de causalidade e ao dano. Em seguida, a partir de uma elucidação sobre os elementos do dano e sobre funções desempenhadas pelo nexo de causalidade, buscar-se-á definir qual destes elementos se apresenta como óbice ou, ao menos, como fator de (de)limitação à reparação dos danos reflexos ou por ricochete. Ao final, serão analisadas as teorias sobre o nexo de causalidade, problematizando-as com a possibilidade de reparação do dano por ricochete.

O quarto capítulo (*Aspectos Centrais e Aceitação da Ressarcibilidade dos Danos Reflexos ou por Ricochete*), por fim, após ter sido apresentada a diversidade inerente à temática dos danos reflexos ou por ricochete (segundo capítulo) e, em seguida, suas implicações em relação aos elementos ou requisitos da responsabilidade civil (terceiro capítulo), tem por objetivo o delineamento desta categoria específica de danos. Desse modo, o estudo a ser desenvolvido neste quarto capítulo perpassará pelo destaque das características fundamentais do dano reflexo ou por ricochete, dos critérios que podem/devem ser utilizados para limitar sua ressarcibilidade e, ainda, por questões outras, de ordem prática, relacionadas ao tema.

Saliente-se, enfim, que a metodologia do trabalho proposto pauta-se pelo método de abordagem dedutivo, porquanto se estabelecerá uma relação lógica entre as proposições apresentadas, com o fito de corroborar a validade da conclusão. A técnica de pesquisa, a seu turno, cinge-se à análise bibliográfica, bem como de legislação e jurisprudência.

## 1 EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL E OS DANOS REFLEXOS

### 1.1 Evolução da Responsabilidade Civil e a Reprogramação de sua Função

A responsabilidade civil é, enquanto ramo do direito que disciplina as obrigações advindas da quebra de um dever preexistente<sup>1</sup>, cujo objetivo consiste na apuração daquele(s) a quem devem ser atribuídas as consequências adversas de um dano causado a outrem, a despeito de todas as outras temáticas relacionadas ao direito civil, destinatária constante de influxos sociais. Sobre a finalidade das obrigações dela decorrentes, numa abordagem inicial, é importante assinalar que

[...] as obrigações de responsabilidade civil têm essencialmente, mas não exclusivamente, uma finalidade estática, de proteção da esfera jurídica de cada pessoa, através da reparação dos danos por outrem causados, tutelando um interesse do credor que se pode chamar de *expectativa na preservação da situação atual* (ou de manutenção do *status quo*). (NORONHA, 2010, p. 459, grifo do autor)

No que concerne ao seu processo evolutivo, necessário se faz evidenciar que, numa primeira fase, a responsabilidade civil era desprovida de qualquer autonomia, confundindo-se com a responsabilidade penal e/ou religiosa - noções que se entrelaçavam. Somente com o desenvolvimento da idéia de vingança privada – *vendetta* – e, sobretudo, após a concepção de modos de composição pecuniários e de penas privadas, apareceram as primeiras manifestações de reparação civil.<sup>2</sup>

Ainda assim, a responsabilidade civil esteve vinculada à penal até a concepção do Estado Moderno. Neste particular, saliente-se que

---

<sup>1</sup> Nessa linha, “Em seu sentido etimológico, responsabilidade exprime a idéia de obrigação, encargo, contraprestação. Em sentido jurídico, o vocábulo não foge dessa idéia. Designa o dever que alguém tem de reparar o prejuízo decorrente da violação de um outro dever jurídico. Em apertada síntese, responsabilidade civil é um dever jurídico sucessivo que surge para recompor o dano decorrente da violação de um dever jurídico originário.” (CAVALIERI, 2012, p. 2)

<sup>2</sup> Segundo leciona Fernando Noronha (2010, p. 553), após essa fase de completa identificação entre a responsabilidade penal/religiosa e civil, houve uma evolução no sentido da laicização, momento em que o clã familiar tornou-se competente pelo desforço das ofensas (fase da *vendetta*). Outro progresso deu-se com o Talião, tendo em vista a previsão de reciprocidade, apesar de hoje parecerem abomináveis as suas disposições. Prossegue o autor, afirmando que a especificidade da reparação civil só começou a se delinear com fixação de multas em dinheiro, as quais revertiam, no todo ou em parte, ao lesado, bem assim com a noção de composições negociadas – já previstas na Lei das XII Tábuas.

[...] mesmo então a responsabilidade civil permanecia confundida com a penal, ou melhor, era absorvida por esta. A total distinção entre ambas só se impôs muito mais tarde, quando, nos séculos que se sucederam a Idade Média (e em especial no século XVIII, ao tempo do Iluminismo que precedeu a Revolução Francesa) se assistiu à construção do Estado moderno. Foi só então que se assistiu à publicização da responsabilidade penal e à privatização da responsabilidade civil. (NORONHA, 2010, pp. 553-554)

Com desenvolvimento e emancipação da responsabilidade civil em relação à responsabilidade penal, cujo mérito deve ser reconhecido aos juristas da escola chamada de Direito Natural (dos séculos XVII e XVIII), a culpa tornou-se seu elemento fundamental, tendo em vista, dentre outros fatores, a forte influência do direito canônico.

Nesse sentido, no século XIX, na seara da responsabilidade civil, consolidou-se o seguinte postulado: *não há responsabilidade sem culpa*. Com efeito, para que surgisse a obrigação de indenizar, a mera lesão a direito de outrem não se mostrava suficiente, deveria estar presente, como elemento fundamental, a culpa ou o dolo do responsável.

Sobre este novo delineamento da responsabilidade civil, dito moderno, acrescente-se:

Foi [...] a escola jusracionalista [de Direito Natural] que teve o mérito de delinear o instituto da responsabilidade civil em termos modernos, como mera obrigação de reparar danos. Essa obrigação poderia resultar do inadimplemento de negócios jurídicos, ou da violação de deveres gerais, mas em ambos os casos ela era encarada como uma responsabilidade essencialmente subjetiva (ou culposa), enfatizando-se a necessidade de haver uma conduta censurável, para que surgisse. (NORONHA, 2010, p. 557)

A culpa, destarte, consistia na categoria nuclear da responsabilidade civil concebida pelos juristas da Modernidade. Isso porque a ideologia liberal e individualista - dominante à época – trouxe a necessidade da concepção de um sistema de responsabilidade que se fundasse no mau uso da liberdade individual, tendo em vista que, para controle dessa liberdade, mostravam-se impróprios os sistemas de responsabilidade coletiva e vingança familiar, que predominaram no Medievo europeu. (SCHEREIBER, 2011, pp. 12-13)

Fez necessário, portanto, a

[...] construção de um sistema de responsabilidade moderno, puramente civil, desvinculado da tradição medieval, e fundado não na violação de normas penais expressas, mas no ilegítimo exercício da liberdade individual, identificado, desde logo, e de forma exclusiva, com a noção de culpa. Na consagrada lição da doutrina

francesa, a pedra de toque da responsabilidade civil consiste no ‘uso culpável da liberdade, que moralmente demanda uma sanção’. (SCHEREIBER, 2011, pp. 12-13)

Sob esta perspectiva, o Código Civil de Napoleão, de 1804, símbolo do paradigma do Estado Liberal, consagrou a culpa como fundamento da responsabilidade civil. O artigo 1.382 do referido diploma assim dispõe: “Todo fato qualquer do homem que cause um dano a outrem o obriga, pela culpa por aquilo que aconteceu, a repará-lo” (*tradução livre*).<sup>3</sup> De fato, a filosofia liberal e o humanismo – característicos da época – conduziram à valorização da faceta moral da culpa, a fim de limitar a responsabilidade somente aos atos culposamente praticados. (JOURDAIN, 1992, p. 9)

Nesse sentido,

[...] a responsabilidade civil, baseada nos códigos liberais, também estava intimamente relacionada com a questão moral. Esse caráter moralmente repreensível que deveria ser observado na conduta do responsável pelo dano passava obrigatoriamente pela noção de culpa. Assim, somente o indivíduo que obrasse com negligência, imprudência ou imperícia poderia ser censurado moral e civilmente. É verdade que a responsabilidade civil já se encontrava totalmente separada da responsabilidade penal, mas ainda guardava uma característica comum inegável: a necessidade de ilicitude. (SILVA, 2009, p. 3)

Sobre o Código Francês de 1804, em sua redação original, cumpre ainda acrescentar que o individualismo era sua característica indelével, de modo a inexistir qualquer menção a algum tipo de responsabilidade coletiva ou que não fosse baseada em um ‘indivíduo culpado e responsável’, marca típica de uma sociedade pré-industrial. (SILVA, 2009, p. 3)

Contudo, a partir da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX, o instituto da responsabilidade civil sofreu um grande processo de transformação, em virtude, principalmente, da industrialização da sociedade<sup>4</sup> e, aliado a isso, do aumento de sua complexidade. Esse processo de evolução se operou por meio de um duplo fenômeno: objetivização e coletivização da responsabilidade civil<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> No original: “*Tout fait quelconque de l’homme, qui cause à autrui un dommage, oblige celui par la faute duquel est arrivé, à le réparer*”.

<sup>4</sup> Para NORONHA, “[...] a revolução industrial operou profunda transformação da sociedade. No âmbito do direito da responsabilidade, ela está na origem do crescimento do que designamos de responsabilidade civil em sentido estrito. Este acontece na medida em que a economia agrícola é progressivamente substituída pela indústria e no mesmo passo em que a população deixa o campo, para criar as grandes concentrações urbanas da atualidade [...]”. (2012, p. 563)

<sup>5</sup> Foram os fenômenos de objetivização e coletivização da responsabilidade civil que proporcionaram a inversão do curso da milenar evolução da matéria – “que vinha desde a *lex Aquilia*, no sentido, do lado dos lesantes, da

As causas da referida evolução/transformação podem ser concentradas em três principais, segundo o professor Patrice Jourdain. (1992, pp. 9-11)

A primeira delas consiste na profunda transformação da sociedade ao longo dos séculos XIX e XX - decorrente, sobretudo, da revolução industrial, da mecanização das atividades humanas e, por conseguinte, do progresso tecnológico. De fato, esse panorama contribuiu para a multiplicação e, também, agravamento dos danos, desenvolvendo-se a idéia do dano accidental, anônimo.

Em seguida, o autor cita a valorização da pessoa humana como causa desta transformação. Para isso, afirma que à medida que a atividade humana fora se tornando mais perigosa, houve um crescimento da demanda de ressarcimento dos danos sofridos pelo homem, pelo que a reparação dos danos sofridos tornou-se um direito a ser assegurado a todos. Nesse contexto, a culpa – como fundamento central da responsabilidade civil – apresentou-se insuficiente aos anseios de uma sociedade que caminhava para uma ampliação da reparação dos danos.

A partir disso, o autor apresenta a terceira causa: o desenvolvimento da noção de risco como fundamento da responsabilidade civil, de modo a conceber o seguinte postulado: “não seríamos responsáveis apenas por nossas condutas culposas, mas igualmente pela realização dos riscos que criamos”. (1992, p. 11)<sup>6</sup>

Além das causas citadas acima, importante se faz destacar o papel histórico da jurisprudência nessa evolução. Fato é que foi por meio desta que se operaram as mudanças de paradigmas no que concerne à responsabilidade civil. Nesse ponto, ressalta JOURDAIN que “a jurisprudência é que inaugurou no direito positivo o movimento de extensão da responsabilidade civil, admitindo sua configuração independentemente da noção de culpa”.<sup>7</sup>

Dos fenômenos acima mencionados, merece especial destaque a objetivização da responsabilidade civil, pois, a partir deste novo sistema de responsabilização, todos aqueles traços característicos do sistema liberal e individualista da responsabilidade civil foram fortemente relativizados (SILVA, 2009, p. 3). Sobre o tema, insta acrescentar:

---

exigência de culpa destes e de sua responsabilidade exclusivamente individual e, do lado dos lesados, da reparação apenas dos danos individuais” (NORONHA, 2010, p. 566).

<sup>6</sup> No original: “l’on ne serait pas seulement responsable de ses fautes, mais également de la réalisation des risques que l’on a créés.” (JOURDAIN, 1992, p. 11; *tradução livre*).

<sup>7</sup> No original: “c’est la *jurisprudence* qui a amorcé en droit positif le mouvement d’extension de la responsabilité civile en admettant que la responsabilité pût être engagée indépendamment de toute faute du responsable” (1992, p. 11; *grifo do autor*).

A objetivização da responsabilidade civil representa o rompimento com a sociedade individualista e voluntarista que criou os códigos liberais do século XIX e do começo do século XX. Dessa forma, assim como o dogma da vontade teve de ser relativizado na nova sociedade massificada, rumando para uma objetivização da relação contratual, também o caráter subjetivo da responsabilidade observou suas primeiras contestações. (SILVA, 2009, p. 2)

Além do rompimento com os paradigmas dominantes e também em virtude desse fato, a teoria objetiva da responsabilidade civil conduziu a uma verdadeira inversão do eixo deste instituto: passou-se da preocupação com o caráter culposos da conduta do agente para a reparação do dano.

Consoante assevera Aguiar Dias (1997, p. 16),

[...] como o antigo fundamento da culpa já não satisfaz, outros elementos vêm concorrer para que a reparação se verifique, mesmo em falta daquela. Daí o surto das noções de assistência, de previdência e de garantia, como bases complementares da obrigação de reparar: o sistema de culpa, nitidamente individualista, evolui para o sistema solidarista da reparação do dano.

Sobre a concepção de um sistema solidarista de reparação de dano, não se pode olvidar do segundo fenômeno por meio do qual se operou a evolução da responsabilidade civil, qual seja a sua coletivização – que, em um primeiro momento, decorreu da própria objetivização da responsabilidade civil para, num segundo, contribuir para expansão deste sistema de responsabilização. Nesse sentido,

A coletivização começa por se manifestar no desenvolvimento do *seguro de responsabilidade civil* [...], o qual se torna tanto mais necessário quanto mais avança a responsabilidade independentemente de culpa (ou objetiva). [...] A coletivização, neste aspecto ligado ao seguro de responsabilidade civil, [...], começa sendo consequência da objetivização, para num segundo momento realimentar o movimento em direção a cada vez maior objetivização: ao garantir a reparação dos danos sofridos, ela potencia a evolução da responsabilidade no sentido de progressiva objetivização. (NORONHA, 2010, p. 568; *grifo do autor*)<sup>8</sup>

Impõe destacar, ainda, que apesar de não se poder atribuir às Constituições a inauguração desses novos delineamentos da responsabilidade civil, que se deram por meio da

---

<sup>8</sup> Este é somente um dos aspectos da coletivização da responsabilidade civil apresentados pelo autor; aspecto que foi ressaltado, neste tópico, em virtude de suas vinculações com o fenômeno da objetivização da responsabilidade civil. Outras facetas do referido fenômeno podem ser visualizados no desenvolvimento da ideia de seguridade social, responsabilidade grupal e na possibilidade de reparação de danos transindividuais. (NORONHA, 2010, p. 568-569)



jurisprudência, bem como de leis esparsas que datam do final do século XIX e início do século XX, esses se coadunam com os princípios nelas esboçados. A fim de ilustrar essa afirmação, em relação ao Direito brasileiro, vale destacar:

[...] a responsabilidade objetiva com fundamento na noção de risco, além de estar de acordo com as novas necessidades socioeconômicas, ainda se coaduna com os princípios constitucionais expressos na Constituição Federal de 1988, polarizadas para a valorização do ser humano, que deve reger a aplicação de todas as normas jurídicas. Nesse sentido, o art. 3º, inciso I, da Constituição vigente, apresenta o solidarismo como um dos pilares da República Federativa do Brasil, enquanto que no art. 1º, os incisos III e IV afirmam a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, respaldando a nova concepção do instituto da responsabilidade civil, que não mais se coaduna com o individualismo típico do Estado Liberal, mas como bem asseverou Aguiar Dias, com um sistema solidarista da reparação de danos. (SILVA, 2009, p. 5)

Em linhas gerais, portanto, a evolução da responsabilidade civil culminou na noção atual de que seu verdadeiro fundamento é a quebra do equilíbrio-jurídico provocada pelo dano. Restou afastada, por conseguinte, a tese de que a obrigação de reparar adviria necessariamente da culpa. Dessa maneira, a ampla reparação dos danos se apresenta, hoje, como o escopo a ser perseguido pela responsabilidade civil.

Consoante leciona Antonio Lindbergh C. Montenegro (2001, p. 1),

A teoria da indenização de danos só começou a ter uma colocação em bases racionais quando os juristas constataram, após quase um século de estéreis discussões em torno da culpa, que o verdadeiro fundamento da responsabilidade civil devia-se buscar na quebra do equilíbrio econômico-jurídico provocado pelo dano.

A explicitada evolução ensejou, como já afirmado, a reprogramação da finalidade da responsabilidade civil, a qual deixou de ser aquela de censurar condutas – o que fazia com que a culpa se apresentasse como elemento indispensável à configuração da responsabilidade – para ser a de reparar os danos sofridos pelas vítimas. Com efeito,

A responsabilidade civil passa a cumprir uma renovada função, qual seja, a de reparar os danos sofridos pela vítima, muitos mais do que o de obrigar o agente a indenizar por conta de sua conduta culposa. E isso se deve à tomada de consciência e ao sentimento coletivo a respeito da injustiça de deixar a vítima em uma posição desfavorável em relação ao dano que lhe foi ocasionado, mesmo consciente de que o autor do dano pode não ter atingido de forma a causá-lo culposamente. (MULHOLLAND, 2010, p. 16)

A adoção do paradigma solidarista, além da reprogramação da função da responsabilidade civil - no âmbito ideológico -, operou modificações também nos requisitos tradicionais para sua configuração.

Neste particular, importante afirmar que embora a maioria dos autores indique somente a relativização da culpa enquanto requisito à configuração do dever de indenizar, acredita-se que o desenvolvimento contemporâneo da responsabilidade civil enseja, igualmente, profundas alterações em outros requisitos tradicionais, a saber: o nexo de causalidade e o dano. De fato, a análise dos referidos requisitos sob uma nova perspectiva impõe-se para que o princípio solidarista seja realmente efetivado. (SILVA, 2009, p. 6)

Ainda, acrescenta Rafael Peteffi da Silva (2009, p. 6):

Considerando o que ocorreu com a relativização da culpa, a massificação social vem embasando utilizações alternativas do nexo de causalidade. Em alguns casos os danos são produzidos de maneira tão rápida ou obscura que não se sabe precisar seu real causador, ou os autores do dano são conhecidos, mas não se pode precisar a participação de cada um no prejuízo final. Essa utilização diferenciada da causalidade já originou algumas figuras típicas, como a responsabilidade civil dos grupos, na qual uma certa presunção causal é utilizada para condenar o membro anônimo de um grupo determinado. A mudança de paradigma na seara da responsabilidade civil não poderia deixar de influenciar e ampliar, de forma profunda e significativa, o conceito de dano reparável [...].

Enfim, na medida em que a sociedade se torna mais complexa, surge uma diversificação de situações a serem enfrentadas pelo instituto da responsabilidade civil e, igualmente, uma demanda de novas respostas, as quais deverão pautar-se pelo princípio solidarista.

Por isso, a alusão a esses aspectos iniciais - relativos à teoria geral da responsabilidade civil, sobretudo no que toca a sua evolução e seus contornos contemporâneos - tem relevância a fim de ressaltar que, atualmente, seu escopo consiste na reparação dos danos de forma mais ampla **possível**. Desse modo, para a concretização desta reprogramada função, os tradicionais requisitos ou elementos, sejam eles culpa, nexo de causalidade e dano, também devem ser revistos, sob esta nova perspectiva.

Delineados os atuais contornos da responsabilidade civil – orientados pelo paradigma solidarista -, bem como suas implicações jurídicas, impõe-se uma breve análise do atual diploma civilista – Lei n. 10.406/2002 -, a qual consistirá, em um primeiro momento, no

exame acerca do próprio instituto da responsabilidade civil no Código de 2002 e, em seguida, das disposições pertinentes ao denominado *caso clássico* do dano reflexo ou por ricochete.

## 1.2 A Responsabilidade Civil no Código Civil de 2002 e o Dano por Ricochete

Preliminarmente à análise da responsabilidade civil no Código Civil de 2002, fazem-se necessárias algumas observações sobre o sistema previsto no Código Civil anterior (1916), bem como acerca da origem e concepção do novo diploma civilista.

Segundo Fernando Noronha (2010, p. 559), no que se referia à responsabilidade civil,

[...] o Código Civil de 1916 era tipicamente oitocentista. As concepções que prevaleciam ao tempo de sua elaboração e que, por isso, o influenciaram, foram as descritas na seção anterior: por um lado, a separação entre responsabilidade penal e civil [...]; por outro lado, a ideia de que toda responsabilidade deve ter como fundamento último a culpa; por outro lado ainda, a distinção entre uma responsabilidade contratual e outra extracontratual.

O Código Civil de 2002, por sua vez, resultou de um projeto apresentado no Congresso em 1975 – elaborado por uma comissão de juristas conduzida por Miguel Reale. O referido projeto, após ter sido submetido à Câmara dos Deputados, foi remetido ao Senado, em que foi aprovado em novembro de 1997, com algumas alterações, fato este que impôs o retorno à Câmara, onde foi votado e finalmente aprovado em 2001, convertendo-se na Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

No que concerne à disciplina da responsabilidade civil, embora existam entendimentos dissonantes<sup>9</sup>, verifica-se que o novo Código trouxe inegáveis avanços<sup>10</sup>. Nesse

---

<sup>9</sup>Destaca-se, nesse ponto, a opinião esboçada por Fernando Noronha (2010, p. 574): “[...] temos um Código Novo mas que, quanto à responsabilidade civil, nasce velho. [...] Em geral, pode-se dizer que o Código se limitou a fazer uma atualização (reportada ao final dos anos sessenta do século XX) dos preceitos relativos à responsabilidade civil. Para o efeito, introduziu alguns preceitos novos, em especial o respeitante à responsabilidade objetiva com base no chamado risco de atividade (art. 927, parágrafo único), que antes só era reconhecida através do direito jurisprudencial, e outras vezes suprimiu uns poucos dispositivos, em especial aqueles que ninguém já aplicava [...]”

<sup>10</sup> Neste particular, importante destacar que Miguel Reale – Presidente da Comissão Elaboradora do Projeto do Código Civil – após um ano de vigência do Novo Código Civil, comentando este fato, afirmou: “Em primeiro lugar, logo foi reconhecida a improcedência da alegação de que já teria nascido velho, em virtude de sua longa tramitação no Congresso Nacional. Essa acusação não tinha cabimento, pois não levava em conta que os 25 anos

sentido foi a conclusão esboçada pela doutrina brasileira durante a I Jornada de Direito Civil<sup>11</sup>, a saber: “o novo Código representa, em geral, notável avanço, com progressos indiscutíveis, entendendo a Comissão que não há necessidade de prorrogação da *vacatio legis*.”

Importante destacar, ainda sobre o diploma de 2002, que foi forjado sob uma nova base de princípios ou paradigmas teóricos, superando a concepção formalista e individualista do Código Civil de 1916<sup>12</sup>. Neste contexto, merece destaque a adoção de uma nova técnica legislativa, consistente no estabelecimento de normas abertas, alterando radicalmente o modelo fechado adotado pelo Código Civil anterior (1916).

De fato,

Uma das novidades do Código Civil ora em vigor refere-se, efetivamente, à preferência por *normas jurídicas abertas*, ou seja, com conteúdo amplo, de modo a facilitar sua aplicação pelos operadores do Direito, advogados ou juízes. Essa orientação decorre do abandono do *pandectismo* que presidiu a elaboração do Código revogado, o qual, a exemplo do Código alemão de 1900, prefere operar com categorias estritamente jurídicas, com reduzida referência a preceitos de caráter ético ou social. (REALE, 2006, pp. 2-3, *grifo do autor*)

No que concerne às cláusulas gerais, Judith Martins-Costa, ressaltando a impossibilidade de se indicar um conceito perfeito e acabado, tendo em vista seu caráter multifacetário, assevera serem preceitos jurídicos incompletos. Por isso, ou seja, por sua abstração, as cláusulas gerais detêm “aptidão para recolher os casos que a experiência social contínua e inovadoramente propõe a uma adequada regulação, de modo a ensinar a formação de modelos jurídicos inovadores, abertos e flexíveis”. (1998, pp. 28-29)

Ainda, vale salientar que se trata de uma técnica legislativa característica da segunda metade do século XX, cujo escopo consiste em dar uma resposta a específicos e determinados problemas do cotidiano, afastando-se, portanto, de uma concepção calcada na prévia determinação das hipóteses abstratas – traço marcante da *casuística* (MARTINS-COSTA, 1998, p. 30). A contraposição entre essas duas técnicas legislativas – (i) normas abertas e (ii) casuística – é apresentada por Martins-Costa nos seguintes termos:

---

de elaboração legislativa abrangiam três fases distintas, cada uma delas representativa de um avanço da matéria. Nesse sentido, bastará lembrar que, inicialmente, na Câmara dos Deputados (1975-1984) o Projeto enviado pelo Governo Federal recebeu mais de mil emendas, cujo exame importou em inegável progresso, ficando definitivamente estabelecidas as bases da nova codificação [...]” (2006, p. 1).

<sup>11</sup> A I Jornada de Direito Civil, promovida em Brasília, pelo Centro de Estudos Judiciários – CEJ do Conselho da Justiça Federal – CJF, foi realizada nos dias 12 e 13 de setembro de 2002.

<sup>12</sup> Nesse sentido, destacam-se os princípios da *eticidade*, *socialidade* e *operabilidade* que nortearam a elaboração e que, portanto, informam as disposições do Código Civil de 2002.

A casuística, também dita “técnica da regulamentação por *fattispecie*”, é, portanto, a técnica normativa utilizada nos textos normativos marcados pela especificação ou determinação dos conceitos que compõe a *fattispecie*. Em outras palavras, nas normas formuladas casuisticamente, percebe-se que o legislador fixou, de modo o mais possível completo, os critérios para aplicar uma certa qualificação aos fatos normatizados. [...]. Esse caráter de determinação ou tipicidade que caracteriza a casuística vem sendo apontado como um dos principais, senão o principal fator de rigidez – e por consequência, de envelhecimento –, dos códigos civis. [...]. Em contrapartida, às cláusulas gerais é assinalada a vantagem da mobilidade, proporcionada pela intencional imprecisão dos termos da *fattispecie* que contém [...]. Dotadas de grande abertura semântica, não pretendem as cláusulas gerais dar, previamente, respostas a todos os problemas da realidade, uma vez que estas respostas são progressivamente construídas pela jurisprudência. (MARTINS-COSTA, 1998, pp. 28-29)

Com efeito, infere-se que as cláusulas gerais permitem com que os juristas desempenhem um poder criativo e, dessa maneira, consigam encontrar as soluções concretas em consonância com os valores sociais vigentes, afastando o engessamento do sistema diante das alterações sociais.

Estabelecidas as características e as vantagens das cláusulas gerais enquanto técnica legislativa – que foi adotada pelo Código Civil de 2002 –, destaca-se sua utilização para disciplinar os dois grandes desdobramentos da responsabilidade civil no Direito brasileiro, a saber: (a) a cláusula geral da responsabilidade civil subjetiva – artigo 186 combinado com artigo 927 e (b) a cláusula geral da responsabilidade civil objetiva – parágrafo único do artigo 927. Acrescente-se ser a segunda merecedora de maior relevância, vez que se tratou da primeira vez em que a responsabilidade objetiva foi disciplinada no Código Civil – que antes era regulada através de leis esparsas.<sup>13</sup>

Nesse sentido, Anderson Schreiber (2011, p. 21) considera a cláusula geral da responsabilidade objetiva como a grande inovação trazida pelo Código Civil de 2002, a saber:

Em 2002, o novo Código Civil, tão tímido em outras matérias, consolidou corajosamente a orientação constitucional no campo da responsabilidade civil. Em primeiro lugar, converteu em objetiva a responsabilidade aplicável a uma série de hipóteses antes dominadas pela culpa presumida, como a responsabilidade por fato de terceiro e por fato de animais. Além disso, elegeu a responsabilidade objetiva em novas hipóteses como aquela relativa à responsabilidade empresarial “pelos danos causados pelos produtos postos em circulação (art. 931). Sua maior inovação, todavia, foi prever em seu art. 927 uma cláusula geral de responsabilidade objetiva por atividades de risco [...].

<sup>13</sup> Citam-se, como exemplo, a Lei de Estradas de Ferro (Decreto n. 2.681/12), o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei n. 7.565/86), o Decreto n. 24.687/34 (sobre Acidentes de Trabalho) e a Lei 6.453/77 – relativa às atividades nucleares.

Por fim, no que toca à temática que é objeto deste trabalho, vale dizer, os danos reflexos ou por ricochete, evidencia-se a inclusão da expressão “*sem excluir outras reparações*” à redação do *caput* do artigo 1.537 do Código Civil de 1916, ao qual corresponde o atual artigo 948 do Código Civil, o que se coaduna com as características acima apontadas, pois representou uma abertura semântica do dispositivo, de modo a ser possível o enquadramento de novas situações. Desse artigo, conforme será exposto a seguir, extrai-se o denominado *caso clássico* do dano reflexo ou por ricochete.<sup>14</sup>

### **1.3 Noções Preliminares e o Denominado *Caso Clássico* do Dano Reflexo ou por Ricochete**

Consoante amplamente debatido nas subseções acima, a responsabilidade civil conta, atualmente, como uma nova função: a reparação dos danos de forma mais ampla possível, de modo a ser este, o dano, o elemento de maior relevância. É justamente neste fato que surge a importância do tema para os danos reflexos ou por ricochete, pois, estabelecida essa premissa de ampla reparação, reconhece-se a ressarcibilidade deste tipo de dano, ainda que de forma não indiscriminada. O assunto será abordado mais aprofundadamente ao longo do trabalho.

De início, importante se faz delinear alguns aspectos que permitam uma visão preliminar do instituto. Segundo o professor Fernando Noronha (2010, p. 603), o dano reflexo ou por ricochete “é aquele que atinge outras pessoas, por estarem ligadas àquela que é vítima imediata de um determinado fato lesivo: essas outras pessoas serão vítimas mediatas”.

---

<sup>14</sup> O artigo 1.537 do Código Civil de 1916 assim dispunha:

Art. 1.537 - A indenização, no caso de homicídio, consiste:

I - no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família;

II - na prestação de alimentos às pessoas a quem o defunto os devia.

Ao passo que artigo correspondente, no atual Código Civil, dispõe:

Art. 948. No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações:

I - no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família;

II - na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

A par dessa definição, não se encontra na doutrina, sobretudo na doutrina nacional, conceitos muito claros ou precisos acerca desta categoria jurídica de danos. Nesse sentido,

É interessante notar a dificuldade de acharmos conceitos operacionais claros – tanto na doutrina internacional como, muito particularmente, na doutrina brasileira - que consigam identificar os danos reflexos como categorias jurídicas autônomas e dotadas de um conteúdo eficaçional próprio. Mesmo autores que dedicam obras monográficas sobre o assunto furtam-se a oferecer uma definição clara dos conceitos operacionais que utilizam. (SILVA, 2011, p. 354)<sup>15</sup>

De fato, as lições e discussões acerca do tema se restringem, em sua maioria, à análise de casos concretos – esparsos -, cujo exemplo recorrente é a reparação dos danos sofridos pelos parentes da vítima de homicídio, nos termos do disposto no artigo 948 do Código Civil brasileiro.<sup>16</sup>

Contudo, é possível estabelecer, ao menos, o contexto em que surge o dano reflexo ou por ricochete: há situações em que o dano causado à vítima direta ou imediata pode, reflexamente, atingir os interesses de outrem, visualizando-se, nesses casos, o dano reflexo ou por ricochete. Como se vê, os danos sofridos pela vítima imediata ou direta se tornam, eles mesmos, fonte de outros prejuízos.

Partindo-se desse pressuposto, impõe-se uma análise mais profunda do artigo 948 do Código Civil brasileiro, que pode ser considerado como *caso clássico* dos danos reflexos ou por ricochete. A citada análise levará em consideração o posicionamento atual da doutrina e jurisprudência quanto à sua interpretação e extensão.

Previamente à pretendida análise, faz-se importante ressaltar que a indenização devida àqueles que são próximos da vítima em caso de homicídio é também *caso clássico* em ordenamentos jurídicos de outros países. Nesse contexto, destacam-se a Alemanha e Portugal, cujos diplomas civilistas contêm dispositivos legais que prescrevem a possibilidade de se postular a reparação dos danos reflexos ou por ricochete naqueles casos.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> Nesse ponto, Rafael Peteffi da Silva refere-se, em nota de rodapé, à obra de António Santos Abrantes Geraldês – autor português - cujo título é “*Temas de Responsabilidade Civil: Indemnização dos Danos Reflexos*”. Isso porque, embora a obra se dedique integralmente à temática dos danos por ricochete, não se verifica, em momento algum, uma definição muito clara do instituto; há, na realidade, uma análise a partir de casos pontuais da legislação e jurisprudência portuguesas.

<sup>16</sup> Pode-se dizer que na maioria dos manuais de responsabilidade civil, os autores, ao tratarem do tema, referem-se à “indenização no caso de homicídio” e se restringem a comentar o artigo 948 do Código Civil.

<sup>17</sup> Quanto ao ordenamento alemão, Mário Moacyr Porto (1995, p. 11), em artigo específico sobre danos reflexos ou por ricochete, aduz que “a fonte do art. 1.537 [do Código Civil brasileiro] é, à toda evidência, o art. 844 do

No que toca ao artigo 948 do Código Civil, reitere-se que ele corresponde, em praticamente todos os seus termos, ao artigo 1.537 do Código Civil de 1916. Consoante já afirmado (item 1.2, parte final), a novidade trazida pelo legislador foi a inclusão da expressão “*sem excluir outras reparações*” no *caput* do artigo 948, de modo a “conferir abertura sistemática ao modelo de indenização brasileiro e explicitamente libertando a jurisprudência para aumentar o catálogo de danos indenizáveis”. (SILVA, 2011, p. 356)

Ainda, leciona Paulo de Tarso Sanseverino que “no CC/2002, a abertura estabelecida pela parte final do *caput* do art. 948, admitindo a reparação de outros prejuízos ensejados pelo dano-morte, tornou indubitosa a indenizabilidade dos prejuízos de afeição suportados pela vítima por ricochete”. (2010, p. 294)

Em atenção ao que prescreve o dispositivo em comento, depreende-se estar assegurada indenização pelos danos reflexos ou por ricochete – autônomos e independentes – sofridos por pessoas próximas da vítima (direta e imediata) nos casos de homicídio. Ressalte-se que esses danos podem ser tanto patrimoniais quanto extrapatrimoniais.

Em relação aos danos patrimoniais, o inciso I do artigo 948 do Código Civil contempla as seguintes verbas como indenizáveis: despesas com o tratamento e funeral da vítima, bem assim com o luto da família. Salienta-se que, no que se refere a tais verbas, não se encontram grandes controvérsias na doutrina e jurisprudência.

As despesas com o tratamento da vítima não ensejam maiores dificuldades de quantificação, por se tratarem de danos emergentes. Nesse sentido,

[...] todos os gastos efetuados pela família da vítima com seu tratamento, incluindo despesas médicas, hospitalares, com medicamentos e de transporte, são indenizáveis, constituindo danos patrimoniais, que devem ser demonstrados mediante os respectivos comprovantes recibos e notas fiscais, cujo ônus da prova é dos autores da ação indenizatória (art. 333, I, do CPC). (SANSEVERINO, 2010, p. 207)

---

CC alemão, que estabelece: ‘em caso de morte, o responsável deverá pagar as despesas do enterro àquele a quem cabe a obrigação de satisfazê-las. Se a vítima por ocasião da sua morte, tinha o dever de prestar alimentos a alguém e, em consequência de homicídio, o beneficiário da prestação de alimentos ficou privado da ajuda, o responsável pela morte assumirá a obrigação de pagar ao alimentando uma renda correspondente à prestação alimentar, pelo tempo de vida provável da vítima’”. Já em relação ao ordenamento jurídico português, destaca-se o artigo 495 do Código Civil, qual seja: “(**Indemnização a terceiros em caso de morte ou lesão corporal**) 1. No caso de lesão de que proveio a morte, é o responsável obrigado a indemnizar as despesas feitas para salvar o lesado e todas as demais, sem exceptuar as do funeral. 2. Neste caso, como em todos os outros de lesão corporal, têm direito a indemnização aqueles que socorreram o lesado, bem como os estabelecimentos hospitalares, médicos ou outras pessoas ou entidades que tenham contribuído para o tratamento ou assistência da vítima.”



Incluídas nas despesas de funeral estão todas aquelas inerentes ao enterro da vítima, tais como o valor despendido na compra do caixão, das flores, na locação do local para o velório, entre outras. Como parâmetros ao ressarcimento destas despesas, devem ser considerados dois aspectos, a saber: “a condição social do morto e os usos e tradições do lugar em que residia”. (MONTENEGRO, 2001, p. 79)

Neste particular, acrescente-se:

[...] embora o conceito de despesas de funeral deva ser interpretado em sentido amplo, valorizando-se os costumes locais e religiosos, devem ser ponderados também as condições socioeconômicas do falecido e de sua família, na hipótese de morte natural, para se evitar a ocorrência de excessos no exercício de seu direito, aproveitando-se do trágico passamento da vítima. (SANSEVERINO, 2010, p. 210)

Por fim, destaca-se o luto da família. Nesse ponto, insta salientar que este já foi relacionado por alguns autores a prejuízos extrapatrimoniais, principalmente em uma época em que esse tipo de dano não tinha ampla aceitação.<sup>18</sup> No entanto, atualmente, é assente a sua natureza patrimonial.

Entende-se, assim, que as verbas a serem concedidas pelo luto da família se referem às perdas patrimoniais sofridas pela família da vítima no período que sucede o óbito. Portanto, está abrangida a vestimenta apropriada para o funeral e, igualmente, os lucros cessantes durante o período de nojo – “o lapso temporal necessário para que os parentes próximos da vítima se recuperem minimamente do grave choque emocional sofrido e voltem a exercer atividade produtiva”. (SILVA, 2011, p. 358)

Ainda em relação ao denominado período de nojo, interessante estabelecer as situações que tem aplicação; assim,

Não são atingidos [...] os servidores públicos e os empregados celetistas (art. 473 da CLT), que, por força de lei, possuem automaticamente direito a um período remunerado de dispensa das atividades laborais, sendo-lhes concedida a denominada licença-nojo pela morte de familiares próximos. São beneficiados, especialmente, os familiares próximos da vítima (cônjuge, pais, filhos, irmãos), que trabalhem como autônomos ou profissionais liberais e que têm direito também de serem ressarcidos pelos prejuízos sofridos com o fato de deixarem de auferir renda com seu trabalho por certo período de tempo. (SANSEVERINO, 2010, p. 212)<sup>19</sup>

<sup>18</sup> Sobre esse ponto, vide a nota de rodapé de n. 5.

<sup>19</sup> A título de exemplo, colaciona-se o seguinte julgado - do Tribunal de Justiça de São Paulo -, que apesar de não trazer a temática dos danos reflexos ou por ricochete como fundamentação jurídica do voto, nem de admitir com certeza a ressarcibilidade desta modalidade de dano no ordenamento jurídico brasileiro, esboça a hipótese de dano patrimonial reflexo ou por ricochete passível de indenização em comento, senão vejamos: “RESPONSABILIDADE CIVIL - Indenização - Morte de filho menor ocorrida durante show de rock em ginásio

Da mesma forma, o artigo 948, em seu inciso II, assegura a prestação de alimentos às vítimas reflexas ou por ricochete quando da morte da pessoa que lhes garantia o sustento. Assim, quanto à possibilidade de concessão deste tipo de indenização, não se percebe na doutrina, nem na jurisprudência, maiores controvérsias. No entanto, na aplicação do instituto, surgem questões outras, quais sejam: valor da pensão, termo inicial e final do pensionamento, bem como a possibilidade de sua fixação em salários mínimos e a cumulação com pensão previdenciária.<sup>20</sup>

A par destas discussões, o reconhecimento dos credores desta prestação de alimentos se apresenta como a questão de maior relevância. Neste particular,

O reconhecimento de uma pessoa como pensionista é o resultado de uma equação jurídico-econômica, que conduza à conclusão de que ela era efetivamente dependente da vítima falecida. Verifica-se, inicialmente, a vinculação jurídica com o enquadramento do postulante nas regras acerca da obrigação de alimentos, que estão elencadas nos arts. 1.694 e s. do CC/2002. Há necessidade de vínculo de parentesco entre o pretendente a pensionista e o falecido, englobando, assim, em tese, os cônjuges, os companheiros, os ascendentes, os descendentes e os irmãos (art. 1.697 do CC/02). Em segundo momento, identifica-se a efetiva dependência econômico-financeira da vítima do ato ilícito. (SANSEVERINO, 2010, p. 215)

Não obstante ter o autor asseverado, num primeiro momento, a necessidade da relação de parentesco entre a vítima direta e a reflexa, ele propõe uma dilatação desse rol de legitimados, tendo em vista o que já vem ocorrendo na França<sup>21</sup>. Assim, Paulo de Tarso Sanseverino (2010, p. 216) afirma:

---

de clube recreativo - Ação ajuizada contra o clube onde ocorreu o evento danoso - Má conservação do prédio que resultou em grave acidente, com morte de oito jovens - Responsabilidade objetiva do clube - Dever de indenizar, os familiares da vítima fatal por danos morais - Impossibilidade de se determinar o pagamento de pensão, se a vítima é filho menor de pais de classe média e profissão definida - **Eventual redução da capacidade laborativa dos pais, em razão do trauma, que constitui dano por ricochete, a ser objeto de pedido próprio** - Juros moratórios devidos desde a data do evento na base de 6% ao ano, até janeiro de 2.003, e a partir de tal data, na base de 12% ao ano - Decaimento parcial dos pedidos a justificar a fixação da verba honorária - Ação parcialmente procedente - Recurso parcialmente provido, apenas para alterar o cálculo dos juros.” (TJSP, Apelação Cível n. 425.386.4/4-00, relator: Des. Francisco Loureiro, julgada em 07/08/2008; *grifou-se*)

Do corpo do acórdão se extrai: “Talvez pudessem os pais pedir à ré os danos patrimoniais próprios, em decorrência da redução da capacidade laborativa pela morte do filho único. Seria razoável a fixação de dano por ricochete, ou seja, aquilo que os pais perderam em termos patrimoniais, por não mais conseguirem trabalhar como antes, destruídos emocionalmente pela morte do filho.” (*grifou-se*).

<sup>20</sup> Acerca deste tema vide as decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça nos seguintes recursos: REsp n. 268.265/SP, REsp n. 723.544/RS e REsp n. 302.298/MG.

<sup>21</sup> Na França, foi reconhecida a proteção jurídica à concubina. (SANSEVERINO, 2010, p. 216)

Finalmente, com fundamento nas funções compensatórias e concretizadora do princípio da reparação integral, pode-se flexibilizar a vinculação jurídica para a concessão de pensão por morte em benefício de pessoas a quem a pessoa morta, por um vínculo fático, prestava alimentos. São hipóteses do enteado da União Estável ou da criança colocada em família substituta sem as formalidades do ECA<sup>22</sup>, economicamente dependentes do falecido, mas sem vínculo jurídico, que são situações bastante comuns na sociedade brasileira.

De fato, tendo-se como pressuposto a nova função da responsabilidade civil, consistente na reparação mais ampla dos danos sofridos pelas vítimas, é possível, na análise dos casos concretos submetidos ao Poder Judiciário, uma extensão desse rol para outras situações, por exemplo, para aquelas apontadas pelo autor.

Destarte, infere-se ser a dependência econômica o fator determinante para concessão do pensionamento previsto no inciso II do artigo 948 do Código Civil, pois, como acima exposto, até o próprio vínculo jurídico [parentesco] pode ser superado. Ressalte-se, nesse sentido, que há uma presunção desta dependência econômica quanto aos filhos menores de idade.

Além dos danos patrimoniais, pode-se extrair do artigo 948 do Código Civil, sobretudo na expressão “sem excluir outras reparações”, o *caso clássico* de dano extrapatrimonial reflexo ou por ricochete. Fato é que, em casos de homicídio, as pessoas próximas ao falecido experimentam um abalo psicológico de grandes proporções.

---

<sup>22</sup> Essas hipóteses trazidas por Paulo de Tarso Sanseverino se amoldam ao que se pode chamar de adoção de fato, isto é, baseada unicamente no afeto, sem qualquer vínculo jurídico ou biológico. Vale ressaltar que a jurisprudência brasileira tem se mostrado sensível a estes casos, reconhecendo a existência de paternidade socioafetiva, veja-se: RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO SANGUÍNEA ENTRE AS PARTES. IRRELEVÂNCIA DIANTE DO VÍNCULO SÓCIO-AFETIVO. - Merece reforma o acórdão que, ao julgar embargos de declaração, impõe multa com amparo no art. 538, par. único, CPC se o recurso não apresenta caráter modificativo e se foi interposto com expressa finalidade de prequestionar. Inteligência da Súmula 98, STJ. O reconhecimento de paternidade é válido se reflete a existência duradoura do vínculo sócio-afetivo entre pais e filhos. A ausência de vínculo biológico é fato que por si só não revela a falsidade da declaração de vontade consubstanciada no ato do reconhecimento. A relação sócio-afetiva é fato que não pode ser, e não é, desconhecido pelo Direito. Inexistência de nulidade do assento lançado em registro civil. O STJ vem dando prioridade ao critério biológico para o reconhecimento da filiação naquelas circunstâncias em que há dissenso familiar, onde a relação sócio-afetiva desapareceu ou nunca existiu. Não se pode impor os deveres de cuidado, de carinho e de sustento a alguém que, não sendo o pai biológico, também não deseja ser pai sócio-afetivo. A contrario sensu, se o afeto persiste de forma que pais e filhos constroem uma relação de mútuo auxílio, respeito e amparo, é acertado desconsiderar o vínculo meramente sanguíneo, para reconhecer a existência de filiação jurídica. Recurso conhecido e provido. (STJ, REsp. 878.941/DF, relatora Ministra Nancy Andriighi, julgado em 21/08/2007). A partir desta premissa, poder-se-ia considerar legitimados para pleitear a indenização prevista no inciso II do artigo 948 do Código Civil aqueles que não têm vínculo jurídico ou biológico com a vítima, mas sim afetivo e que, ainda, dependessem economicamente dela.

Entretanto, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal mostrou-se, por muito tempo, insensível a este fato, afastando a possibilidade de compensação de tais prejuízos. Segundo Luiz Renato Ferreira da Silva (1992, p. 196),

No direito brasileiro, o posicionamento adotado tradicionalmente pelo Supremo Tribunal Federal foi no sentido de negar o dano por ricochete (aliás, decorrência lógica da negativa do dano moral cumulado com o patrimonial, que era a regra básica da jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal.<sup>23</sup>

De fato, esse posicionamento restritivo quanto aos danos reflexos pode ser atribuído à própria dificuldade do reconhecimento da indenizabilidade do dano extrapatrimonial, sobretudo quando cumulado ao dano patrimonial.

Passada essa fase restritiva quanto ao dano extrapatrimonial e, também, quanto ao dano extrapatrimonial reflexo ou por ricochete, verifica-se que, nas últimas décadas, a jurisprudência brasileira consolidou-se no sentido da possibilidade de reparação do denominado *préjudice d'affection* (prejuízo de afeição) sofrido pelas pessoas próximas à vítima direta (falecido), de modo que este tipo de indenização já possa ser considerado clássico.<sup>24</sup>

Nesse sentido, afirma Rafael Peteffi da Silva ser “[...] indene de dúvidas que as pessoas próximas do falecido sofrem um dos piores abalos psicológicos que o ser humano pode experimentar” e, ainda, que “[...] as últimas décadas já observaram uma jurisprudência

<sup>23</sup> Consoante afirma Luiz Renato Ferreira da Silva (1997, p. 196), “A afirmativa era baseada em que a dor resultante da morte de algum parente próximo era transitória, faltaria, assim, uma das características da indenizabilidade. Neste sentido, serve de paradigma a decisão do Recurso Extraordinário n. 89.978-0-RJ, cuja ementa é significativa ao dizer: ‘Os arts. 1.538, 1.539, 1.543 e 1.548, todos do CC [1916], não conferem aos pais ou, mesmo, aos familiares de que haja sido vitimado por conduta ilícita de outrem o direito subjetivo à indenização pelo dano moral ou pela dor que sofreram com o falecimento do filho, ou do familiar, visto que tais regras concedem esse direito somente à pessoa ofendida, e isto no caso de lesão corpórea deformante’.”

<sup>24</sup> Nesse sentido se destaca o seguinte acórdão – datado do ano de 2003 – em que houve o reconhecimento da possibilidade de reparação do dano extrapatrimonial reflexo no caso de morte de pessoa próxima: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535, II, DO CPC NÃO CARACTERIZADA. AÇÃO REPARATÓRIA. DANOS MORAIS. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO VIÚVO. PREJUDICADO INDIRETO. DANO POR VIA REFLEXA. I - Dirimida a controvérsia de forma objetiva e fundamentada, não fica o órgão julgador obrigado a apreciar, um a um, os questionamentos suscitados pelo embargante, mormente se notório seu propósito de infringência do julgado. II – Em se tratando de ação reparatória, não só a vítima de um fato danoso que sofreu a sua ação direta pode experimentar prejuízo moral. Também aqueles que, de forma reflexa, sentem os efeitos do dano padecido pela vítima imediata, amargando prejuízos, na condição de prejudicados indiretos. Nesse sentido, reconhece-se a legitimidade ativa do viúvo para propor ação por danos morais, em virtude de ter a empresa ré negado cobertura ao tratamento médico-hospitalar de sua esposa, que veio a falecer, hipótese em que postula o autor, em nome próprio, ressarcimento pela repercussão do fato na sua esfera pessoal, pelo sofrimento, dor, angústia que individualmente experimentou. Recurso especial não conhecido. (STJ, REsp 530.602/MA, relator Ministro Castro Filho, julgado em 17/11/2003).

sólida em relação à reparação do chamado préjudice d'affection sofrido pelos próximos do falecido, fazendo com que esse tipo de indenização também já possa ser chamado de clássico” (2011, p. 360).

Se de um lado já se reconhece a possibilidade de se pleitear indenização por danos extrapatrimoniais reflexos ou por ricochete nos casos de morte de pessoa próxima – ideia já consolidada no Brasil e também em outros países -, de outro, a extensão do rol de legitimados a requerer esse tipo de indenização se apresenta como matéria controvertida e de complexa solução.

Neste particular, salienta-se que no direito estrangeiro as soluções são dadas pela jurisprudência, citando-se como exemplo o que ocorre na França<sup>25</sup>, e, também, com base em dispositivos legislativos, como ocorre em Portugal – cujo Código Civil conta com um rígido rol de legitimados para pleitear indenização por dano extrapatrimonial sofrido em virtude de homicídio, senão vejamos:

**Art. 496º (Danos não patrimoniais)**

1. Na fixação da indemnização deve atender-se aos danos não patrimoniais que, pela sua gravidade, mereçam a tutela do direito.

**2. Por morte da vítima, o direito à indemnização por danos não patrimoniais cabe, em conjunto, ao cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens e aos filhos ou outros descendentes; na falta destes, aos pais ou outros ascendentes; e, por último aos irmãos ou sobrinhos que os representem.**

3. O montante da indemnização será fixado equitativamente pelo tribunal, tendo em atenção, em qualquer caso, as circunstâncias referidas no artigo 494º; no caso de morte, podem ser atendidos não só os danos não patrimoniais sofridos pela vítima, como os sofridos pelas pessoas com direito a indemnização nos termos número anterior. (*grifou-se*)

No direito brasileiro, atualmente, a partir do entendimento jurisprudencial dominante, é seguro afirmar que há uma presunção *juris tantum* em favor da legitimidade dos pais, cônjuge ou companheiro e filhos da vítima principal, sendo que podem ser incluídos, em circunstâncias especiais e em face das peculiaridades do caso, sobrinhos e irmãos.

De fato, já é possível encontrar, no Brasil, decisões em se reconheceu a legitimidade dos irmãos e também dos sobrinhos para ajuizar demandas condenatórias, com

<sup>25</sup> Segundo Paulo de Tarso Sanseverino, “No direito comparado, a questão da legitimidade é enfrentada, com profundidade, pelo direito francês. Após uma fase inicial permissiva, a jurisprudência francesa, a partir de 1931, restringiu a legitimidade, passando a exigir a presença de dois requisitos: a) liame de parentesco; b) dano-morte. A jurisprudência posterior evoluiu para um ponto intermediário, exigindo a comprovação pelo terceiro interessado do seu especial sofrimento com o evento danoso. Atualmente, a jurisprudência francesa renunciou a critérios excessivamente rígidos, sendo exigido apenas pela Corte de Cassação que os prejuízos invocados pelo terceiro sejam pessoais, certos e lícitos.” (2010, pp. 294-295).

fulcro nos danos extrapatrimoniais por ricochete. Nesse sentido se destaca recente julgado do Superior Tribunal de Justiça, qual seja:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MORTE DE MENOR POR POLICIAIS. "CHACINA DA BAIXADA". INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR IRRISÓRIO OU ABUSIVO. NÃO CONFIGURADO. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANO MORAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA. JUROS DE MORA. *TEMPUS REGIT ACTUM*. MÉDIA DE SOBREVIVÊNCIA. TABELA DO IBGE. APLICABILIDADE À PENSÃO DA VÍTIMA DEVIDA AOS AUTORES DA AÇÃO. 1. Versam os autos ação de reparação por danos morais e materiais ajuizada em desfavor de ente Estadual em razão da morte do filho, irmão e tio, dos autores, em decorrência de disparos de arma de fogo efetuados por agentes da polícia militar do Estado, no episódio conhecido como "Chacina da Baixada". [...]. 4. *In casu*, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro considerando as especificidades do caso, a morte da vítima, em decorrência de disparos de arma de fogo efetuados por policiais militares, em razão da barbárie denominada "Chacina da Baixada", manteve a condenação ao pagamento de indenização, a título de danos morais, no valor equivalente à R\$100.000,00 (cem mil reais) aos pais da vítima, a quantia de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) aos irmãos da vítima, e a quantia de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ao sobrinho da vítima, corrigidas tais quantias monetariamente, a partir da presente data e acrescidas de juros de mora a contar da citação, nos moldes delineados na sentença às 571/578. [...] (BRASIL, STJ, Resp n. 112.447-1/RJ, relator Ministro Luiz Fux, julgado em 17/06/2010; *grifou-se*).

No caso submetido à apreciação do Poder Judiciário - cuja ementa foi acima transcrita -, reconheceu-se o direito à reparação dos danos sofridos pelos pais, irmãos e sobrinho da vítima direta, um homem de vinte e oito anos de idade, em virtude da morte deste – que se deu por meio de disparos de arma de fogo efetuados por policiais, no trágico episódio conhecido como “Chacina da Baixada”, nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, Estado do Rio de Janeiro. Interessante notar, neste caso, o reconhecimento do direito do sobrinho, o que foi fundamentado na circunstância de este viver na mesma casa em que a vítima direta e, ainda, de manter um estreito laço afetivo com esta.

Depreende-se, pois, que há atualmente uma orientação mais flexível no reconhecimento dos legitimados a pleitear indenização por danos extrapatrimoniais reflexos em casos de homicídio. Desse modo, deixa-se aos julgadores a faculdade de analisar as peculiaridades dos casos concretos e, a partir destas, estabelecer os legitimados.<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Nesse contexto, interessante mencionar que já houve decisão no sentido de se reconhecer a legitimidade ativa da sogra para pleitear indenização por danos extrapatrimoniais experimentados em virtude do falecimento do genro. A decisão pautou-se pelas peculiaridades do caso, a saber: “CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ARTS. 13 E 131 DO CPC E 5º DO CCB. AUSÊNCIA DE

Enfim,

Essa orientação flexível mostra-se mais consentânea com o princípio da reparação integral, particularmente em sua função concretizadora, permitindo o reconhecimento pelo juiz de que outras pessoas diretamente afetadas pelo dano-morte também detenham legitimidade para propositura da demanda indenizatória por extrapatrimonial (prejuízo de afeição). (SANSEVERINO, 2010, p. 296)

Ainda, tendo em vista que o prejuízo de afeição é pessoal, o direito à reparação deve ser reconhecido a cada prejudicado, que poderá pleitear sua parcela indenizatória. O arbitramento do *quantum* indenizatório deve-se dar, portanto, de forma individualizada e de acordo com o grau de afeição entre a vítima direta e a vítima por ricochete (SANSEVERINO, 2010, p. 297). Esse é o entendimento perfilhado pela jurisprudência brasileira, sobretudo pelo Superior Tribunal de Justiça.

A fim de ilustrar tal entendimento, apresenta-se o caso que foi objeto do Recurso Especial de n. 687.567/RS, julgado em 28/06/2005, de relatoria do Ministro César Asfor Rocha, em que foi concedida indenização, a título de danos morais, aos filhos e esposa do falecido, de forma individual: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) a cada um dos filhos e R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) à esposa.

Embora cada vítima tenha direito a uma indenização, é necessário que se atente para o montante total, a fim de que se evite uma soma final absurda na hipótese de serem muitas as vítimas por ricochete.

Por fim, esclareça-se que o critério a ser considerado a fim de que se reconheça o direito a pleitear indenização por dano extrapatrimonial reflexo ou por ricochete é o laço de parentesco ou de afinidade entre a vítima direta e a reflexa. De conseguinte, não se exige, a exemplo do que ocorre em relação à pensão por morte (*caso clássico* de dano patrimonial reflexo ou por ricochete), a demonstração de dependência econômica.

Em síntese, no que concerne ao *caso clássico* de dano reflexo ou por ricochete, impõe-se repisar a força da positivação legal conferida pelo artigo 948 do atual Código Civil –

---

PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211-STJ. INCIDÊNCIA. ILEGITIMIDADE ATIVA AFASTADA. SÚMULA N. 7/STJ. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. RESPONSABILIDADE RECONHECIDA PELO TRIBUNAL A QUO. MATÉRIA DE PROVA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7-STJ. [...]”. Do voto do relator: “Quanto à ilegitimidade ativa da autora Ana Rodrigues da Silva, ante as peculiaridades do caso, a revisão do julgado esbarra necessariamente no enunciado da Súmula n.7/STJ, **eis que concluíram as instâncias ordinárias que ‘a relação de constância e proximidade existente entre a vítima e a autora foi devidamente comprovada’** (e-STJ fl. 400). De efeito, *o de cujus* residia com sua sogra, na residência da mesma, e era ela quem cuidava dos netos, daí a particularidade da situação a, excepcionalmente, levar ao reconhecimento do dano moral em favor da 1ª autora.” (STJ, REsp. 865.363/RJ, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, julgado em 21/10/2010; *grifou-se*).

a qual permitiu a construção de uma doutrina e de uma jurisprudência sólida para essas hipóteses específicas de dano reflexo ou por ricochete.

Apresentado o *caso clássico* - tanto em sua dimensão patrimonial quanto em sua dimensão extrapatrimonial -, é possível estabelecer, ainda que de maneira preliminar, algumas características gerais desta modalidade de dano.

A característica que merece especial destaque é sua autonomia. Embora o dano reflexo ou por ricochete decorra de outro dano (isto é, do dano causado a uma vítima inicial), ele se apresenta como autônomo. Observe-se que, se não fosse atingido bem da vida de titularidade da vítima reflexa ou por ricochete, não se poderia falar em legitimidade para pleitear reparação. Saliente-se, nesse particular, que as vítimas por ricochete podem ajuizar ações independentes ou de forma conjunta, visualizando-se, neste último caso, hipótese de litisconsórcio facultativo.

Neste ponto, cumpre destacar que, “[...] o dano por ricochete é dano próprio e direto do terceiro, eis que seu objeto é distinto do sentimento do lesado imediatamente. O nome reflexo ou por ricochete não pode confundir o intérprete.” (SILVA, 1997, p. 192).

Portanto, a vítima reflexa ou vítima por ricochete, ao pleitear a indenização, age por direito próprio, vale dizer, na defesa de um interesse que é seu.

Nesse sentido, interessante se apresenta a definição esboçada por Rafael Peteffi da Silva acerca desta modalidade de dano:

Em nosso sentir, esse tipo de dano poderia ser explicado como o prejuízo que pode ser observado sempre em uma relação triangular em que o agente prejudica uma vítima direta que, em sua esfera jurídica própria, sofre um prejuízo que resultará em um segundo dano, próprio e independente, observado na esfera jurídica da vítima reflexa ou por ricochete (2011, p. 354).

O dano reflexo ou por ricochete se constitui, conforme já sugere o próprio nome, como um dano “cujos efeitos só posteriormente são conhecidos. [De modo que] Determinar a sua efetividade e extensão constitui tarefa das mais difíceis. Essa dificuldade resulta, via de regra, de não se manifestar ele no mesmo bem que sofreu o dano, senão no patrimônio do lesado” (MONTENEGRO, 2001, p. 22).

Desse modo, emerge a necessidade de um estudo mais aprofundado acerca do tema – estudo a que se propõe o presente trabalho -, a fim de que se possam estabelecer alguns critérios seguros a partir dos quais os danos reflexos ou por ricochete sejam passíveis



de serem indenizados, ainda que não se refiram especificamente aqueles casos acima expostos como *casos clássicos*.

## 2 AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DO DANO REFLEXO OU POR RICOCHETE

### 2.1 Responsabilidade Contratual, Função Social do Contrato e Novas Hipóteses de Dano Reflexo ou por Ricochete

De início, faz-se necessária uma curta exposição acerca da responsabilidade contratual, sobretudo no que esta se distingue da responsabilidade extracontratual, a fim de que se estabeleça, ainda que em linhas gerais, um delineamento desse regime de responsabilidade e sua moderna principiologia, para, em um segundo momento, analisar suas relações com o dano reflexo ou por ricochete.

Não obstante o movimento de unificação entre as duas categorias de responsabilidade<sup>27</sup>, não se pode perder de vista que há distinções entre elas que merecem ser consideradas; isso porque, na seara da responsabilidade contratual, há entre as partes uma relação jurídica que preexiste ao dano e que não pode ser tida como indiferente.

Nesse sentido, afirma Patrice Jourdain que:

[...] o contrato inadimplido continua a impor sua presença em caso de inexecução: pois se a inexecução transforma radicalmente a obrigação contratual inicial, a obrigação de reparar o dano não é senão seu prolongamento, sua perpetuação. Apesar de distinta da obrigação originária, ela não é uma obrigação nova propriamente dita. (1992, p. 29, *tradução livre*)<sup>28</sup>

Assim, em que pese ainda existir grande controvérsia quanto à abrangência de cada um destes regimes de responsabilidade e de suas reais diferenças, parece evidente que

<sup>27</sup> Segundo Sergio Cavalieri Filho, “Em oposição à responsabilidade bipartida, avulta cada vez mais a teoria que sustenta a unificação das responsabilidades delitual e contratual. Hoje até já traduz uma tendência das legislações modernas. Proclama essa teoria que a responsabilidade é sempre e necessariamente delitual e que a expressão responsabilidade contratual não passa de uma forma viciosa e errônea de linguagem, posto que os mesmos princípios que regulam a responsabilidade extracontratual regulam também a responsabilidade contratual.” (2012, p. 306). Neste particular, impõe destacar que o Código de Defesa do Consumidor brasileiro (Lei n. 8.078/90) rompeu com esta tradicional distinção entre responsabilidade contratual e extracontratual, adotando uma teoria unitária da responsabilidade civil.

<sup>28</sup> “[...] le contrat inexécuté continue à imposer sa présence en cas d’inexécution : Car si le fait de l’inexécution transforme radicalement l’obligation contractuelle initiale, l’obligation de réparer le dommage n’en est cependant qu’un prolongement, une perpétuation. Distincte de l’obligation originnaire, elle n’est pas à proprement parlé une obligation nouvelle.” (JOURDAIN, 1992, p. 29)

eles se distanciam, em primeiro lugar, no que concerne à natureza do dever jurídico violado.<sup>29</sup> Além disso, distinções quanto à caracterização da culpa, distribuição do ônus da prova e possibilidade de estabelecimento de cláusulas limitativas ou ampliativas de responsabilidade também podem/devem ser observadas.

Com efeito, sem aprofundar muito a temática e de forma sintética<sup>30</sup>, pode-se dizer que a responsabilidade contratual é o regime a ser aplicado ante a ocorrência de um dano oriundo da inexecução de uma obrigação entabulada em um contrato válido. Neste particular, Fernando Noronha (2010, p. 523), embora utilizando nomenclatura distinta, resume a ideia: “A responsabilidade negocial [contratual] é a obrigação de reparar os danos resultantes do inadimplemento de contratos e outros negócios jurídicos, ao passo que a responsabilidade civil em sentido estrito [extracontratual] é a obrigação de reparar danos resultantes da violação de deveres gerais de *neminem laedere* [...]”

Apresentada em linhas gerais a responsabilidade contratual, analisar-se-ão suas implicações em relação aos danos reflexos ou por ricochete, com vistas à ampliação das hipóteses desta modalidade de dano como indenizáveis. Ressalte-se que a pretendida análise se pautará, sobretudo, pelos princípios informadores da moderna disciplina contratual.

Saliente-se, preliminarmente, que dada a diversidade de situações que são submetidas à disciplina da responsabilidade civil, constata-se, sem maiores dificuldades, que os danos reflexos ou por ricochete podem se constituir como consequências do inadimplemento contratual.

Esclareça-se, nesse ponto, que o próprio dano reflexo ou por ricochete sentido pelos parentes próximos de uma pessoa falecida, neste trabalho denominado como *caso clássico*, relaciona-se com a matéria contratual. Essa relação evidencia-se, por exemplo, nas hipóteses de inadimplemento de contrato de trabalho quando o empregado falece durante o exercício de sua atividade laboral, causando danos às pessoas que lhe eram próximas.<sup>31</sup> Além

---

<sup>29</sup> “Na responsabilidade contratual, como já destacado, o dever jurídico violado pelo devedor tem por fonte a própria vontade dos indivíduos. São eles que criam, para si, voluntariamente, certos deveres jurídicos. A responsabilidade extracontratual, por sua vez, importa violação de um dever estabelecido na lei, ou na ordem jurídica, como, por exemplo, o dever geral de não causar dano a ninguém.” (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 307).

<sup>30</sup> De fato, um maior aprofundamento acerca do tema refoge ao objetivo deste trabalho, merecendo um ensaio próprio.

<sup>31</sup> Sobre esse tema discorre Mauro Schiavi em artigo intitulado “Dano Moral Reflexo ou em Ricochete decorrente da relação de trabalho”. Segundo o autor, “A jurisprudência trabalhista vem admitindo o dano moral em ricochete decorrente do contrato de trabalho, conforme a redação das seguintes ementas: “[...] *Acidente de trabalho – Óbito do empregado – Ação de indenização por danos morais e materiais – Legitimidade ativa dos filhos do de cujus*. O dano moral decorre da violação a um direito personalíssimo. Em um primeiro plano, os herdeiros podem ajuizar a demanda buscando, com base na existência do espólio, a reparação devida, decorrente do acidente fatal, cujo dano decorre da própria morte que é inerente à condição humana. Em um segundo

disso, é possível imaginar situações em que a vítima direta tenha falecido em decorrência de erro médico, por exemplo.<sup>32</sup> Nesses casos parece evidente a possibilidade de invocar o artigo 948 do Código Civil.

No entanto, as vinculações não se restringem aos casos acima expostos. Nesse sentido e em relação à seara contratual, segundo Rafael Peteffi da Silva, poder-se-ia cogitar a ocorrência do dano reflexo ou por ricochete em duas hipóteses, quais sejam:

Em primeiro lugar, observa-se o dano reflexo nas hipóteses em que o inadimplemento contratual imputável existir entre vítima direta e agente causador do dano, como no exemplo do acidente fatal ocorrido por descumprimento do contrato de trabalho, em que o empregador (agente) não forneceu a segurança essencial ao mister do trabalhador (vítima direta). Outra possibilidade pode ser verificada quando o inadimplemento ocorre entre vítima direta (devedor) e vítima indireta (credor), sendo o causador do inadimplemento um terceiro não pertencente à relação contratual. (2011, p. 362)

Salienta o autor acima citado, em nota de rodapé, que essa classificação em dois grandes blocos também pode ser percebida naquela classificação proposta por alguns autores quando da análise das possíveis aplicações do princípio da função social do contrato enquanto elemento flexibilizador da relatividade dos efeitos contratuais. Para tanto, destaca que a autora Teresa Negreiros “aponta que a função social pode ter sua eficácia sentida quando (i) o terceiro é prejudicado pelo descumprimento de uma obrigação contratual e (ii) quando o credor é prejudicado pelo comportamento de terceiro”. (2011, p. 362)

Neste contexto, sobre o papel da função social do contrato, leciona Antonio Junqueira de Azevedo (1998, p. 116):

---

aspecto, os dependentes da vítima, mormente aqueles ligados a ela por relação sanguínea, como, *in casu*, os autores, filhos do de cujus, podem reclamar a indenização, pelo dano próprio e pessoal sofrido. Trata-se de dano reflexo ou em ricochete, assim denominado o dano sofrido por pessoa próxima ligada à vítima direta do ato ilícito. (TRT 3ª R – 8ª T – RO n. 374/2006.055-03.00-0 – Rel. Paulo Maurício Pires – DJ 6.2.07 – p. 25) (RDT n. 04 – abril de 2007).” (2008, pp. 213-215)

<sup>32</sup> A fim de ilustrar: **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. Sentença de procedência. Ação ajuizada contra o médico e o hospital. Ação proposta pelo marido e filha da falecida, em razão de fatos ocorridos nas dependências do Hospital réu, por suposto erro médico em cirurgia com complicações pós operatórias.** [...] Recurso do médico sustentando que não houve descaso nem negligência de sua parte, mas sim a eclosão de um processo infeccioso atípico; toda cirurgia pode resultar em complicações infecciosas, o relatório da autópsia e o parecer médico legal excluem a sua responsabilidade; o valor arbitrado não guarda proporção com sua capacidade financeira; pugna pela improcedência da ação. Prova pericial e testemunhas apontam para a conduta negligente e imperita do médico cirurgião. Reconhecimento da culpa por negligência e da responsabilidade do Hospital por ato de médico credenciado, negligência e inobservância das regras de conduta. Fixação razoável (R\$ 207.500,00), considerando-se a gravidade dos fatos. Juros de mora. Contagem a partir do óbito (evento danoso). Aplicação do art. 398, do [C.C.](#) Sentença mantida. Recursos (agravos retidos e dos réus) improvidos. (TJSP, Apelação Cível n. 9203203-18.2009.8.26.0000, relator James Siano, julgado em 14/09/2011; *grifou-se*).

[...] Este princípio difere do da ordem pública, tanto quanto a sociedade difere do Estado; trata-se de preceito destinado a integrar os contratos numa ordem social harmônica, visando impedir tanto aqueles que prejudiquem a coletividade [...] quanto os que prejudiquem ilicitamente pessoas determinadas [...]. A idéia de função social do contrato está claramente determinada na Constituição, ao fixar, como um dos fundamentos da República, o valor social da livre iniciativa (art. 1º, inc. IV); essa disposição impõe, ao jurista, a proibição de ver o contrato como um átomo, algo que somente interessa as partes, desvinculado de tudo mais.

Antes de um exame mais detido acerca do princípio da função social do contrato, impõem-se algumas considerações acerca da relatividade dos efeitos contratuais, que é por ele excepcionado, tendo em vista a sua importância no âmbito do direito obrigacional, mormente para delimitação daqueles que devem ser considerados partes ou terceiros nos contratos. Nesse sentido, é importante ressaltar que:

[...] a noção de que *res inter alios acta tertiis nec prodest nec nocet* [a relatividade dos efeitos contratuais], não se pode desconhecer, também sintetiza a lenta evolução de conceitos extremamente éticos e humanísticos em torno da responsabilidade individual e da intransferibilidade de direitos e sanções. Clóvis Beviláqua (1977:42-43), esforçando em antropólogos e historiadores, preleciona que durante muito tempo as penas por atos ilícitos – cíveis ou não – eram expiadas por todo o grupo a que pertencia o infrator, independentemente dos demais membros haverem concorrido para o dano. A inadimplência de um indivíduo poderia repercutir sobre os demais integrantes da família, da tribo ou da cidade, numa odiosa extensão dos efeitos a terceiros. [...] Considere-se, então, que o desenvolvimento do princípio da relatividade dos efeitos do contrato marcou um sensível avanço na História do Direito, representando a afirmação de indicações de elevado conteúdo moral e notória eticidade, além de preservar a segurança jurídica. (RODRIGUES, 2004, p. 86)

Feita esta ressalva, retorna-se à temática da função social do contrato que encontra previsão expressa no Ordenamento Jurídico brasileiro, vale dizer no artigo 421 do Código Civil: “A liberdade de contratar será exercida **em razão e nos limites da função social do contrato**”. (*grifou-se*)

O referido dispositivo, segundo o enunciado 21 da I Jornada de Direito Civil – organizada pelo Conselho da Justiça Federal – constitui-se como “cláusula geral, a impor a revisão do princípio da relatividade dos efeitos do contrato em relação a terceiros, implicando a tutela externa do crédito”.

Partindo-se dessas premissas, faz-se necessário identificar se alguns dos casos de extensão da eficácia contratual a terceiros apresentam vinculação efetiva com os danos reflexos ou por ricochete, o que será feito em três momentos: primeiro, analisar-se-ão

hipóteses em que o terceiro seja a vítima indireta e, posteriormente, aqueles casos em que o terceiro seja responsável pelo inadimplemento entre vítima direta (devedor) e vítima indireta (credor), seja com participação ou não do devedor.<sup>33</sup>

### **2.1.1 Efeitos Reflexos do Inadimplemento Contratual a Novas Possibilidades de Dano por Ricochete**

Nesta primeira categoria, podem ser visualizados os *casos clássicos*, conforme já destacado (casos de acidentes de trabalho e erro médico que ensejem o falecimento da vítima inicial). Veja-se que o terceiro - assim denominado por ser estranho à relação contratual -, nestas hipóteses, é a vítima indireta ou reflexa.

Contudo,

Apesar dessa facilidade inicial de tratamento, já que mencionamos hipóteses do inadimplemento contratual que se encaixam perfeitamente no já citado caso clássico, expressamente albergado legislativamente pelo art. 948 do Código Civil, análises mais complexas sobre a ressarcibilidade dos danos reflexos vinculados a alguns tipos de inadimplemento podem ser observadas, principalmente quando se enfrentam questões relativas a algumas eficácias do princípio da função social do contrato. Com efeito, além dos casos albergados expressamente por disposição normativa específica (art. 948), necessitamos da força trazida pela renovada principiologia contratual para empreender novas análises, pois, como bem relata Teresa Negreiros, *‘no tocante à definição da posição do ‘terceiro vítima’, a interpretação clássica do princípio da relatividade nega-lhe legitimidade para pleitear indenização frente ao devedor inadimplente’*. (SILVA, 2011, p. 363)

Neste ponto, salienta-se que António Santos Abrantes Geraldes, valendo-se de exceções à relatividade dos efeitos dos contratos, aponta a ocorrência de danos reflexos ou por ricochete em pelo menos duas hipóteses previstas na legislação portuguesa, a saber: na responsabilidade civil nas relações consumeristas – em que dada a extensão conferida ao conceito de ‘produtor’, o consumidor pode demandar sujeitos com os quais não estabeleceu quaisquer relações contratuais diretas; ou o caso da ação pauliana, na qual o terceiro

---

<sup>33</sup>Essa classificação remonta àquela elaborada por Rafael Peteffi da Silva em artigo intitulado “Sistema de Justiça, Função Social do Contrato e a Indenização do Dano Reflexo ou por Ricochete”.

prejudicado pode requerer a ineficácia de um contrato firmado entre as partes. (2007, pp. 13-14)

No entanto, os exemplos apresentados pelo autor português não guardam estreita relação com os danos reflexos, pois ausentes aqueles elementos aqui estabelecidos para sua configuração (um dano causado a uma vítima inicial que reflete atingindo outra pessoa). Nesse sentido é a opinião de Rafael Peteffi da Silva:

[...] parece que os exemplos encontrados no autor de monografia específica sobre os danos reflexos também não seguem a configuração adotada, que necessita de uma vítima direta, sofrendo um dano próprio e independente e uma vítima reflexa, sofrendo outro dano, também próprio e independente em relação ao dano sofrido pela vítima direta. É verdade que ambos os exemplos estão conectados com a flexibilização do princípio da relatividade dos efeitos contratuais, mas no caso do direito consumerista, o consumidor é a própria vítima direta, enquanto que no caso da ação pauliana a causa do dano sofrido pelo terceiro prejudicado pelo negócio jurídico celebrado entre as partes não é nenhum dano direto sofrido por uma delas, mas exatamente o negócio jurídico por elas voluntariamente celebrado. Assim, nem o consumidor lesado, tampouco o terceiro lesado por negócio jurídico alheio podem ser considerados verdadeiras vítimas indiretas. (2011, pp. 365-366)

Outra hipótese levantada pelo autor citado acima se refere àquelas situações em que, a partir da eficácia externa do crédito, confere-se legitimidade ativa para a vítima ajuizar ação direta, em caso de acidente, contra a seguradora privada que mantinha segurado o veículo do agente culpado, por intermédio de contrato de seguro facultativo. Entretanto, como bem adverte o próprio autor, nestes casos também não se obedece ao esquema triangular dos danos reflexos, “pois o inadimplemento por parte do devedor (seguradora) não chegou a causar um dano para o credor do contrato de seguro (agente culpado pelo acidente), pois este acabou por não pagar nada para a vítima, tanto que a ação direta fez-se necessária. Assim, não há a figura do dano direto [...]”. (SILVA, 2011, p. 365)

Com efeito, afastadas as hipóteses em que o inadimplemento contratual enseja a aplicação do artigo 948 do Código Civil, aqui denominado de *caso clássico* do dano reflexo ou por ricochete, observa-se não haver maior vinculação entre os casos supramencionados – correspondentes a hipóteses de flexibilização do princípio da relatividade dos efeitos contratuais - e a categoria dos danos reflexos ou por ricochete.

### 2.1.2 A Teoria do Terceiro Cúmplice e Dano Reflexo ou por Ricochete

Antes da análise acerca das vinculações existentes entre os casos nos quais se pode aplicar a teoria do terceiro cúmplice e os danos reflexos ou por ricochete, faz-se necessária uma maior explanação acerca da referida teoria, a qual se torna passível de invocação nos casos em que o terceiro é o responsável por causar o inadimplemento contratual, ao impossibilitar a prestação.

Segundo Otavio Luiz Rodrigues Junior (2004, p. 92),

[...] numa perspectiva mais objetiva, é possível sinalar o problema da interferência – muita vez informal – do terceiro em um contrato, visando impedir-lhe a execução plena ou até mesmo provocando sua extinção anormal. O papel do terceiro, que atua nas sombras, de modo não-ostensivo, mas assegurando uma rede de proteção ao contraente seduzido, é que está a necessitar uma correta qualificação jurídica, o que se torna possível mediante o uso da *doutrina do terceiro cúmplice*, enaltecida originalmente no Brasil por Antonio Junqueira de Azevedo [...].

Vale ressaltar que o atual Código Civil brasileiro positivou caso de intervenção ilícita de terceiro em contrato e sua respectiva sanção assim dispendo em seu artigo 608: “Aquele que aliciar pessoas obrigadas em contrato escrito a prestar serviço a outrem pagará a este a importância que ao prestador de serviço, pelo ajuste desfeito, houvesse de caber durante dois anos”.

Além disso, o anterior diploma civilista (1916), em seu artigo 1.235, também previa hipótese de intervenção do terceiro em contrato alheio, a saber: “Aquele que aliciar pessoas obrigadas a outrem por locação de serviços agrícolas, haja ou não instrumento deste contrato, pagará em dobro ao locatário prejudicado a importância, que ao locador, pelo ajuste desfeito, houvesse de caber durante quatro anos”.

Partindo-se desse pressuposto, no que concerne às relações entre dano reflexo e teoria do terceiro cúmplice, insta transcrever a conclusão de Rafael Peteffi da Silva (2011, p. 367), qual seja:

Mas note-se que em nenhum destes casos [artigos 1.235 do Código Civil de 1916 e 608 do Código Civil em vigência] parece estar a estrutura básica dos danos reflexos ou por ricochete, pois não houve um dano a uma vítima direta que, em decorrência, lesou uma segunda vítima, por um prejuízo próprio e independente. Nas hipóteses da



teoria do terceiro cúmplice analisadas, o devedor parece também estar se beneficiando da interferência, não sofrendo qualquer tipo de dano.

Portanto, a utilização da teoria do terceiro cúmplice, não obstante sua relevância para a responsabilidade civil, não se mostra apta a fundamentar a ampliação do reconhecimento de danos reflexos ou por ricochete como indenizáveis.

### 2.1.3 Outros Casos

Nesse tópico, analisar-se-ão casos em que, assim como aqueles examinados no item acima, o terceiro é responsável por causar o inadimplemento do contrato, porém, sem a atuação conjunta entre devedor e terceiro – que é exigida para aplicação da teoria do terceiro cúmplice -, sem perder de vista as vinculações com a categoria dos danos reflexos ou por ricochete.

Nesse contexto, destacam-se dois casos apresentados por Otavio Luiz Rodrigues Junior (2004, p. 93): a chamada tragédia de Superga – um desastre aéreo em que houve a perda do time de futebol do A. C. Torino em 1949 e, na década de 70, a perda do jogador “Meroni” por aquela mesma agremiação, só que desta vez em um acidente de automóvel.

Na primeira situação, a agremiação ajuizou demanda em face da companhia aérea, com o objetivo de obter indenização pelos prejuízos experimentados. No entanto, como salienta o autor, os pedidos foram julgados improcedentes. No que toca à segunda situação, verificou-se uma mudança de posicionamento da Corte de Cassação italiana, que admitiu o pedido deduzido pela agremiação. Nas palavras do autor,

Com efeito, toda a equipe de futebol do Torino, famoso clube italiano - composta por jogadores de grande prestígio como Mazzola, Loik e Gabetto -, desapareceu aos 04.05.1949, quando o avião foi sinistrado em um dramático acidente aeronáutico, chocando-se contra a colina de Superga, uma simpática cidade, com uma igreja dedicada à Nossa Senhora. Além da comoção nacional e familiar ante a morte dos atletas, surgiu um grave problema jurídico: “o time havia firmado diversos contratos publicitários em função de futuras partidas, que ficaram sem possibilidade de execução pela superveniente morte dos jogadores”. É evidente que tais pactos seriam resolvidos, segundo as regras da impossibilidade física superveniente, porém os prejudicados entenderam que a solução tradicional não os aliviaria dos inesperados e desproporcionais danos, além de exonerar a responsabilidade da companhia aérea, que, de algum modo, haveria dado causa a tais infortúnios, sem

falar no problema atinente às coberturas securitárias, que não alcançavam os aludidos contratos publicitários e os campeonatos a serem disputados (Redenti, 1951:49-56; Greco, 1951:422-435). A Corte de Cassação italiana, à época, não admitiu a doutrina do terceiro cúmplice, o que só veio a ocorrer mais de vinte anos depois, em 1971, com o desastre automobilístico que vitimou o jogador Luigi Meroni, que, numa ironia do destino, também integrava o time de futebol do Torino (Cass. Sez.un. 26.01.1971 n. 174, in Foro it. 1971, I, 342 e 1284). O caso Meroni é reconhecido pelos autores peninsulares como o responsável por um autêntico giro copernicano na responsabilidade do terceiro em face de relações jurídicas envolvendo outras pessoas, marcando o ingresso definitivo da doutrina do terceiro cúmplice no âmbito das grandes questões do moderno direito civil (Cian, 1971:199; Santuososso, 1971:201). (2004, p. 93)

Interessante observar no trecho acima transcrito que os casos relatados foram examinados sob a perspectiva da teoria do terceiro cúmplice, embora inexistente a atuação conjunta entre devedor e terceiro com vistas ao inadimplemento contratual.

Ao analisar os casos acima narrados e suas relações com a categoria dos danos reflexos ou por ricochete, afirma Rafael Peteffi da Silva (2011, p. 370) que:

No direito brasileiro, não há sistematização jurisprudencial das hipóteses de dano reflexo aludidas, tampouco aprofundamento doutrinário. Entretanto, podemos identificar alguns exemplos doutrinários e alguns casos jurisprudenciais que parecem permitir que danos reflexos que surjam das hipóteses suprarreferidas sejam indenizados.

Além disso, o citado autor menciona o interessante exemplo apresentado por Luiz Renato Ferreira da Silva, apesar de não confirmar a possibilidade de indenização sob a perspectiva do direito brasileiro:

Pode-se, quiçá, vislumbrar melhor a titularidade autônoma do dano por ricochete com um exemplo desta modalidade no campo patrimonial. O empregador que vê seu empregado atropelado por um automóvel e fica sem que o mesmo possa prestar serviço por uma série de dias, embora não tenha sido a vítima do acidente, acaba, reflexamente, sendo atingido e enfrenta uma perda patrimonial, que, na linha de causalidade adequada, conduz ao autor do dano. O que resta atingido é o patrimônio do empregador, ainda que não tenha sido o alvo imediato da ofensa. É o seu lucro que ele quer repor com uma eventual indenização. O dano que ele sofre teria a natureza de dano por ricochete. (1992, p. 172)

Ainda neste particular se destaca interessante julgado do Superior Tribunal de Justiça - STJ, decidido em 02 de março de 2010, também examinado pelo autor (2011, pp. 370-374). Tratava-se do Recurso Especial n. 753.512, do Rio Janeiro, cujo relator foi o Ministro João Otávio de Noronha. O caso submetido à apreciação do STJ envolvia um

contrato firmado entre uma empresa de produções artísticas e um maestro russo, a fim de produzir concertos em território nacional, o qual restou inadimplido ante o extravio da bagagem do maestro em questão pela companhia aérea (Compagnie Nationale Air France).<sup>34</sup>

Por isso, Dell'arte Promoções Artísticas LTDA ajuizou ação condenatória – pleiteando indenização a título de danos materiais e morais - em face da companhia aérea, utilizando como um dos fundamentos o artigo 17 do Código de Defesa do Consumidor.<sup>35</sup>

O Ministro relator ao proferir seu voto afastou o fundamento colacionado pela autora da demanda, sob argumento de que o artigo 17 do diploma consumerista somente se aplicaria em casos de fato/defeito de produto ou serviço, o que não seria o caso dos autos. Assim, votou pela improcedência dos pedidos deduzidos na petição inicial. No entanto, o voto que se sagrou vencedor foi aquele proferido pelo Min. Luis Felipe Salomão, no qual arguiu que o dever de indenizar poderia emergir de outros fundamentos, sobretudo da teoria geral da responsabilidade civil, da qual pode ser extraída a ressarcibilidade dos danos reflexos.

Nesse sentido, ressalta-se o seguinte trecho do voto prolatado pelo Ministro Luis Felipe Salomão, qual seja:

O Juízo de primeira instância julgou procedentes os pedidos, condenando a ré a pagar, a título de indenização por danos materiais, o valor de R\$ 9.572,20 (nove mil, quinhentos e setenta e dois reais e vinte centavos), e à título de danos morais o valor equivalente à 25 (vinte e cinco) salários mínimos. [...] Assim, embora o e. relator tenha afastado a legitimidade ativa da parte em virtude do malferimento do art. 17, CDC, deve-se analisar se estão presentes ou não, consoante o narrado pela autora, os pressupostos da responsabilidade civil, como a seguir será exposto. [...] Ou seja, como causa de pedir e fundamentação jurídica, a autora invocou, além do Código de Defesa do Consumidor, também o Código Civil e a teoria geral da responsabilidade civil. 3.2. Nesse passo, mister observar, primeiramente, que foi concluído um contrato de transporte entre o preposto vinculado a autora, com passagens adquiridas por esta, e a Companhia Aérea, com o objetivo de trazer ao Brasil as partituras necessárias à realização do evento organizado pela autora. Por conseguinte, dos fatos acolhidos como incontroversos pelo Tribunal de origem, exsurge que o contrato de transporte, diante das peculiaridades do caso, configura, na realidade, também uma estipulação em favor de terceiro, ou seja, em favor da Produtora de Eventos, que é, em última análise, a beneficiária do transporte das partituras e, conseqüentemente, a pessoa lesada pelo suscitado adimplemento defeituoso do contrato. [...] **4. Ainda que assim não fosse, restaria legitimada a autora a propor ação em virtude da responsabilidade extrajudicial da ré pelos danos, em ricochete, ocasionados à autora em virtude daqueles gerados ao maestro pelo extravio de suas bagagens, com o qual possuía uma relação de dependência/subordinação.** [...] Destarte, como a autora, na causa de pedir, refere-se ao fato ilícito, dano, nexos causal e culpa da ré, mister também que a análise do caso seja realizada, do ponto de vista jurídico, com base nessa perspectiva do dano em ricochete, notadamente a análise da

<sup>34</sup> Segundo consta do relatório do Recurso Especial, o maestro não pode se apresentar, pois não contava com suas partituras e outros materiais essenciais que estavam na bagagem extraviada.

<sup>35</sup> “Para os efeitos desta seção [Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço], equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.”

legitimidade ativa, mera condição da ação.<sup>5</sup> Destarte, como o acórdão apreciou a causa apenas aplicando o art. 17, CDC, malferindo o dispositivo legal, o que, como examinado, por si só, no caso concreto, não implica em ilegitimidade passiva da autora, penso que a melhor solução para a hipótese é acolher em parte o recurso da ré, apenas para cassar o acórdão, permitindo que novo julgamento seja realizado<sup>36</sup>, apreciando-se todos os ângulos da questão, notadamente o pedido com base na teoria geral da responsabilidade civil. (*grifou-se*)

Insta observar que Ministro Luis Felipe Salomão pautou seu entendimento, após ter afastado a incidência do artigo 17 do Código de Defesa do Consumidor, em dois fundamentos jurídicos principais: os danos reflexos e a modalidade de contrato em favor de terceiro. Salienta-se, nesse sentido, que o contrato em favor de terceiro é igualmente um dos argumentos mais utilizados para fundamentar a hipótese da ação direta da vítima contra a seguradora, em casos em que esta injustificadamente não paga a indenização contratada pelo segurado causador do acidente. No entanto, tendo em vista a principiologia que atualmente rege os contratos, poderia se cogitar e até considerar mais apropriada a aplicação do princípio da função social do contrato ao caso em questão (SILVA, 2011, p. 372).

Infere-se, portanto, que em parte das hipóteses de flexibilização da relatividade dos efeitos contratuais, operada, sobretudo, pelo princípio da função social do contrato, é possível a visualização de novos exemplos de dano reflexo ou por ricochete. Desse modo, evidenciou-se que o princípio da função social do contrato poderá contribuir sobremaneira para o seguro reconhecimento de novas hipóteses de dano reflexo como indenizáveis, atuando, nesse sentido, como um dos critérios a serem considerados no caso concreto.

## **2.2 Casos Fundados na Teoria Geral da Responsabilidade Civil**

### **2.2.1 Dano Extrapatrimonial Reflexo**

Prosseguindo com a análise das diversas manifestações do dano reflexo ou por ricochete, sobretudo no que concerne à possibilidade de sua indenização para além da

---

<sup>36</sup> Cumpre mencionar, neste ponto, que já houve novo julgamento pela 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em apelação cível de n. 21.525/2004. No referido julgamento, adotou-se como fundamento a existência de estipulação em favor de terceiro, reportando-se, assim, àquele utilizado pelo Ministro Luis Felipe Salomão, já comentado.

hipótese neste trabalho denominada de *caso clássico*, neste tópico far-se-á um exame mais aprofundado acerca do dano extrapatrimonial reflexo.<sup>37</sup>

Saliente-se, de início, que diferentemente do dano patrimonial reflexo ou por ricochete - o qual conta ao menos com a previsão do artigo 948 do Código Civil – o dano extrapatrimonial reflexo carece de previsão legislativa. De fato, até o *caso clássico*, explanado no primeiro capítulo deste trabalho, advém de uma interpretação da parte final do *caput* do dispositivo já citado.<sup>38</sup>

Naquela oportunidade, além da interpretação do artigo 948 do Código Civil, observaram-se as possibilidades, e sua respectiva aceitação pela jurisprudência, de ampliação do rol de legitimados a pleitear indenização por dano extrapatrimonial reflexo em casos de falecimento de pessoa próxima. Neste tópico, por outro lado, o objetivo consiste no exame de hipóteses em que se visualize a categoria dos danos extrapatrimoniais reflexos e que sejam diversas dos casos de homicídio. Saliente-se, neste ponto, que esses casos diversos já têm alguma aceitação na jurisprudência brasileira, como será a seguir apresentado.

No entanto, de forma prévia à pretendida análise, importante se faz o enquadramento do dano extrapatrimonial por ricochete na categoria dos danos extrapatrimoniais. Para isso, utilizar-se-á a lição de Luiz Renato Ferreira da Silva, que, utilizando-se da classificação originalmente estabelecida por Miguel Reale, apresenta a faceta objetiva e subjetiva do dano extrapatrimonial ou moral.<sup>39</sup>

Evocando a definição formulada por Miguel Reale, Luiz Renato Ferreira da Silva apresenta o dano moral subjetivo como o “que se correlaciona com o mal sofrido pela pessoa em sua subjetividade, em sua intimidade psíquica, sujeita a dor ou sofrimento intransferíveis, porque ligados a valores de seu ser subjetivo, que o ato ilícito veio penosamente a subverter...”. (1992, p. 188)

De outro lado, assevera o autor que:

Além desse bem da vida, há outros que não são apenas subjetivos, mas que contêm uma objetividade e que são comuns a todas as pessoas. Porém, os mesmo não se

<sup>37</sup> Neste particular, esclareça-se que ao longo deste tópico serão utilizadas, por vezes, as expressões “dano moral reflexo” e “dano extrapatrimonial reflexo” como sinônimas, embora se reconheça que terminologicamente seria mais apropriada a expressão “dano extrapatrimonial” ou “dano moral em sentido amplo”. As razões para isso traduzem-se no fato de que “é tradicionalmente dada [a estes danos], no Brasil, a denominação danos morais, que é adotada também em textos legislativos, como destaque, na Constituição Federal, para os arts. 5º, V e X [...] e 114, VI [...] e no Código Civil, para o art. 186.” (NORONHA, 2010, pp. 590-591). Ademais, essa é a denominação utilizada na maioria das decisões judiciais, bem como na doutrina brasileira.

<sup>38</sup> O tema já foi devidamente analisado no item “1.3” do primeiro capítulo.

<sup>39</sup> O autor utiliza a expressão “dano moral” em vez de “dano extrapatrimonial”. Sobre a referida confusão, vide nota de rodapé de número 36.

exteriorizam em bens materiais. Trata-se dos chamados direito da personalidade. Estes direitos são vinculados à qualidade que todos os homens e as entidades personalizadas têm de serem sujeitos de direito. Revestido da capacidade de direito, o indivíduo ou o ente personalizado adquire uma gama de direitos decorrentes da própria investidura da personalidade. [...] Este feixe se encontra em qualquer pessoa (física ou jurídica) que seja dotada de personalidade. Daí que se conceba objetivamente, eles existem desde que haja personalidade [...]. Estes constituem o objeto, o bem da vida, restaurado pela indenização do dano moral objetivo. É a outra modalidade de dano moral. (1992, p. 188)

Diante da lição acima transcrita, depreende-se que à configuração deste dano moral objetivo não se faz necessária uma análise da subjetividade do ofendido, mas, tão-somente, a ocorrência de lesão a tais direitos – decorrentes da própria investidura da personalidade.

Com efeito, caso a lesão atinja o sentimento do indivíduo, aquilo que a doutrina francesa engloba nas categorias do *préjudice d'affection* (prejuízo de afeição) e do *préjudice d'agrément*, ter-se-á o dano moral subjetivo; de outra parte, quando se atinge um dos direitos de personalidade, aparece o dano moral objetivo. (SILVA, 1992, p. 189)

A importância da classificação elaborada pelo autor reside na identificação do bem jurídico apto a justificar a legitimidade do ofendido para pleitear indenização pelo dano suportado.

Destarte, em observância à premissa de que apenas aquele que teve seu patrimônio jurídico atingido pode postular a reparação, bem como à classificação supracitada, infere-se que será legitimado todo aquele que teve um direito de personalidade atingido (repise-se que, a este título, só poderá pleitear aquele que teve seu direito de personalidade atingido – ou seja, a honra, a intimidade, a imagem, a integridade física, o bom nome, etc.), assim como todo aquele que tiver sofrido um dano moral subjetivo.

Vale ressaltar que é nesta segunda categoria que estão inseridos os danos extrapatrimoniais reflexos ou por ricochete. Isso porque, nestas hipóteses, há primeiro um lesado direito – vítima imediata da ofensa – que experimenta um dano capaz de ensejar em outras pessoas, que não tiveram um direito de personalidade atingido e, portanto, não sofreram um dano moral objetivo, “um mal ‘em sua subjetividade, em sua intimidade psíquica, sujeita a dor ou sofrimento intransferíveis, porque ligados a valores do seu ser subjetivo, que o ato ilícito veio penosamente a subverter’”. (SILVA, 1992, p. 191)

Partindo-se desse pressuposto, é possível identificar e explorar novas hipóteses/situações fáticas em que se visualizam danos extrapatrimoniais reflexos ou por

ricochete passíveis de indenização, bem como sua aceitação pela doutrina e jurisprudência brasileiras.

Inicia-se o aludido estudo a partir de uma variação da situação aqui denominada de *caso clássico*: em vez do falecimento da vítima direta, cogitar-se-ão casos em que ela tenha sofrido de lesões corporais em virtude de ato imputável a determinado responsável. Nesse sentido, interessante transcrever as palavras do autor português António Santos Abrantes Geraldês, pois, assim como no Brasil, o ordenamento jurídico português não prevê expressamente a ressarcibilidade dos danos reflexos nestas hipóteses,<sup>40</sup> a saber:

[...] Cada dia que passa revela que certos eventos geradores de responsabilidade civil extracontratual, apesar de não redundarem em morte, se repercutem na esfera de outras pessoas, que não apenas naquela que foi imediatamente atingida. [...] Mais difíceis de delimitar e de integrar são os danos de natureza imaterial causados a terceiros em casos de lesão corporal. Fixado na pessoa do sinistrado o ponto de impacto, a vida demonstra-nos, com frequência, que os estilhaços, quais efeitos colaterais, acabam por atingir, de forma igualmente grave, outras pessoas cuja esfera jurídica, integrada por direitos subjectivos, por interesses juridicamente relevantes ou por simples mas legítimas expectativas, também é afectada, de forma mediata, mas suficientemente relevante, pelo estado físico ou psíquico que fica o lesado. (2007, p. 36)

Fato é que para além daqueles prejuízos que se inserem na esfera jurídica do ofendido, em casos em que seja vítima de lesões graves, as pessoas que estão a ela ligadas por laços familiares ou afetivos podem ser igualmente abaladas. Veja-se que, nestas hipóteses, essas pessoas poderão experimentar estados de angústia, depressivos e até mesmo graves interferências em seu modo de vida.<sup>41</sup>

Neste particular e em relação ao direito brasileiro, emblemático julgado foi recentemente decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, em 07 de dezembro de 2010. O julgamento referiu-se ao Recurso Especial n. 120.894-4, de Minas Gerais, cuja relatora foi a Ministra Nancy Andrighi. Nesse sentido, impõe transcrever a ementa do correlato acórdão:

<sup>40</sup> O Código Civil português contempla expressamente, como já afirmado no item “1.3” deste trabalho, a possibilidade de indenização do dano extrapatrimonial reflexos em casos de homicídios, apresentando rol taxativo de legitimados (artigo 496º), sem dispor acerca desta modalidade de dano em casos de lesões corporais de natureza grave sofridas pela vítima direta.

<sup>41</sup> A fim de ilustrar, destaca-se exemplo trazido por António Santos Abrantes Geraldês (2007, p. 38): “Basta pensar num acidente que determine para o sinistrado uma disfunção psicossomática que nem sequer lhe permita perceber o seu próprio estado de saúde (v.g. como profundo), caso em que são outras as pessoas que realmente sentem o sofrimento, confrontadas com a persistente percepção do estado clínico do sinistrado ou com a contínua necessidade de lhe prestarem assistência; outras vezes, o estado de saúde vai-se degradando lentamente num quadro em que os sofrimentos físicos ou morais do lesado convivem com estados de angústia ou de desespero de quem o rodeia”.

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. LEGITIMIDADE ATIVA. PAIS DA VÍTIMA DIRETA. RECONHECIMENTO. DANO MORAL POR RICOCHETE. DEDUÇÃO. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO JUDICIAL. SÚMULA 246/STJ. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DE SÚMULA. DESCABIMENTO. DENUNCIAÇÃO À LIDE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ E 283/STF.

1. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

**2. Reconhece-se a legitimidade ativa dos pais de vítima direta para, conjuntamente com essa, pleitear a compensação por dano moral por ricochete, porquanto experimentaram, comprovadamente, os efeitos lesivos de forma indireta ou reflexa. Precedentes.**

3. Recurso especial não provido. (*grifou-se*)

Em síntese, tratou-se de demanda condenatória ajuizada pelos pais, por direito próprio, e também representado sua filha menor de idade, em que pleiteavam indenização a título de danos extrapatrimoniais e patrimoniais. Isso porque, segundo consta do relatório do acórdão, a filha do casal foi atropelada, enquanto caminhava na calçada, por veículo conduzido pelo réu da demanda, sofrendo lesões corporais.

No caso em questão, a relatora, Ministra Nancy Andrighi, fundamentou seu voto, quanto ao pedido indenizatório deduzido pelos pais por direito próprio, na possibilidade de indenização dos danos reflexos ou por ricochete, a saber:

Não obstante a compensação por dano moral ser devida, em regra, apenas ao próprio ofendido, tanto a doutrina quanto a jurisprudência tem firmado sólida base na defesa da possibilidade de os parentes do ofendido e a esse ligados afetivamente postularem conjuntamente com a vítima compensação pelo prejuízo experimentado, conquanto sejam atingidos de forma indireta pelo ato lesivo. Trata-se de hipótese de danos morais reflexos, ou seja, embora o ato tenha sido praticado diretamente contra determinada pessoa, seus efeitos acabam por atingir, indiretamente, a integridade moral de terceiros. É o chamado dano moral por ricochete ou *préjudice d'affection*, cuja reparação constitui direito personalíssimo e autônomo dos referidos autores.

Como se vê, da própria ementa do citado acórdão – em que foi referida a existência de precedentes – pode ser extraída a aceitação pela jurisprudência brasileira da possibilidade de indenização do dano extrapatrimonial reflexo ou por ricochete nos casos em que sejam causadas à vítima direta lesões corporais.<sup>42</sup>

<sup>42</sup> No mesmo sentido se apresenta interessante acórdão proferido em sede de Recurso Especial de n. 876.448/RJ: “RECURSOS ESPECIAIS - RESPONSABILIDADE CIVIL - ALUNA BALEADA EM CAMPUS DE UNIVERSIDADE - DANOS MORAIS, MATERIAIS E ESTÉTICOS - ALEGAÇÃO DE DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, CONSISTENTE EM GARANTIA DE SEGURANÇA NO CAMPUS



Nesse particular, quanto aos legitimados a pleitear esse tipo de indenização, podem ser aproveitadas as observações já feitas em relação ao *caso clássico* de dano extrapatrimonial reflexo ou ricochete (item 1.3 deste trabalho).

A par da hipótese acima analisada, é possível verificar nas decisões proferidas pelos tribunais brasileiros alguns outros exemplos de ressarcibilidade do dano extrapatrimonial reflexo ou ricochete. Saliente-se, por oportuno, que se trata de casos mais particulares e isolados, o que de forma alguma afasta sua importância e contribuição a este trabalho.

Nesse ponto, analisar-se-ão dois julgados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em cujos acórdãos foi utilizada, como fundamentação jurídica, a possibilidade de indenização dos danos extrapatrimoniais reflexos ou por ricochete.

O primeiro refere-se à decisão proferida em sede de apelação cível em demanda condenatória ajuizada pelo esposo da vítima de violência sexual. No caso, está perfeitamente delineado o esquema proposto para o reconhecimento do dano reflexo ou por ricochete: a violência sexual sofrida pela esposa (vítima direta) – no caso um dano pessoal – refletiu na esfera jurídica do marido (vítima por ricochete), ocasionando-lhe um dano de natureza extrapatrimonial (dano reflexo ou por ricochete).<sup>43</sup>

---

RECONHECIDO COM FATOS FIRMADOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM - FIXAÇÃO – DANOS MORAIS EM R\$ 400.000,00 E ESTÉTICOS EM R\$ 200.000,00 – RAZOABILIDADE , NO CASO - PENSIONAMENTO MENSAL - ATIVIDADE REMUNERADA NÃO COMPROVADA - SALÁRIO MÍNIMO – SOBREVIVÊNCIA DA VÍTIMA - PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA - INVIABILIDADE – DESPESAS MÉDICAS - DANOS MATERIAIS - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – JUROS MORATÓRIOS - RESPONSABILIDADE CONTRATUAL - TERMO INICIAL - CITAÇÃO - DANOS MORAIS INDIRETOS OU REFLEXOS - PAIS E IRMÃOS DA VÍTIMA - LEGITIMIDADE - CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL - TRATAMENTO PSICOLÓGICO - APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. [...]

**7. É devida, no caso, aos genitores e irmãos da vítima, indenização por dano moral por ricochete ou préjudice d'affection, eis que, ligados à vítima por laços afetivos, próximos e comprovadamente atingidos pela repercussão dos efeitos do evento danoso na esfera pessoal. [...]** (STJ, Terceira Turma, relator Ministro Sidnei Beneti, julgado em 17/06/2010; *grifou-se*)

<sup>43</sup> O acórdão foi assim ementado: VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER. DANO A TERCEIRO: ESPOSO. CABIMENTO. MONTANTE INDENIZATÓRIO. 1. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. NÃO-OCORRÊNCIA. Possibilidade de pronunciamento judicial acerca do pedido. Inexistência de proibição no ordenamento jurídico. Cabimento de postular indenização com base no chamado “dano por ricochete”. 2. INDENIZAÇÃO CONTRA O ESTADO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE AOS SERVIDORES. CABIMENTO. Matéria decidida em anterior recurso transitado em julgado. Preclusão. 3. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. EXTORSÃO E ABUSO SEXUAL PERPETRADO POR POLICIAIS. FATOS COMPROVADOS. DEVER DE INDENIZAR. Caso em que a esposa do autor foi violentada sexualmente por policial civil nas dependências de Delegacia, enquanto o demandante era conduzido por outro servidor para buscar dinheiro de extorsão. Conjunto probatório carreado ao processo que dá amparo à versão da inicial. Responsabilidade do Estado com base no art. 37, § 6º, da CF/88 – Teoria do Risco Administrativa. 4. DANO MORAL. ABALO PSICOLÓGICO GRAVE. MONTANTE INDENIZATÓRIO. Depressão pós-traumática da esposa, que faz uso de medicação e necessita de permanente tratamento psicológico, juntamente com o autor. Término do relacionamento conjugal e necessidade de mudança de domicílio. Valor compensatório fixado em sentença adequado, sem traduzir ganho injustificado, impondo justa

Veja-se que, apesar de ter sido a esposa a vítima direta do evento danoso, ressalte-se que foi de tamanha gravidade, é inarredável o fato de que o esposo foi igualmente afetado, de modo que, no caso, impôs-se a reparação dos prejuízos por ele experimentados.

A segunda hipótese, também relativa à decisão proferida em sede de apelação cível, tratou de demanda condenatória ajuizada pelo pai de uma criança – que teria ingerido um bombom contaminado pela larva do cacau - em face do fornecedor do produto, visando indenização a título de danos extrapatrimoniais. No julgamento, foi reconhecida a legitimidade do autor da demanda para pleitear a indenização, bem como a procedência de seu pedido, com fundamento na possibilidade de reparação dos danos extrapatrimoniais reflexos ou por ricochete.<sup>44</sup>

Igualmente, no caso acima mencionado, verifica-se estar presente o esquema triangular característico dos danos reflexos ou por ricochete.

Ainda nessa linha, interessante exemplo é trazido pelo autor Anderson Schreiber ao discorrer acerca do denominado “dano sexual” e suas repercussões:

Tome-se, como exemplo, as discussões recentes em torno do chamado dano sexual, consubstanciado na privação da possibilidade de relacionamento sexual de um dos cônjuges após erro médico de que vem a ser vítima o outro. Em hipóteses assim, **a conduta negligente do médico afeta, reflexamente, o cônjuge da vítima**, mas não há dúvida de que a ressarcibilidade deste prejuízo autônomo, embora passível de discussão, não deve ser excluída sob argumento de que se trata de dano remoto. (2011, p. 61; *grifou-se*)<sup>45</sup>

---

punição pelo ato ilícito. 5. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. ADEQUAÇÃO. Havendo condenação, de regra, incide o art. 20, § 3º, do CPC na fixação dos honorários advocatícios. Atenção à base de cálculo e à remuneração adequada ao causídico a partir dos critérios legais. Percentual fixado em sentença minorado. (TJRS. Apelação cível n. 70027336155, relator Desembargador Jorge Alberto Schreiner Pestana. Porto Alegre, julgado em 26 de novembro de 2009).

<sup>44</sup> CONSUMIDOR. BOMBOM SONHO DE VALSA. VÍCIO DO PRODUTO. CONTAMINAÇÃO. LARVA DO CACAU. RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. ARBITRAMENTO. 1. O caso dos autos envolve pretensão indenizatória, a teor do art. 12 do CDC. Não se trata de alegação de defeito no produto (art. 18 do CDC). Portanto, não se sujeita ao prazo decadencial do art. 26 do CDC, e sim ao prazo prescricional do art. 27 do CDC. 2. A teor do parágrafo 3º do art. 515 do CPC, imperiosa a análise do mérito porquanto a lide está pronta para julgamento. 3. O ato ilícito, consistente na contaminação dos bombons pela larva viva, além de fragmentos de teia e excrementos de inseto, foi devidamente demonstrado e a prova permite imputar a responsabilidade à fornecedora. 4. **É notório o sentimento de nojo e repulsa que a natureza da situação representa para o consumidor. Devendo-se mencionar, a propósito, a preocupação com a saúde da vítima, uma menina de 07 (sete) anos, que ingeriu 03 (três) bombons possivelmente contaminados pela larva do cacau.** (*grifou-se*). 5. Danos morais – por ricochete – acolhidos, com arbitramento da indenização em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). (TJRS. Recurso Inominado n. 71001962273, relator Jeferson Moacir Gubert. Porto Alegre, julgado em 18 de junho de 2009).

<sup>45</sup> A hipótese é também levantada pelo autor Paulo de Tarso Sanseverino (2010, p. 304), a saber: “Os prejuízos sexuais, denominados no direito francês *préjudice sexuel* ou *pretium sexuelle*, compreendem as sequelas decorrentes da perda da função sexual propriamente dita (impotência sexual ou frigidez feminina), bem como da capacidade reprodutiva (esterilidade). [...] Quando se trata de pessoa casada, além do dano direto e imediato sofrido pela própria vítima, há também o prejuízo reflexo ou por ricochete suportado pelo cônjuge ou companheiro”.

Da exposição feita acima, infere-se a riqueza de situações em que se podem visualizar os danos reflexos ou por ricochete em sua dimensão extrapatrimonial, muito além, portanto, daquela hipótese aqui denominada de *caso clássico*.

Nesse sentido e, principalmente, considerando a atual função da responsabilidade civil e sua maior preocupação com as vítimas dos eventos danosos, destaca-se que o direito não pode se mostrar insensível às pretensões daqueles que veem radicalmente alterado seu modo de vida, sujeitos a estados de grande angústia ou até mesmo de desespero ou, ainda, que fiquem gravemente perturbados na relação que anteriormente mantinham com o lesado.

Ademais, cumpre salientar que tanto a responsabilidade civil objetiva quando a subjetiva, no ordenamento jurídico brasileiro, são reguladas por meio de cláusulas gerais (artigo 927 e 186 do Código Civil). Com efeito, não se percebe qualquer imposição de interpretação restritiva capaz de afastar radicalmente a tutela de situações, como as acima apresentadas, cuja gravidade é evidente. Ressalte-se, neste contexto, a ressarcibilidade do dano extrapatrimonial reflexo naqueles casos tem sido admitida pela doutrina e também pela jurisprudência.

### **2.2.2 Dano Patrimonial Reflexo ou por Ricochete**

Ainda no que se refere às diversas manifestações do dano reflexo ou por ricochete, este tópico consistirá em um breve estudo acerca da possibilidade de reconhecimento da ressarcibilidade do dano patrimonial reflexo em situações que destoam da hipótese prevista no artigo 948 do Código Civil – denominada, neste trabalho, de *caso clássico*. Saliente-se, neste particular, que quando da análise da vinculação da função social do contrato e a categorias dos danos reflexos, já foram apresentadas novas hipóteses de danos extrapatrimoniais reflexos indenizáveis.<sup>46</sup>

Nesse ponto, faz-se importante salientar que, assim como em todos os temas pertinentes aos danos reflexos, inexistente grande aprofundamento doutrinário no Brasil. A maioria dos manuais e livros específicos de responsabilidade civil limitam-se a comentar o artigo 948 do Código Civil; outros autores, e aqui se reporta a Sérgio Cavalieri Filho (2012, p.

---

<sup>46</sup> O aludido exame foi feito no primeiro item deste segundo capítulo.

115), afirmam que a única possibilidade de indenização deste modalidade de dano é aquela prevista no artigo 948, inciso II, do Código Civil:

Os danos reflexamente causados a terceiros, destarte, sem violação de qualquer relação contratual ou extracontratual, não encontram cobertura direta, nem na responsabilidade aquiliana, nem na responsabilidade contratual, porque não decorrem diretamente do ato ilícito. A única exceção que a lei abre à regra geral de que o direito à indenização cabe apenas a quem sofreu diretamente o dano é no caso de morte da vítima; admite-se, como veremos, que a indenização seja pleiteada por aqueles que viviam sob sua dependência econômica (Código Civil, art. 948, II, que corresponde ao art. 1.537, II, do Código de 1916).

Entretanto, parece que a lição acima transcrita não pode ser vista como absoluta, pois, conforme já arguido quando da análise de novas possibilidades de ressarcimento do dano extrapatrimonial reflexo, a responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro é regulada por meio de cláusulas gerais, de modo a não se poder dizer, em uma primeira análise, que determinada situação não merecerá tutela por esse ramo jurídico. Ressalte-se, contudo, que é importante estabelecer limitação à reparação nestes casos, o que será objeto de capítulo específico neste trabalho, que poderá, quiçá, ser encontrada nos próprios requisitos da responsabilidade civil, quais sejam o nexo de causalidade e os elementos do dano.

A partir destes esclarecimentos iniciais, proceder-se-á ao exame de novas hipóteses de dano patrimonial reflexo que podem ser tidas como indenizáveis. Em primeiro lugar, serão apresentados os casos previstos na legislação portuguesa e, em seguida, alguns que já foram objetos de apreciação pelos tribunais pátrios.

#### ***2.2.2.1 Diálogo com a Legislação Portuguesa***

Tendo em vista a dificuldade de aceitação da categoria de danos reflexos ou por ricochete, sobretudo em sua dimensão patrimonial, e, ademais, a ausência de um estudo doutrinário profundo em âmbito nacional, de grande valia ao presente trabalho se apresentam as lições de direito comparado. Optou-se, nesse sentido, pelo direito português que conta uma disciplina legislativa interessante nesta matéria. O artigo 495 do Código Civil português, ao tratar a questão dos danos patrimoniais reflexos, dispõe:

Artigo 495.º (Indemnização a terceiros em caso de morte ou lesão corporal).

1. No caso de lesão de que proveio a morte, é o responsável obrigado a indemnizar as despesas feitas para salvar o lesado e todas as demais, sem exceptuar as do funeral.

**2. Neste caso, como em todos os outros de lesão corporal, têm direito a indemnização aqueles que socorreram o lesado, bem como os estabelecimentos hospitalares, médicos ou outras pessoas ou entidades que tenham contribuído para o tratamento ou assistência da vítima.**

3. Têm igualmente direito a indemnização os que podiam exigir alimentos ao lesado ou aqueles a quem o lesado os prestava **no cumprimento de uma obrigação natural.** (*grifou-se*)

Ao comentar o dispositivo em tela, António Santos Abrantes Geraldès (2007, p. 16), assevera:

Note-se que, relativamente ao facto ilícito, aqueles que realizaram o tratamento ou prestaram a assistência apenas mediata ou reflexamente são atingidos. Apesar disso, como imperativo de Justiça, o ordenamento não poderia deixar de lhes conceder o direito de indemnização capaz de reintegrar a situação que existiria se não tivesse ocorrido o evento, sendo tal direito o corolário do cumprimento de deveres legais, éticos ou morais de proteção ou de assistência.

Analisando-se as hipóteses arroladas no artigo acima transcrito, observa-se que aquelas previstas nos itens um e três correspondem em linhas gerais aos incisos do artigo 948 do Código Civil brasileiro, salvo, quanto ao terceiro item, a previsão relativa aos credores de alimentos prestados em cumprimento de uma obrigação natural.<sup>47</sup> Assim, interessante se mostram as hipóteses previstas no item dois.

Prevê-se, pois, a possibilidade de todos aqueles que experimentaram um prejuízo patrimonial relacionado com as despesas de socorro, tratamento e assistência à vítima inicial, em caso de lesão corporal, pleitearem indenização, bem como os próprios estabelecimentos hospitalares, médicos ou outras entidades. Em relação a esta última categoria, ressalta-se que o Estado, em casos de vítimas servidores públicos, pode reclamar do responsável o reembolso

<sup>47</sup> Segundo António Santos Abrantes Geraldès, “As obrigações naturais são caracterizadas essencialmente pela sua inexigibilidade, nos termos do artigo 402º, encontrando seu fundamento em meros deveres de ordem moral ou social. Por isso o seu cumprimento não decorre de uma imposição legal, antes resulta da assunção espontânea de um dever de justiça. Um dos casos em que tal dever normalmente se associa ao cumprimento de obrigação natural de alimentos emerge da união de facto, designadamente quando estabelecida entre pessoas de sexo diferente vivendo em situação análoga à de cônjuges” (2007, p. 20). No Brasil, entretanto, esse esforço interpretativo se mostra desnecessário. Atualmente se reconhece, sem maiores problemas, a União Estável entre pessoas do mesmo sexo e, assim, que formam uma entidade familiar (artigo 226 da Constituição da República Federativa do Brasil).

dos salários pagos ao funcionário lesado, consoante Acórdão Uniformizador de Jurisprudência n. 5/97 do Supremo Tribunal de Justiça:

O Estado tem o direito de ser reembolsado, por via de sub-rogação legal, do total despendido em vencimentos a um seu funcionário ausente do serviço e impossibilitado da prestação de contrapartida laboral por doença resultante de acidente de viação e simultaneamente de serviço causado por culpa de terceiro.

Interessante, ainda, é a hipótese trazida por António Santos Geraldês Abrantes (2007, p. 18) e que, segundo ele, tem sido positivamente considerada pela jurisprudência<sup>48</sup> portuguesa apesar de não contar com expressa previsão legislativa, qual seja:

Ainda que sem expressa previsão no art. 495º, tem sido positivamente considerada a ressarcibilidade dos danos causados às pessoas que, por razões de ordem familiar, têm de prestar assistência ao lesado, prejudicando os rendimentos que auferiram (lucros cessantes), designadamente perante uma situação de incapacidade ou de dependência funcional ou psíquica. Nesses casos, o direito de indemnização encontra a sua razão de ser não apenas no cumprimento de deveres legais que, por exemplo, recaem mutuamente sobre os cônjuges ou, quanto aos filhos menores, sobre os respectivos pais, mas ainda na constatação de que essa intervenção de auxílio vem suprir, na prática, aquela que deveria ser realizada por terceira pessoa e cujos custos sempre seriam de imputar ao responsável.

Como se vê, ainda que não previsto, a jurisprudência portuguesa tem se mostrado sensível ao reconhecimento da ressarcibilidade do dano reflexo patrimonial em casos como o acima mencionado, utilizando como argumentos os deveres de assistência mútua entre familiares. Infere-se, pois, que nada obsta, à luz do ordenamento jurídico brasileiro, o pleito de indenização nestas hipóteses.

Tendo em vista a semelhança entre o ordenamento jurídico português e o brasileiro, é possível afirmar que as hipóteses previstas no artigo 495º - citadas acima – podem orientar a atuação dos juristas brasileiros em face de demandas cujo objeto consista em indenização a título de dano patrimonial reflexo ou por ricochete.

---

<sup>48</sup> Destaca-se, neste ponto, o julgado colacionado ao livro do autor (2007, pp.167-170), qual seja o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16-12-93 (CJSTJ, tomo III, pág. 182), o qual versa sobre demanda ajuizada pelo pai da vítima inicial, na qual requeria o valor correspondente aos vencimentos que deixou de auferir tendo em vista a suspensão do exercício da sua profissão para poder assistir o filho – vítima de um acidente de viação –, pedido que foi julgado procedente. Interessante, assim, a transcrição do sumário do citado acórdão: “1. A indemnização a conceder por danos não patrimoniais destina-se a compensar os desgostos e sofrimentos suportados pelo lesado. 2. **O progenitor tem que ser compensado dos vencimentos que perdeu em consequência da suspensão do exercício da sua profissão para poder assistir o filho que sofreu acidente de viação**”. (2007, p. 167, *grifou-se*)

### **2.2.2.1 Casos Esparsos na Jurisprudência Brasileira**

Como anteriormente consignado, não há no Brasil sistematização quanto à disciplina dos danos reflexos ou por ricochete. Nesse passo, o que se percebe, na maioria das vezes, são decisões esparsas que enfrentam a questão. A partir dessa premissa, a seguir será analisada uma decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo relacionada à categoria dos danos patrimoniais reflexos ou por ricochete.

O acórdão, proferido em sede de apelação cível, refere-se à demanda condenatória ajuizada pelo Estado de São Paulo, visando indenização por danos patrimoniais, tendo em vista que o fardamento utilizado por um dos bombeiros integrantes de seus quadros encontrava-se dentro de veículo que fora furtado no estacionamento da Instituição de Ensino particular em que estudava o soldado em questão. O acórdão foi assim ementado:

ACÇÃO ORDINÁRIA - RESPONSABILIDADE CIVIL – PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS - FARDAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO QUE SE ENCONTRAVA NO INTERIOR DE VEÍCULO ESTACIONADO EM ESTACIONAMENTO OFERTADO POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARTICULAR E QUE FOI FURTADO - COMPROVADA A LESÃO AO ERÁRIO INDIRETAMENTE - DANO EM RICOCHETE - ADMISSIBILIDADE - RECURSO DA FAZENDA DO ESTADO PROVIDO. VOTO Nº 14.637. (TJSP, apelação cível n. 0159983312006, relatora Des. Constança Gonzaga, julgado em 26 de maio de 2011).

Do voto da relatora, extrai-se,

Na hipótese, o evento redundou na subtração, por via oblíqua, do fardamento de bombeiro que estava no interior do veículo furtado do pátio do estacionamento oferecido pela Instituição de Ensino de Marília. O nexó etiológico está presente. Considere-se que não cabem disceptações sobre a existência de relação jurídica entre a Universidade e o Estado. O dano ocorreu em ricochete.

Acerca deste julgado, interessante observar que a categoria dos danos reflexos ou por ricochete se mostrou necessária como fundamento da pretensão da parte autora justamente para reconhecer a possibilidade de ação direta do Estado de São Paulo em face da Instituição de Ensino, com a qual não possuía qualquer relação jurídica.

### 2.3 Casos Fundados em Outras Normas Expressas: Dano Ambiental Individual, Reflexo ou por Ricochete

Esta subseção tem por objetivo proporcionar uma visão geral sobre o dano ambiental e sua reparação, com enfoque no dano ambiental individual – que é também denominado de dano ambiental reflexo ou por ricochete.

De início, faz-se importante destacar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consolidou a idéia de que o meio ambiente saudável é um direito de toda coletividade, isto é, houve a consagração de seu caráter difuso, a saber: “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Ademais, o parágrafo terceiro do referido dispositivo prescreve: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas **independentemente da obrigação de reparar os danos causados.**” (*grifou-se*)

Assim, no que concerne ao dano ambiental pode-se afirmar que:

[...] constitui uma expressão ambivalente, que designa, certas vezes, alterações nocivas ao meio ambiente e outras, ainda, os efeitos que tal alteração provoca na saúde das pessoas e em seus interesses. Dano ambiental significa, em uma primeira acepção, uma alteração indesejável ao conjunto de elementos chamados meio ambiente, como, por exemplo, a poluição atmosférica; seria, assim, a lesão ao direito fundamental que todos têm de gozar e aproveitar do meio ambiente apropriado. Contudo, em sua segunda conceituação, dano ambiental engloba os efeitos que esta modificação gera na saúde das pessoas e em seus interesses. (LEITE; AYALA, 2011, p. 94)

A partir desta conceituação ambivalente, percebe-se que o dano ambiental consiste tanto naquele que recai sobre o patrimônio ambiental - comum à coletividade, autônomo (direito difuso) -, quanto ao dano por intermédio do meio ambiente (dano reflexo ou por ricochete), o qual atinge a interesses legítimos de uma determinada pessoa, sejam de ordem patrimonial ou extrapatrimonial. Há, desse modo, o dano fático imposto à qualidade ambiental global, com a perda das características essenciais dos ecossistemas, e um dano reflexo, também denominado dano por ricochete, imposto a uma pessoa determinada.



Define-se, destarte, o dano ambiental individual como aquele “[...] conectado ao meio ambiente, que é, de fato, um dano individual, pois o objetivo primordial não é a tutela dos valores ambientais, mas sim dos interesses próprios do lesado, relativos ao microbem ambiental.” (LEITE; AYALA, 2011, pp. 95-96)

Um dos exemplos desta última modalidade de dano verifica-se na seguinte situação: a contaminação de um rio situado em área particular, que gera a morte de peixes e a intoxicação daquele que ingere a água. Nessa hipótese, haverá dano material, que tem na água e nos peixes o seu objeto material; dano corporal imposto à vítima e dano moral, representado pelo seu sofrimento e perturbação na qualidade de vida. (STEIGLEDER, 2004, pp. 66-67)

É importante afirmar que existem diferenças fundamentais no regime de tutela dessas duas categorias distintas de dano, pois, enquanto no dano ambiental autônomo tutela-se a capacidade funcional ecológica e a capacidade de uso dos recursos naturais, no dano ambiental reflexo, os bens e interesses são protegidos sob a ótica do interesse individual, particular.

Partido desta premissa, acrescenta-se:

É nesse sentido que se impõe que a reparação dos danos causados ao meio ambiente, para ser integral, deve-se dar pela conjugação de ambas as formas de tutela. Assim, primordialmente, o dano deverá ser reparado através da restauração natural das áreas afetadas, mas, quando não for possível ressarcir por esse modo todos os prejuízos sofridos pelos diversos envolvidos, justificar-se-á o pagamento de uma indenização pecuniária aos lesados. (SILVA, 2006, p. 115)

Neste particular, impõe salientar que o mesmo fato, no direito ambiental, pode gerar dano ambiental autônomo e também o individual, reflexo ou por ricochete, sendo os dois passíveis de reparação. Acerca do tema,

AÇÃO COLETIVA. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES. REQUISITOS TEMPORAL. DISPENSA. POSSIBILIDADE. DIREITO INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INTERESSE DE AGIR. EXISTÊNCIA. 1 - É dispensável o requisito temporal da associação (pré-constituição há mais de um ano) quando presente o interesse social evidenciado pela dimensão do dano e pela relevância do bem jurídico a ser protegido. 2 - O §3º do art. 103 do CDC é norma de direito material, no sentido de que a indenização decorrente da violação de direitos difusos, destinada ao fundo especial previsto no art. 13 c/c o art. 16 da Lei nº 7.347/85 não impede eventual postulação ao ressarcimento individual (homogêneo) devido às vítimas e seus sucessores atingidos. Esse dispositivo não retira da associação o interesse (necessidade/utilidade) de ajuizar a ação coletiva própria, em face de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, **buscando a proteção do meio ambiente e**

**a prestação de assistência médico-hospitalar.** (STJ, REsp. 706.449/PR, relator: Min. Fernando Gonçalves, julgado em 26/05/2008; *grifou-se*).<sup>49</sup>

No que concerne ao dano ambiental reflexo, o ordenamento jurídico brasileiro prevê expressamente a sua ressarcibilidade, conforme o artigo 14 da Lei n. 6.938/81, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, senão vejamos:

**Art. 14.** Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

[...]

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas *neste* artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, **a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.** O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente. (*grifou-se*)

Por fim, importante se faz ressaltar que o dano ambiental individual, a par de ser também denominado de dano reflexo ou por ricochete, distancia-se daquele cujo fundamento é a teoria geral da responsabilidade civil. Isso porque o dano ambiental individual é, em essência, um dano particular operado **por meio** da lesão ao meio ambiente – que seria a vítima inicial do evento danoso, diferentemente do dano reflexo ou por ricochete proposto neste trabalho, em que a vítima inicial é um indivíduo. Essa diferença proporciona ao dano ambiental um sistema de responsabilização com certas peculiaridades (prioridade da reparação *in natura*, por exemplo).

Do exposto, infere-se a diversidade que permeia o instituto dos danos reflexos ou por ricochete. Nesse sentido, a fim de delineá-los com maior rigor, impõe-se uma análise de suas implicações em relação aos elementos tradicionais da responsabilidade civil, quais sejam a culpa, o nexo de causalidade e o dano, o que será feito na seção subsequente.

---

<sup>49</sup> Os pedidos veiculados na demanda em questão foram justamente a recuperação das áreas degradadas, que se refere ao dano ambiental autônomo, e a indenização por danos patrimoniais e extrapatrimoniais pelos danos ambientais reflexos ou por ricochete.

### 3. OS DANOS REFLEXOS OU POR RICOCHETE E OS ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

#### 3.1 Delineamento Contemporâneo da Responsabilidade Civil e a Reprogramação de seus Elementos

Apresentada a diversidade característica da temática que envolve os danos reflexos ou por ricochete, os quais, consoante disposto na seção anterior, tem uma aplicação que supera aquelas hipóteses neste trabalho denominadas de *casos clássicos*, faz-se necessária, a fim de delinear-los com maior rigor, uma análise de suas implicações em relação aos elementos tradicionais da responsabilidade civil, quais sejam a culpa, o nexo de causalidade e o dano.<sup>50</sup>

Pela pertinência ao objeto do presente estudo, dar-se-á ênfase aos requisitos do nexo de causalidade e dano, pois, como a seguir se explicitará, têm sido vistos como possíveis entraves à ressarcibilidade dos danos reflexos ou por ricochete<sup>51</sup>, com vistas a se definir, enfim, aquele que se apresenta como óbice ou, ao menos, como fator de (de)limitação à reparação desta categoria de danos.

Nesse sentido e também de acordo com o que se evidenciou na primeira seção deste trabalho, importante se faz, de forma preliminar, uma breve exposição acerca da influência da evolução da responsabilidade civil - e a consequente adoção de um novo paradigma, dito solidarista - sobre seus elementos.

Isto porque,

---

<sup>50</sup> Do artigo 186 do Código Civil, o qual preceitua “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”, extraem-se os requisitos ou elementos da responsabilidade civil, quais sejam a conduta culposa ou, ainda, ato ilícito culposos, o nexo de causalidade e o dano. No entanto, outras classificações foram elaboradas; a título de exemplo cita-se aquela formulada por Fernando Noronha, a saber: fato antijurídico, nexo de imputação, dano, nexo de causalidade e lesão de bem protegido (2010, pp. 490-491). Neste trabalho optou-se, entretanto, por uma formulação mais simples, calcada nestes três elementos: culpa (conduta – ação ou omissão - culposa), nexo de causalidade e dano. Saliente-se, também, que em casos de responsabilidade objetiva, os requisitos cingem-se à existência de atividade de risco, dano e o nexo de causalidade.

<sup>51</sup> É preciso consignar que, tendo em vista a carência de doutrina, sobretudo em âmbito nacional, relativa ao tema dos danos reflexos ou por ricochete, não se encontram lições que evidenciem, de maneira satisfatória, os entraves ao reconhecimento da ressarcibilidade desta categoria de danos. No entanto, a partir de pequenos excertos doutrinários e, além disso, de algumas decisões judiciais, como será explorado no item dois deste capítulo, é possível estabelecer como possíveis óbices à reparação do dano reflexo o nexo de causalidade e os elementos do dano.

[...] os tempos mudaram e da nova realidade surge um novo paradigma da responsabilidade civil, modificando sobremaneira o método e a análise através das quais se verifica a existência de uma obrigação de indenizar. O termo paradigma é aqui utilizado para designar uma verdadeira revolução no método de análise da responsabilidade civil. É através dele que é possível problematizar, contextualizar e buscar soluções que se coadunem com a nova cientificidade do Direito de Danos, atestada através da prática doutrinária e, especialmente, jurisprudencial. (MULHOLLAND, 2010, p. 88)

E ainda,

[...] a busca de novos fundamentos para responsabilidade civil deve muito ao trabalho incessante da jurisprudência que com sua atuação criativa possibilitou o **surgimento de novas hipóteses de dano e a consideração de novas formas de enxergar o nexo de causalidade**, ampliando sua extensão para atingir o real objetivo constitucional da proteção da integridade psicofísica da pessoa. (MULHOLLAND, 2010, p. 89; *grifou-se*)

No que concerne ao elemento ‘culpa’, sua relativização já foi objeto da primeira seção deste trabalho, de modo a serem desnecessárias maiores divagações sobre o tema neste momento, além do que, para a temática dos danos reflexos ou por ricochete, não há maiores inter-relações.

A partir desta premissa, merecem destaque as modificações operadas no âmbito da causalidade e do conceito de dano reparável, as quais se referem, em última análise, ao lançamento de um novo olhar sobre tais elementos, a fim de que possa ser concretizado o princípio solidarista que norteia atualmente a responsabilidade civil.

Inicia-se o estudo pelas alterações que se deram no âmbito do conceito de dano reparável: fato é que a mudança de paradigma no âmbito da responsabilidade civil não poderia deixar de influenciar e ampliar o conceito de danos reparáveis. Neste contexto, assevera Rafael Peteffi da Silva (2009, pp. 73-74), com fulcro na lição de Nancy Levit,

Essa mudança de paradigma em relação à ampliação do conceito de dano indenizável é bem apanhada por Nancy Levit. De acordo com os valores individualistas e patrimonialistas do século XIX, observa-se a reparação exclusiva de danos patrimoniais, certos e tangíveis. Atualmente, vive-se a era da incerteza. Ora, se o novo padrão solidarista do direito modificou o eixo da disciplina da culpa para a reparação do dano, é evidente que vários danos que até então não eram indenizados por serem incertos, intangíveis ou com efeitos puramente emocionais passam a ser reparados. Assim, os prejuízos representados por quebras de expectativa ou confiança, quebra de privacidade, estresse emocional, risco econômico, perda de uma chance e perda de escolha já são considerados plenamente reparáveis [...].

É possível afirmar, neste contexto, que novas hipóteses de danos passíveis de indenização vêm surgindo em virtude de uma diminuição de exigências para seu reconhecimento, culminando em um processo de ampliação dos danos considerados ressarcíveis.

Partindo desta mesma ideia, aduz Fernando Noronha (20120, p. 567) que:

[...] a ampliação dos danos suscetíveis de reparação reflete-se na diminuição das exigências para o reconhecimento de certos danos, que anteriormente eram postas, o que tem sido feito principalmente pela via do alargamento da noção de causalidade [...] e pela crescente aceitação da reparabilidade de certos danos de natureza um tanto aleatória, como é o caso da perda da chance.

Ainda, para o citado autor, o fenômeno da ampliação dos danos suscetíveis de reparação “traduz-se essencialmente (ainda que não unicamente, [...]) na extensão da obrigação de indenizar aos danos extrapatrimoniais e na tutela dos danos transindividuais, correspondendo os dois aspectos à aspiração da sociedade atual no sentido que a reparação proporcionada às pessoas seja a mais abrangente possível.” (2010, p. 565)

Sintomático neste ponto o próprio processo de reconhecimento da possibilidade de reparação do dano moral no Brasil – temática já abordada nas seções precedentes. Atualmente, e é importante que se destaque, sobretudo porque se refere ao tema em estudo neste trabalho, é possível afirmar que “Mesmo nos casos em que a ação do agente e dano moral sofrido pela vítima não estejam em relação direta, ainda assim é possível vislumbrar reparação, de acordo com a teoria dos danos reflexos ou por ricochete.” (SILVA, 2009, p. 75)

Com o objetivo de melhor explicitar esta extensão/ampliação do conceito de dano reparável, bem como seu delineamento contemporâneo, ainda se fazem necessárias algumas ponderações sobre as teorias que lhe serviram/servem de fundamento. Nesse particular se destacam, segundo Paulo de Tarso Sanseverino (2010, p. 139), duas correntes doutrinárias: (i) a Teoria da Diferença ou do Dano Abstrato e a (ii) Teoria do Interesse ou Dano Concreto.

Segundo este mesmo autor, “A concepção clássica de dano indenizável é explicada pela teoria da diferença (*differezttheorie*), quando afirma que o prejuízo a ser reparado corresponde à diferença entre o valor atual do patrimônio do lesado e aquele que teria caso não tivesse sido afetado pela ocorrência do ato ilícito.” (2010, p. 140)

Apesar de se mostrar adequada para estabelecer a ressarcibilidade dos danos patrimoniais, como os danos emergentes, a teoria acima sintetizada se mostrou insuficiente para a reparação de outras modalidades de danos – danos extrapatrimoniais, danos coletivos, por exemplo.

Deste modo, tendo em vista a insuficiência da teoria da diferença para embasar a reparação de determinados prejuízos, houve um esforço da doutrina no sentido de buscar uma explicação mais completa e adequada para a idéia atual de dano, de modo a ter sido construída a Teoria do Interesse ou do Dano Concreto. (SANSEVERINO, 2010, p. 142)

Utilizando-se de conceito esboçado por Viney e Jourdain, assevera SANSEVERINO que o “prejuízo é a lesão a um interesse”; dessa forma, para Teoria do Interesse estão abrangidos na noção de dano “todas as ofensas a interesses juridicamente tutelados” (2010, p. 142). Segundo o autor, ainda, “A grande vantagem da teoria do interesse sobre a da diferença é a ampliação que permite na noção de dano, superando a concepção naturalista ou patrimonialista para abranger todas as ofensas que atinjam interesses juridicamente tutelados.” (2010, p. 144)

Em que pese a noção de interesse ter sido inicialmente associada àquela de ‘interesse juridicamente tutelado’, a concepção mais moderna revela que, em realidade, a idéia de interesse deve estar associada à de ‘interesse não proibido pela ordem jurídica’.<sup>52</sup>

Para concluir esta breve exposição acerca da evolução do conceito de dano reparável, cumpre acrescentar a ressalva formulada por Anderson Schreiber ao analisar esse fenômeno de ampliação/expansão, qual seja:

[...] a imensa abertura provocada por estas novas espécies de interesses tutelados, que não encontram mais o freio relativamente seguro do raciocínio materialista que governava a tradicional análise do dano, vem exigir das cortes a aplicação de métodos ou critérios de seleção dos danos ressarcíveis, que, na maior parte dos ordenamentos, permanecem carentes de autêntico exame crítico [...]. (2011, pp. 85-86)

A preocupação do citado autor com uma sistemática e criteriosa seleção de danos ressarcíveis é por ele explicada nos seguintes termos:

---

<sup>52</sup> Nesse sentido, “Zanonni lembra que existem situações em que o titular do interesse lesado não chega a ser detentor de um direito subjetivo, exemplificando com a situação de uma criança órfã sustentada por uma pessoa sem vínculo de parentesco, que falece em decorrência de um ato ilícito. A morte do benfeitor ocasiona uma lesão aos interesses da criança, que dele dependia economicamente, embora não fosse juridicamente sua dependente. Teria a criança legitimidade para buscar uma reparação? [...]” (SANSEVERINO, 2010, pp. 144-145). Observe-se, neste exemplo, que se trata de situação em que se verificam danos reflexos ou por ricochete.

Esta avalanche de ‘novos danos’, se, por um lado, revela maior sensibilidade dos tribunais à tutela de aspectos existenciais da personalidade, por outro, faz nascer, em toda parte, um certo temor – antevisto por Stefano Rodotà – de que ‘a multiplicação de novas figuras de dano venha a ter como únicos limites a fantasia do intérprete e a flexibilidade da jurisprudência. (2011, p. 94-5)

Estabelecida a ressalva acima e, outrossim, apresentada, ainda que em linhas gerais, a evolução do conceito de dano reparável - o que culminou, em última análise, na sua ampliação -, a seguir serão analisadas as implicações da evolução da responsabilidade civil no âmbito da causalidade.

A questão de certa forma já foi abordada na primeira seção deste trabalho – *Evolução da Responsabilidade Civil e os Danos Reflexos*. De fato, com o desenvolvimento e, conseqüentemente, com o aumento de complexidade da sociedade, foram surgindo casos em que os danos se apresentam de maneira tão veloz ou inexplicável, de modo a não se poder precisar seu reais causadores ou, ainda, outros em que se verifica uma pluralidade de autores, sem que se possa identificar com precisão a concorrência ou participação de cada um na produção do dano final.

Essas ‘novas situações’, aliadas ao imperativo de ressarcibilidade dos danos, propiciaram uma utilização diferenciada da causalidade – da qual decorreram algumas figuras típicas como a responsabilidade dos grupos - em que é utilizada certa presunção de causalidade a fim de indenizar a vítima.<sup>53</sup>

Nesse contexto, o conceito de nexos causal é também flexibilizado, com vistas a permitir a efetivação do princípio da reparação integral. Em face dos princípios constitucionais, não é mais possível exigir da vítima, diante de certas circunstâncias, a prova cabal e absoluta da relação de causalidade. Assim, embora o nexos causal constitua, tal qual o dano, um dos elementos da responsabilidade civil, exige-se, com fundamento na nova ordem constitucional, que em certas situações o liame causal seja até presumido. (CRUZ, 2005, pp. 17-18)

---

<sup>53</sup> Para ilustrar a situação narrada, interessante se mostra o caso do “Carro Alegórico Os Caçadores” comentado por Caitlin Sampaio Mulholland (2011, p. 232), que data da década de 70: “Em um desfile de carros alegóricos, um dos carros, chamado ‘Os Caçadores’, continha um grupo de pessoas fantasiadas e com espingardas representando a cena de caçadores da região. As armas tinham balas de festim e de chumbinho. Em um determinado momento, os caçadores deveriam atingir pombas lançadas ao ar. Um dos tiros de chumbinho atingiu um dos observadores da parada que teve parte do rosto acertado e sofreu danos graves. Na impossibilidade de identificação de qual arma foi disparado o tiro, todos os ocupantes responderam pelo dano, pois ‘(...) os caçadores tinham o dever de guarda das armas ou cartuchos carregados com chumbo, evitando, naquela arriscada aventura, pudesse o uso indevido ou temerário das armas ou munições causar danos a terceiros’. Segundo Vasco Della Giustina, neste caso ‘há uma nítida substituição da causalidade real pela possibilidade de causalidade’.”

Conforme Caitlin Sampaio Mulholland (2010, p. 90),

a repercussão do ‘giro conceitual’ da responsabilidade civil no direito brasileiro contemporâneo representa a possível construção de novas teses de cunho solidarista e personalista a respeito dos elementos configuradores da obrigação de indenizar. No caso do nexo de causalidade – elemento formal da responsabilidade civil – pode-se vislumbrar, justamente por conta do trabalho incansável e inovador dos nossos magistrados e cortes, o início de uma silenciosa e lenta transformação, qual seja a consideração, em número crescente, da chamada presunção de causalidade.

Com a explanação feita acima, pretendeu-se reiterar que a responsabilidade civil se modificou para alcançar um novo sentido, mais amplo do que aquele caracterizado pelo individualismo e liberalismo dos Códigos do século XIX, o que provocou alterações no modo de se encarar o nascimento da obrigação de reparar, sobretudo por meio de um novo olhar lançado aos elementos/requisitos da responsabilidade civil.

Partindo-se então das premissas acima estabelecidas e, por consequência, da concepção contemporânea que permeia o conceito de dano reparável e a noção de nexo de causalidade, proceder-se-á ao exame desses elementos, problematizando-os em relação ao tema da ressarcibilidade dos danos reflexos ou por ricochete.

### **3.2 Ressarcibilidade do Dano Reflexo: um problema de causalidade ou de configuração do dano**

A par do vasto leque de decisões colacionadas a este trabalho – nas quais foi reconhecida a ressarcibilidade dos danos reflexos ou por ricochete –, ainda é evidente que pairam muitas dúvidas quanto aos contornos desta categoria de danos. Neste particular, cumpre repisar que a inexistência de literatura especializada, sobretudo na doutrina brasileira, contribui para esta falta de sistematização e insegurança quando do enfrentamento da questão.

No entanto, a partir de fragmentos doutrinários, tentar-se-á realizar um exame dos requisitos/elementos da responsabilidade civil e suas relações com a categoria dos danos reflexos ou por ricochete na tentativa de encontrar, dentre eles, aquele que pode ser



considerado com entrave à ressarcibilidade destes danos ou, ao menos, como fator de limitação de sua reparabilidade.

Nesse sentido, pode-se cogitar de dois fundamentos para a irressarcibilidade dos danos reflexos ou por ricochete ou, pelo menos, para a dificuldade encontrada no reconhecimento da possibilidade de sua reparação: ser o dano reflexo ou por ricochete demasiado hipotético<sup>54</sup> ou incerto o nexo de causalidade. (JOURDAIN, 1992, p. 118)<sup>55</sup>

Partindo desta premissa inicial, impõe-se um estudo mais aprofundado acerca dos elementos essenciais à configuração do dano, bem como das funções exercidas pelo nexo de causalidade, a fim de que se estabeleça qual destes requisitos pode efetivamente representar um fator de limitação à ressarcibilidade dos danos por ricochete.

Quanto aos elementos que compõem o dano, destaca-se ser sua catalogação objeto de intenso debate doutrinário<sup>56</sup>. No entanto, por sua relação com o dano-morte e também com o tema objeto deste trabalho, analisar-se-ão os seguintes elementos: certeza, imediatidade e injustiça do dano. (SANSEVERINO, 2010, p. 164)

A certeza, consoante se consignou na nota de rodapé de n. 51 refere-se à prova da verificação do dano e, também, de sua decorrência do evento danoso. Neste particular, cumpre destacar que a exigibilidade de certeza do dano não se constitui como entrave à ressarcibilidade dos danos reflexos ou por ricochete, pois estes são, na realidade, danos certos, representado uma real e efetiva lesão a interesses da vítima por ricochete. Saliente-se, nesse sentido, que a certeza se apresenta ainda mais evidente nos casos de dano patrimonial reflexo cuja existência é facilmente constatada.

Para melhor esclarecer, pretende-se aqui afirmar que o elemento certeza do dano, quando analisado em situações de dano reflexo ou por ricochete, apresenta as mesmas exigências que em outras situações. Não há, pois, uma necessidade de aplicação diferenciada deste requisito em relação à categoria dos danos reflexos.

---

<sup>54</sup> Leciona Fernando Noronha que “São *danos certos* os prejuízos, econômicos ou não, que são objeto de prova suficiente, tanto da sua verificação como da sua decorrência de um determinado fato antijurídico. E devem ser considerados verificados os prejuízos cuja ocorrência tenha sido demonstrada, se danos presentes, ou cuja ocorrência seja verossímil, se danos futuros. Em contraposição a eles, serão *danos eventuais*, ou *incertos*, os prejuízos de verificação duvidosa, meramente hipotética. (2010, p. 605, grifo do autor).

<sup>55</sup> No original: “[...] *Sans nier la possibilité de tels dommages, la jurisprudence se montre cependant réticent à accorder une réparation à ces personnes et rares sont finalement les indemnités allouées. Les tribunaux estiment généralement soit que le préjudice est trop hypothétique en l’espèce, soit que le lien de causalité est incertain.* [...]”. (JOURDAIN, 1992, p. 118)

<sup>56</sup> Caio Mário Pereira da Silva (1998, p. 39), por exemplo, aponta que “Nem todo dano é ressarcível, diz Alterini. Somente o é aquele que preencher certos requisitos: *certeza, atualidade e subsistência* (Atilio Anibal Alterini, *Responsabilidade Civil*, nº 147, p. 124).”

A injustiça do dano, por sua vez, relaciona-se com a exigência de “[...] ofensa indevida a um interesse da vítima, direta ou por ricochete, tutelado pelo ordenamento. Em outras palavras, o fato gerador da responsabilidade civil fere interesses legítimos<sup>57</sup> da vítima direta ou de terceiros”. (SANSEVERINO, 2010, p. 178)

Nesta linha, assevera Maria Celina Bodin de Moraes (2003, p. 179) que “o dano será injusto quando, ainda que decorrente de conduta lícita, afetando aspecto fundamental da dignidade humana, não for razoável, ponderados os interesses contrapostos, que a vítima dele permaneça irressarcida.”

Da simples leitura das passagens acima transcritas é possível inferir que o elemento injustiça do dano não afasta a possibilidade de ressarcimento dos reflexos ou por ricochete. Vale destacar, contudo, que no que se refere ao dano extrapatrimonial reflexo ou por ricochete, como em relação a todas as espécies de dano extrapatrimonial, este elemento ganha especial relevância à caracterização do dano como reparável.

Isso porque somente aquelas vítimas reflexas ou por ricochete que tiverem sofrido uma lesão a interesses juridicamente tutelados poderão pleitear a reparação do dano extrapatrimonial sofrido. Nesse sentido, importante destacar aquela classificação estabelecida no segundo capítulo deste trabalho em dano moral objetivo e dano moral subjetivo.<sup>58</sup>

O terceiro elemento a ser examinado - a imediatidade - é apresentado nos seguintes termos por Paulo de Tarso Sanseverino (2010, p. 174):

A imediatidade, como elemento do dano, tem íntima conexão com o nexo causal, pois os prejuízos indenizáveis ou ressarcíveis são aqueles que decorrem direta e imediatamente do seu fato gerador. Esse elemento tem sido extraído do art. 403 do CC/2002<sup>59</sup>, que repetiu, em linhas gerais, a regra do art. 1.060 do CC/16 e que, por sua vez, se inspirara no art. 1151 do Código Civil Francês.

Com efeito, dos três elementos apresentados acima, o que poderia servir efetivamente como limite à ressarcibilidade dos danos reflexos ou por ricochete é a

<sup>57</sup> Sobre essa questão, ressalte-se “Sabemos que todo direito desempenha uma função social e que obrigação, de responsabilidade civil ou não, só é objeto de tutela jurídica na medida em que vise realizar um *interesse legítimo do credor*, assim considerado do ponto de vista social [...]. Por isso, qualquer dano, tanto a coisas como à pessoa, só será objeto de reparação se corresponder a um interesse que seja socialmente tido como sério e útil; não haverá tutela para interesses que não tenham estas características. Esta é uma observação que é necessário ter presente em especial a propósito de danos de natureza extrapatrimonial, para evitar alguns excessos em que por vezes a jurisprudência incorre.” (NORONHA, 2010, pp. 498-499)

<sup>58</sup> Ver item 2.2.1.

<sup>59</sup> “Art. 403. Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual.”

imediatidade que, no entanto, por guardar estreita ligação com o nexo de causalidade, não pode ser visto como elemento essencialmente autônomo. Destarte, pode-se afirmar, ao menos preliminarmente, que as reais limitações à reparabilidade dos danos reflexos ou por ricochete pertencem ao âmbito da causalidade, o que passa a ser examinado.

Entretanto, antes de adentrar especificamente na temática pertinente às funções exercidas pelo nexo causal, importante trazer alguns conceitos acerca deste importante elemento da responsabilidade civil.

Segundo Caitlin Sampaio Mulholland, “Nexo causal (ou nexo de causalidade, ou imputabilidade objetiva, ou vínculo material, ou imputação de fato) é a **ligação jurídica** realizada entre a conduta ou atividade antecedente e o dano, para fins de imputação da obrigação ressarcitória.” (2011, p. 57; *grifou-se*)

Sérgio Cavalieri Filho, a seu turno, aborda a questão da causalidade em duas acepções – uma naturalística e outra jurídica -, a saber:

O conceito de nexo causal não é exclusivamente jurídico; decorre primeiramente das leis naturais. É o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado. A relação causal estabelece o vínculo entre um determinado comportamento e um evento, permitindo concluir, com base nas leis naturais, se a ação ou omissão do agente foi ou não a causa do dano; determina se o resultado surge como consequência natural da voluntária conduta do agente. Algo assim: se chover fica molhado. Mas o nexo causal, além desse elemento naturalístico, exige também uma avaliação jurídica pelo juiz para verificar, com precisão, a relação entre certo fato e determinado resultado. Veremos que é um processo técnico de probabilidade. O juiz tem que eliminar os fatos que foram irrelevantes para efetivação dos danos. [...]. (2012, p. 49)

O nexo de causalidade, portanto, enquanto elemento da responsabilidade civil, refere-se à ligação de causa e efeito, juridicamente relevante, existente entre o fato gerador<sup>60</sup> e o dano. Importante ressaltar que, “a aparente simplicidade da definição contrasta com as inúmeras dificuldades práticas que surgem na sua aferição. A respeito da matéria, já se advertiu, entre nós, que o nexo de causalidade consiste no ‘mais delicado dos elementos da responsabilidade civil e o mais difícil de ser determinado’.” (SCHREIBER, 2011, p. 55)

Gisela Sampaio da Cruz ressalta, igualmente, essa dificuldade:

---

<sup>60</sup> Conforme Fernando Noronha (2010, p. 497), “Na responsabilidade subjetiva o fato gerador será sempre um ato ilícito em sentido próprio, que [...], é uma conduta humana, uma ação ou omissão determinada voluntariamente pela pessoa, ou que esta pelo menos poderia controlar, se fosse mais cuidadosa. Na responsabilidade civil objetiva o fato gerador poderá ser tanto uma conduta humana como um fenômeno natural. A conduta humana, aqui visada, será aquela considerada independente de qualquer ideia de culpa.”

O nexo de causalidade é elemento indispensável em qualquer espécie de responsabilidade civil. Trata-se de noção ‘aparentemente fácil e limpa de dificuldade’, mas as aparências por vezes enganam. O conceito de relação causal, além de se revestir de um aspecto filosófico, apresenta dificuldades de ordem prática, porque na maioria das vezes o evento danoso está cercado de condições que se multiplicam, dificultando a identificação da causa do dano [...]. (2005, p. 18)

Ainda, acrescente-se:

[...] Nem sempre é fácil saber se a contribuição de um fato para um dano é suficiente para que se deva considerá-lo gerador deste. Por outro lado, pode também acontecer que um só dano deva ser atribuído a diversas causas. Pode ainda haver vários danos, e de diversa natureza (patrimoniais e extrapatrimoniais, presentes e futuros, etc [...]), todos ligados a um só fato, ou a diversos, sem se saber quais são os danos que foram determinados por cada fato. Às vezes, além do dano imediatamente causado por um certo fato, tido como gerador da responsabilidade, surgem outros danos (danos indiretos), que possivelmente não teriam acontecido se não fosse aquele fato, mas não se sabe se devem ser considerados. (NORONHA, 2010, p. 612)

Estabelecido o conceito de nexo de causalidade, bem como a dificuldade inerente a sua determinação, forçoso indicar suas funções na seara da responsabilidade civil, a fim de que, posteriormente, faça-se possível sua análise em relação à categoria dos danos reflexos ou por ricochete.

Afirma-se que “no campo da responsabilidade civil, o nexo causal cumpre uma dupla função: por um lado, permite determinar a quem se deve atribuir um resultado danoso, por outro, é indispensável na verificação da extensão do dano a se indenizar, pois serve como medida da indenização”. (CRUZ, 2005, p. 22)

Assim, é por meio deste elemento da responsabilidade civil “[...] que se permite a elaboração das funções da causalidade jurídica, quais sejam, a imputação da obrigação de indenizar e a limitação dos danos indenizáveis”. (MULHOLLAND, 2010, p. 94)

Partindo-se deste pressuposto, isto é, de que uma das funções elementares do nexo de causalidade é justamente a delimitação dos danos que merecem ser ressarcidos e, ainda, considerando que os danos por ricochete resultam do **reflexo** de um dano inicial - causado a uma vítima inicial – que atinge a esfera jurídica de outras pessoas (vítimas por ricochete), e **não de uma relação – dita ‘direta’** –, é possível inferir que este elemento da responsabilidade civil se apresenta, em uma primeira análise, como prejudicial ao reconhecimento da ressarcibilidade dos danos reflexos ou por ricochete. Isso porque, consoante o artigo 403 do atual Código Civil brasileiro, “Ainda que a inexecução resulte de

dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por **efeito dela direto e imediato**, sem prejuízo do disposto na lei processual”. (*grifou-se*)

Saliente-se, por oportuno, que no que concerne ao dano extrapatrimonial por ricochete, para além da dificuldade encerrada pelo nexo de causalidade – acima mencionada –, há, outrossim, toda aquela dificuldade que permeia a temática de configuração dos danos extrapatrimoniais – o que já foi abordado quando da análise dos elementos do dano.

Definido, portanto, que o nexo de causalidade, tendo em vista as funções que lhe são atribuídas no domínio da responsabilidade civil, apresenta-se, ao menos em tese, e nesta primeira leitura, como o elemento mais adequado a limitar a ressarcibilidade dos danos reflexos ou por ricochete, um estudo mais aprofundado acerca de suas teorias, bem como de seus contornos no direito brasileiro, faz-se necessário. O estudo em questão será feito no tópico subsequente.

### **3.3 As Teorias do Nexo de Causalidade e a Possibilidade de Reparação do Dano Reflexo ou por Ricochete.**

Essa seção cuidará, em primeiro lugar, de analisar as características principais das teorias tradicionais do nexo de causalidade, perquirindo sobre a possibilidade de se considerar reparáveis os danos reflexos ou por ricochete a partir de cada teoria. Após, dar-se-á ênfase ao exame do Código Civil brasileiro, a fim de que se possa identificar a teoria adotada pelo ordenamento jurídico pátrio e, assim, concluir pela (in)compatibilidade da ressarcibilidade dos danos reflexos com o direito brasileiro.

Inicialmente, no que concerne às teorias sobre o nexo de causalidade, afirma Caitlin Mulholland Sampaio (2010, p. 109) poderem ser divididas em duas grandes categorias: “[...] (1) a generalizadora e (2) as individualizantes. Enquanto a primeira equipara as condições de um determinado evento danoso à causa do mesmo; a segunda categoria estabelece uma distinção entre as condições e as causas do dano.”

Assim, a exposição subsequente será iniciada pelo exame teoria generalizadora, qual seja a da equivalência das condições e, em seguida, daquelas ditas individualizantes.

### a) Teoria da Equivalência das Condições

Essa teoria foi desenvolvida pela doutrina alemã do século XIX, no âmbito do Direito Penal<sup>61</sup>, tendo como precursor Maximiliano Von Buri e preceitua que todos os eventos que foram necessários para a ocorrência do dano devem ser considerados como causas equivalentes. Consoante sugerido pelo próprio nome atribuído à teoria, não existe espaço para qualquer distinção qualitativa entre as condições, uma vez que, com o desaparecimento de qualquer uma delas, o prejuízo não teria ocorrido. (SILVA, 2009, p. 22)

De acordo com Sérgio Cavalieri Filho (2012, p. 51), sob a perspectiva dessa teoria,

Para se saber se uma determinada condição é causa, elimina-se mentalmente essa condição, através de um processo hipotético. Se o resultado desaparecer, a condição é causa, mas, se persistir, não o será. Destarte, condição é todo antecedente que não pode ser eliminado mentalmente sem que venha a ausentar-se o efeito.

Assim, de acordo com a teoria em comento, é indiferente se falar em causa ou condição do dano<sup>62</sup>, pois um determinado acontecimento será considerado causa do dano sempre que se puder afirmar que este não teria acontecido se aquele não tivesse ocorrido.

Por conseguinte, segundo Caio Mário da Silva Pereira, a presente teoria tem o mérito da simplicidade e de favorecimento à vítima, uma vez que, na maioria dos casos, fornece um grande leque de agentes imputáveis (1998, p. 78)

<sup>61</sup> É possível afirmar, ainda que haja entendimentos no sentido de superação desta ideia, que Código Penal brasileiro, em seu artigo 13, acolheu a teoria da equivalência das condições, senão vejamos: “*O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido*”. Nesse sentido, aduz Fernando Noronha, “Trata-se de teoria [equivalência das condições] que ainda hoje pode ser considerada substrato essencial da causalidade no Direito Penal, sendo manifesta a sua influência em preceitos como o art. 13 do Código respectivo [...]. No âmbito da responsabilidade penal, porém, o problema do nexo causal é de bem menor importância, porque nela existem dois poderosos filtros, restringindo o número de eventos que podem ser considerados: por um lado, não é qualquer evento danoso que interessa, já que o imprescindível tipo legal é integrado pelo próprio ‘resultado, de que depende a existência do crime’ e, por outro lado, só têm relevo os fatos danosos que, como regra geral, sejam resultantes de condutas dolosas, isto é, preordenadas à realização de determinados resultados”. (2010, p. 615)

<sup>62</sup> Para o estabelecimento da distinção entre ‘causa’ e ‘condição’ destaca-se: “As teorias da causalidade procuram saber, dentre todos os fatores sem os quais um determinado dano não teria ocorrido, quais devem ser selecionados como dele determinantes. Os fatores determinantes serão *causas*, os demais serão meras *condições*. *Condições*, assim, são todos os fatores que estão na origem de um dano, são todos os elementos sem os quais ele não teria sido produzido, são todas as circunstâncias de que não se pode abstrair, sem mudar o resultado danoso. *Causas* do dano são apenas aquelas condições consideradas como efetivamente determinantes desse resultado.” (NORONHA, 2010, p. 613; grifo do autor)

Ademais e na mesma linha de favorecimento à vítima, é possível afirmar que da teoria ora em exame se extrai a possibilidade de reparação de uma enorme quantidade de danos, tendo em vista a abrangência da relação de causalidade que lhe é intrínseca.

Justamente pelo fato de se poder atribuir ao dano uma grande quantidade de causas - algumas delas bastante remotas - é que a teoria ora examinada foi objeto de ferrenhas críticas.

Como anunciou Binding em crítica a esta teoria, se ela for aplicada em sua inteireza, poderíamos chegar ao absurdo de responsabilizar todos por tudo. Ou ainda como nos ensina Demogue, a aplicação irrestrita desta teoria levaria à surreal conclusão de que o nascimento da vítima é a causa de seu próprio dano, na medida em que se não houvesse nascido certamente o dano não teria ocorrido [...]. (MULHOLLAND, 2010, pp. 148-149)

Com efeito, a teoria da equivalência das condições ou dos antecedentes causais, nos exatos termos de sua proposição inicial, foi afastada como teoria a ser utilizada para a determinação do nexa causal. Isso não quer dizer, entretanto, que não sirva para aplicação em conjunto com outras teorias, ou ao menos, como seu pressuposto, na tentativa de individualização das condições e de determinação daquela(s) que possa(m) ser efetivamente considerada(s) como causa(s).

#### b) *Teoria da Causalidade Adequada*

Em contraposição à Teoria da equivalência dos Antecedentes Causais, formulou-se em 1871, na Alemanha, a teoria subjetiva da causalidade, cuja denominação mais conhecida é Teoria da Causalidade Adequada. Não obstante ter sido Ludwig Von Bar seu criador, quem melhor a desenvolveu foi Johannes Von Kries, por volta de 1888. Além deste autor, costuma ser citado como precursor o civilista Zitelman. (CRUZ, 2005, p. 64)

Acerca desta teoria, é possível dizer que representou um grande avanço em relação àquela denominada de Teoria da Equivalência das Condições.

Não obstante, conforme salienta Rafael Peteffi da Silva (2009, p. 23),

[...] a forma mais interessante de começar a explanação da teoria da causalidade adequada não é pela diferença que esta guarda com a teoria da equivalência das condições, mas pela característica que une as duas teorias, isto é, a necessidade de que as possíveis causas analisadas possuam a característica de se constituírem em *conditio sine qua non*.

Partindo-se dessa premissa, importa afirmar que a grande inovação trazida pela teoria da causalidade adequada consiste na exigência de que as causas, além de representarem uma *conditio sine qua non*, devem estar revestidas de um critério de adequação. Desse modo, um fato será considerado causa de um dano se, “de acordo com os dados da ciência e da experiência, no momento de sua produção, fosse possível prever que tal fato geraria o dano. Busca-se, entre as diversas causas do dano, aquelas que apresentam a ‘possibilidade objetiva do resultado’”. (SILVA, 2009, pp. 23-24)

Nesse sentido,

A Teoria da Causalidade Adequada examina a adequação da causa em função da possibilidade e probabilidade de determinado resultado vir a ocorrer, à luz da experiência comum. Significa dizer que a ação tem que ser idônea para produzir o resultado. E, para que se verifique a adequação da causa, realiza-se um juízo retrospectivo de probabilidade que, no âmbito doutrinário, é denominado ‘*prognose póstuma*’<sup>63</sup> e cuja fórmula: ‘La acción u omisión que se juzga era per se apta o adecuada para producir normalmente esa consecuencia?’ (CRUZ, 2005, p. 64)

Segundo Fernando Noronha (2010, p. 627),

A teoria da causalidade adequada parte da observação daquilo que comumente acontece na vida (*id quod plerumque accidit*) e afirma que uma condição deve ser considerada causa de um dano quando, segundo o curso normal das coisas, poderia produzi-lo. Essa condição seria a causa adequada do dano (e daí o nome da teoria; as demais condições seriam circunstâncias não causais).

Mesmo sem um aprofundamento no tema, mister destacar que no desenvolvimento desta teoria surgiram duas acepções, ou melhor, duas formulações a fim de estabelecer critérios para o juízo de adequação da causa: a positiva e a negativa.<sup>64</sup> Ademais,

<sup>63</sup> Aduz NORONHA (2010, p. 628), “[...] Nesse exercício de *prognose retrospectiva*, o observador coloca-se no momento anterior àquele em que o fato ocorreu e tenta prognosticar, de acordo com as regras da experiência comum, se era normalmente previsível que o dano viesse a ocorrer. Se concluir que o dano era imprevisível, a causalidade ficará excluída. Se concluir que era previsível, como consequência do fato praticado, mesmo que estatisticamente não fosse muito provável que viesse a ocorrer, a causalidade será adequada”.

<sup>64</sup> No entendimento de alguns autores, partidários da formulação positiva, um fato será considerado causa adequada do dano, sempre que, verificado o fato, se possa prever o dano como uma consequência natural ou como um efeito provável dessa verificação. [...] Os danos que o fato só produziu mercê de circunstâncias extraordinárias, que não poderiam ser previstas pelo observador experiente na ocasião em que o fato se realizou, devem ser suportadas pela pessoa lesada. Para outros, partidários de uma formulação mais ampla e negativa, na busca da causa adequada o raciocínio a ser utilizado é o inverso: é preciso examinar se o fato é causa inadequada a produzir o dano. O fato que atua como condição do dano só deixará de ser considerado causa adequada quando, dada sua natureza geral, se mostrar indiferente para a verificação do dano, estranhas ou extraordinárias. (CRUZ, 2005, p. 70)



como balizador da teoria da causalidade adequada, surgiu, também na Alemanha, a teoria de proteção ao escopo da norma violada; assim, posteriormente à investigação da causa adequada, dever-se-ia proceder à verificação da existência de violação da norma posta e de sua teleologia.<sup>65</sup>

Necessário frisar, ainda, que a teoria da causalidade adequada detém grande prestígio entre doutrinadores nacionais e estrangeiros<sup>66</sup>, bem como é amplamente utilizada pelos julgadores. Entretanto, no âmbito do direito brasileiro, a teoria do dano direto e imediato não possui menor relevo, como se examinará a seguir.

Por fim, é preciso acrescentar que a teoria acima exposta não se apresenta como óbice absoluto à ressarcibilidade do dano reflexo ou por ricochete. Nesse ponto, destaca-se a lição de Fernando Noronha – defensor da citada teoria:

Todos os danos, sejam diretos ou indiretos, **inclusive os danos reflexos ou por ricochete, devem ser reparados**. O que é necessário é que todos sejam *certos* e ainda que sejam, de acordo com o curso normal das coisas, consequência *adequada* do fato gerador. Só não serão reparáveis os danos incertos e os que não sejam consequência adequada do fato lesivo. (2010, p. 603; *grifou-se*)

### c) Teoria do Dano Direto e Imediato

Alguns autores nacionais consideram que esta teoria, a do dano direto e imediato, foi positivada em nosso ordenamento. Essa afirmação é pautada, sobretudo, pela interpretação gramatical da locução constante do artigo 403<sup>67</sup> do novo diploma civil – que corresponde à redação do artigo 1.060, do Código de 1916.

Neste particular, é importante salientar que o artigo 1.060 do Código Civil de 1916 estava inserido no título referente aos efeitos das obrigações - mais especificamente no

---

<sup>65</sup>De acordo com Caitlin Mulholland, “A crítica retumbante que se faz a esta corrente teórica é de que em não raras vezes é extremamente dificultosa a identificação de uma norma especificamente estatuída para a proteção daquela situação determinada. A investigação do escopo de proteção da norma ficaria, assim, empobrecida e utilizar-se-ia o dever geral de *neminem laedere* como a norma geral de proteção de danos [...]. O desenvolvimento desta teoria surgiu, conforme mencionado, da necessidade prática de objetivar a análise da adequação da causa por meio de uma investigação aparentemente simples da finalidade da norma violada. Mas, esta apreciação simples e objetiva somente será simplificada em casos em que exista uma norma explícita por meio da qual seja possível identificar hermeneuticamente os objetivos do legislador aos estatuí-la.” (2010, p. 178)

<sup>66</sup>Gisela Sampaio da Cruz (2005, pp. 83-84) afirma que “[...] apesar das críticas, a Teoria da Causalidade Adequada tem prevalecido em vários ordenamentos e é, também, uma das teorias mais invocadas no Brasil, onde doutrina e jurisprudência se dividem entre esta e a Teoria do Dano Direto e Imediato [...]”.

<sup>67</sup>“Art. 403. Ainda que a inexecução resulte do dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual.”

capítulo relativo a perdas e danos -, mantendo, desse modo, estreita relação com a responsabilidade contratual. O art. 403 do novo Código Civil, a seu turno, apresenta relação ainda mais evidente com a seara negocial, porquanto se encontra dentro do capítulo que trata do inadimplemento das obrigações. Contudo, os defensores da teoria do dano direto e imediato consideram que o aludido dispositivo traça os fundamentos do nexo de causalidade para todo o sistema de responsabilidade civil, incluindo a modalidade extranegocial (SILVA, 2009, p. 26)

É justamente sobre esta má colocação do dispositivo, dentre outros pontos, que repousa a crítica de Gisela Sampaio da Cruz sobre o artigo 403, a saber:

A matéria [nexo de causalidade] não recebeu o devido tratamento do legislativo, uma vez que o único dispositivo do Código Civil que trata do nexo causal (art. 403) é obscuro e insuficiente, além de estar mal localizado no Código. Obscuro porque, como mais adiante se terá a ocasião de examinar, a expressão ‘direito e imediato’ suscita uma série de controvérsias em relação ao ressarcimento dos danos indiretos. Insuficiente porque a brevidade de sua regulamentação não leva em conta toda a complexidade do tema. Mal localizado porque o art. 403 é aplicado à responsabilidade contratual quanto à extracontratual, razão pela qual não deveria constar do título referente ao inadimplemento das obrigações (título IV), mas, sim, em vez disso, dos capítulos relativos à responsabilidade civil (título IX). (2005, p. 20-21)

A par das críticas supramencionadas, conforme aduz Gustavo Tepedino, “no Supremo Tribunal Federal prevalece a teoria da causalidade direta e imediata, também conhecida como teoria de interrupção do nexo causal, segundo entendimento amplamente consagrado após a Constituição de 05 de outubro de 1988 [...]” (2006, p. 64). Para tanto, destaca acórdão proferido pela 1ª Turma do STF, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 130.764-1/PR.<sup>68</sup>

De acordo com as lições de Agostinho Alvim - grande mentor da teoria do dano direto e imediato -, sob a perspectiva desta teoria, quando presentes várias causas possíveis,

---

<sup>68</sup>Conforme consignado por Gustavo Tepedino (2006, p. 65): “Em seu voto, o Ministro Moreira Alves, Professor Catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, assim se pronunciou, sob a égide do Código Civil de 1916: ‘(...) Em nosso sistema jurídico, como resulta do disposto no artigo 1.060 do Código Civil, a teoria adotada quanto ao nexo causal. Não obstante aquele dispositivo da codificação civil diga respeito à impropriamente denominada responsabilidade contratual, inclusive a objetiva, até por ser ela que, sem quaisquer considerações de ordem subjetiva, afasta os inconvenientes das outras duas teorias existentes: a da equivalência das condições e a da causalidade adequada (...) Essa teoria, como bem demonstrada Agostinho Alvim (...) só admite o nexo de causalidade quando o dano é efeito necessário de uma causa, o que abarca o dano direto e imediato sempre, e, por vezes, o dano indireto e remoto, quando, para a produção deste, não haja concausa sucessiva. Daí dizer Agostinho Alvim: os danos indiretos ou remotos não se excluem, só por isso; em regra, não são indenizáveis, porque deixam de ser efeito necessário, pelo aparecimento de concausas. Suposto não existam estas, aqueles danos são indenizáveis.”

também se trabalha com condições necessárias, ou seja, com as chamadas *conditio sine qua non*. Desta forma, uma causa somente pode ser considerada direta e imediata se, sem ela, o dano não ocorrer (SILVA, 2009, p. 26). Mas somente isso não é suficiente. Assim, para correta interpretação do que vem a significar a expressão “direito e imediato”, surgiram várias subteorias, dentre as quais a de maior relevância é a denominada teoria da necessariedade da causa.

Consoante leciona Gisela Sampaio da Cruz (2005, pp. 101-102),

Para a subteoria da necessariedade, a expressão ‘direto e imediato’ deve ser interpretada, em conjunto, como ‘necessário’. Segundo esta escola, ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, este só responde pelos danos que são consequência necessária do inadimplemento, mas não pelos originados de outras consequência não necessárias, de mera ocasião. Excluem-se, pois, os danos ulteriores, oriundos de novas causas, sempre que estas não sejam efeito imediato e direto do inadimplemento da obrigação. Assim, embora muitos sejam os fatores que contribuem para a produção do dano; nem por isso se deve chamar de causa todos eles, mas tão-só os que se ligam ao dano em relação de necessariedade, a romper o equilíbrio existente entre as outras condições. A Teoria do Dano Direto e Imediato distingue, então, entre o conjunto de antecedentes causais, a causa das demais condições. Se várias condições concorrem para o evento danoso, nem todas elas vão ensejar o dever de indenizar, mas apenas aquela elevada a categoria de causa necessária do dano.

A importância destas subteorias que visam explicar o sentido da locução “direto e imediato” reside no fato de que a interpretação gramatical da citada expressão seria a negação da possibilidade de reparação de danos indiretos, dentre estes aqueles conhecidos pela denominação ‘dano por ricochete’- já reconhecidos pela jurisprudência e com hipótese de aplicação expressamente prevista em lei: artigo 948, inciso II, do novo Código Civil.

Neste particular,

A interpretação literal dos vocábulos ‘direto e imediato’ utilizados pelo art. 403, por sua vez, excluiria qualquer hipótese de dano indireto ou por ricochete no direito civil brasileiro, incluindo aí o chamado dano por ricochete, reconhecido sobejamente pelos Tribunais Estaduais e cujo exemplo mais eloquente se traduz no art. 948, II, do Código Civil, que prevê, no caso de homicídio, indenização consistente na ‘prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima’. A experiência brasileira, neste particular, não difere da de inúmeros países que, a exemplo da Bélgica, França e Itália, possuem norma de teor equivalente, restringindo a reparação aos efeitos diretos e imediatos de um certo evento causal (ato ilícito ou atividade prevista em lei). Diante de tal dificuldade, formulou-se construção evolutiva da teoria da relação causal imediata, denominada de subteoria da necessariedade da causa, que considera sinônimas as expressões *dano direto e imediato*, ambas identificadas com a idéia da necessariedade do liame entre causa e efeito.” Em outros termos, o dever de reparar surge quando o evento danoso é efeito necessário de certa causa. Pode-se identificar, assim, na mesma série causal, danos indiretos, passíveis de ressarcimento, desde que

sejam *consequência direta* (o adjetivo pode ser aqui empregado), porque necessária, de um ato ilícito ou atividade objetivamente considerada. (TEPEDINO, pp. 68-69)

Com efeito, é possível afirmar que alguns danos indiretos - não obstante remotos (na concepção esboçada pelos autores acima citados) -, são, ou melhor, podem ser consequências necessárias do inadimplemento da obrigação ou de outro fato gerador de responsabilidade, quando não houver interferência de nenhuma outra causa.<sup>69</sup>

Por fim, importante lição é apresentada por Rafael Peteffi da Silva quando da análise das teorias acerca do nexos causal delineadas acima, isto é, a semelhança que permeia a teoria da causalidade adequada e a teoria do dano direto e imediato.

Afirma o autor,

A análise cuidadosa das características essenciais das teorias acima estudadas deixa transparecer semelhanças inegáveis entre a 'causa adequada' da teoria da causalidade adequada e a 'causa necessária' da teoria do dano direto e imediato. [...] acredita-se que, na maioria dos casos nos quais é possível imaginar ou comprovar outras causas supervenientes e eficazes para a causação do dano, o vínculo entre a causa anterior e o prejuízo final passa a esvanecer, maculando inexoravelmente o seu 'caráter de adequação', pois outras causas se apresentam como mais adequadas. Assim, pode-se afirmar que o exame de adequação causal guarda estreita ligação com o exame da causa direta e imediata. (2009, pp. 40-41)

Destarte, quer se adote a teoria do dano direto e imediato ou a da causalidade adequada, é possível definir que, de plano, não há exclusão da possibilidade reparação dos danos reflexos ou por ricochete; isso dependerá de um juízo de adequação ou de necessariedade quando da análise do caso concreto.<sup>70</sup> Nesse sentido, embora decorra do dano

<sup>69</sup> Sobre o tema, acrescente-se: “[...] quando se trata de danos remotos, podemos constatar que, em determinadas situações, se não houver a interferência no rumo causal já iniciado, através de uma concausa accidental e independente da primeira que interrompa esta cadeia e faça surgir uma nova sequência causal, será mantida a responsabilidade do primeiro agente que deverá indenizar pelos remotos causados a sua vítima. A solução que a doutrina encontrou para estas situações de danos indiretos e remotos foi a construção de uma subteoria denominada de teoria da necessariedade da causa, que passou a ter aceitação mais evidente que sua primeira. [...]”. (MULHOLLAND, 2010, p. 169)

<sup>70</sup> Cumpre destacar, nesse ponto, decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em que não se concedeu a indenização pelo dano patrimonial reflexo ou por ricochete alegado, sob fundamento de ausência de comprovação de nexos de causalidade, senão vejamos: **“APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE. DANO EM RICOCHETE. NÃO CONFIGURADO.** Embargos de declaração, exceto quando intempestivos, interrompem o prazo para outros recursos. Hipótese em que não configurado o dano em ricochete. Ausente relação de causalidade entre o acidente que vitimou a companheira do sócio da empresa autora e o decréscimo no faturamento dela. **PRELIMINAR DESACOLHIDA. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME.** Do corpo do acórdão: Para se perquirir a ocorrência do alegado dano em ricochete, é necessário verificar a incidência do nexos de causalidade, ou seja, se o dano sustentado pela autora decorreu da conduta da agente-ré.[...] No caso dos autos, efetivamente, não restou demonstrado o nexos causal, pois ausente prova de que as dificuldades financeiras se relacionam com o afastamento temporário do Sr. Amaro. **Ora, o decréscimo no faturamento da empresa**

causado a uma vítima inicial, o dano reflexo **pode** se constituir como consequência *adequada* ou *necessária* do evento danoso.

A fim de melhor desenvolver a ideia, acrescenta-se:

O dano indireto pode ser passível de ressarcimento, contanto que seja consequência direta de um ato ilícito ou de uma atividade objetivamente considerada. Não é o tempo propriamente que revela a responsabilidade pela causação do dano, mas a proximidade lógica. Em regra, conforme salienta Agostinho Alvim, os danos indiretos ou remotos não são indenizáveis, porque quase sempre deixam de ser efeito necessário, em decorrência do aparecimento de concausas, mas se isso não ocorrer, eles devem ser indenizados [...]. (CRUZ, 2005, p. 104)

Nesse sentido, a autora acima citada destaca, com o objetivo de ilustrar a lição esboçada, exemplo apresentado por Agostinho Alvim, qual seja:

[...]‘Veamos, agora, o dano que, não obstante remoto, é consequência necessária do inadimplemento da obrigação, visto não haver interveniência de nenhuma outra causa. Alguém dá em arrendamento uma casa, permitindo a sublocação. Mas o senhorio é vencido, posteriormente, em ação reivindicatória; e o contrato de locação, como consequência, deixa de subsistir. Surge, para o locador, a obrigação de indenizar. Seria dano direto do locatário, indiscutivelmente, a diferença a mais que tivesse que pagar por uma casa semelhante, por ter havido alta de alugueres. Mas, se o locatário sublocasse cômodos desta pensão, e, por força da rescisão, tivesse que indenizar hóspedes e empregados? Estes danos, é certo, não se ligam imediatamente à primeira causa. **Todavia, como para seu aparecimento não concorreu nenhuma outra causa, a consequência é que o dano será indenizável, dada a absoluta ligação entre a primeira causa e o último dano.**’ (ob. cit, pp. 389-390). (ALVIM *apud* CRUZ, 2005, p. 104; *grifou-se*)

Assim, no que concerne às implicações entre nexos de causalidade e a categoria dos danos reflexos ou por ricochete, a partir da (sub) Teoria da Necessariedade da Causa, firma-se a seguinte premissa: a reparação dos danos reflexos ou por ricochete não está excluída pelo fato de se tratarem de ‘danos indiretos ou mediatos’; de fato, só não serão indenizáveis quando deixarem de ser consequência necessária do evento, vale dizer, a partir

---

autora pode ter se dado por diversos fatores inerentes à empresa, não sendo provado que o fato ocorreu em virtude da ausência do Sr. Amaro na administração, até mesmo porque, pelos balanços acostados aos autos, verifica-se ser de pequena monta a alteração no faturamento da empresa antes e depois do ingresso do Sr. Amaro no quadro societário. Outrossim, como bem observou o juiz singular, *é inviável acreditar que na ausência temporária de um dos sócios, os demais, todos administradores, consoante se verifica na cláusula 8ª do instrumento de fls. 21, não pudessem tomar qualquer atitude em prol da gestão da empresa.*[...]” (RIO GRANDE DO SUL, Tribunal de Justiça. Apelação Cível n. 70041542366, relator Desembargador Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard, julgado em 05/10/2011; *grifou-se*)

das lições acima expostas, quando houver o aparecimento de concausas. (CRUZ, 2005, p. 105)

De igual modo, Fernando Noronha, ao defender a Teoria da Causalidade Adequada, afirma ser possível a responsabilização do agente pelos danos indiretos ocasionados:

Perante o direito constituído, parece-nos ser a causalidade adequada a teoria que, pela sua flexibilidade, faculta uma interpretação mais razoável do art. 403, permitindo em especial explicar por que razão, apesar deste preceito falar em ‘danos (...) efeito direto e imediato’, **é possível a responsabilização do agente pelos danos indiretos, que não são produzidos eles mesmo pelo fato gerador, mas em que este desencadeia outra condição, que os provoca, de acordo com o curso normal das coisas.** (2010, p. 635; *grifou-se*)

Por fim, para que se tenha uma visão mais concreta do que até aqui foi exposto, impõe-se a análise, ainda que de maneira simplificada, de alguns casos já mencionados neste trabalho, agora com ênfase no elemento nexos de causalidade.

Inicia-se o estudo pelos casos em que, a partir de determinado evento danoso, a vítima inicial vem a falecer ou sofrer lesões corporais, fato este que atinge, por via reflexa, as pessoas que lhe eram/são próximas.<sup>71</sup> Verificado o nexos de causalidade entre a morte ou as lesões e o evento danoso, não há como se afastar a conclusão de que o prejuízo extrapatrimonial experimentado pelas vítimas reflexas são igualmente consequências necessárias ou adequadas do evento danoso. Isso por ser essa a causa suficiente para produção do dano e, ainda, por inexistir qualquer outra causa que explique o dano.

Outrossim, ao se analisar o Recurso Especial n. 753.512/RJ, cujo relator foi o Ministro João Otávio de Noronha, em caso que envolvia um contrato firmado entre uma empresa de produções artísticas e um maestro russo (para realização de concertos em território nacional), o qual restou inadimplido ante o extravio da bagagem do maestro pela companhia aérea. Por isso, a empresa de produções artísticas ajuizou ação condenatória – pleiteando indenização a título de danos materiais e morais - em face da companhia aérea, utilizando como um dos fundamentos o artigo 17 do Código de Defesa do Consumidor.<sup>72</sup>

O Ministro relator, ao proferir seu voto, afastou o fundamento colacionado pela autora da demanda, sob argumento de que o artigo 17 do diploma consumerista somente se

<sup>71</sup> Refere-se, neste particular, aos seguintes julgados: Recurso Especial 530.603/MG (capítulo um, item “1.3”); Recurso Especial 120.894-4/MG (capítulo dois, item “2.2.1”).

<sup>72</sup> “Para os efeitos desta seção [Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço], equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.”

aplicaria em casos de vício de produto ou serviço. Assim, votou pela improcedência dos pedidos deduzidos na petição inicial. No entanto, o voto que se sagrou vencedor foi aquele proferido pelo Ministro Luis Felipe Salomão, no qual arguiu que o dever de indenizar poderia emergir de outros fundamentos, sobretudo da teoria geral da responsabilidade civil, da qual pode ser extraída a ressarcibilidade dos danos reflexos ou por ricochete.<sup>73</sup>

Apesar de não ter sido feita uma argumentação profunda em relação a este argumento, é possível inferir que, embora o inadimplemento contratual tenha havido em entre o maestro e a companhia área, a impossibilidade de realização do espetáculo pela autora da demanda e os danos daí decorrentes são consequências necessárias deste inadimplemento contratual, pelo que seriam indenizáveis.

Em síntese, o elemento nexo de causalidade, embora possa ser tido como principal fator de limitação à reparação do dano reflexo ou por ricochete, não se apresenta como óbice absoluto, a teor do que fora acima demonstrado. Ademais, insta salientar que, dada a complexidade do tema estudado na seção supra - assim como todos aqueles que se relacionam ao nexo causal -, adverte-se ser necessária uma análise mais aprofundada do tema, o que ultrapassa os limites deste trabalho.

Apresentada as implicações dos danos reflexos em relação aos elementos ou requisitos tradicionais da responsabilidade civil, faz-se necessária uma exposição minuciosa das características e contornos desta modalidade de danos, a fim de que seja consolidado o estudo a que se propõe este trabalho, o que será feita na seção seguinte.

---

<sup>73</sup> Para maiores detalhes do acórdão, vide capítulo dois, item “2.1.3”.

## **4 ASPECTOS CENTRAIS E ACEITAÇÃO DA RESSARCIBILIDADE DOS DANOS REFLEXOS OU POR RICOCHETE**

### **4.1 Definição e Características do Dano Reflexo ou por Ricochete e a Aceitação de sua Ressarcibilidade pelo Direito Brasileiro**

Apresentada a diversidade inerente à temática dos danos reflexos ou por ricochete e (segundo capítulo), em seguida, suas implicações em relação aos elementos ou requisitos da responsabilidade civil (terceiro capítulo), proceder-se-á, a partir desta subseção, ao delineamento desta categoria específica de danos. Nesse sentido, o estudo subsequente perpassará pelo destaque das características fundamentais do dano reflexo ou por ricochete, dos critérios que podem/devem ser utilizados para limitar sua ressarcibilidade e, ainda, por outras questões práticas relacionadas ao tema.

Previamente, entretanto, faz-se importante salientar algumas características do sistema de responsabilidade civil adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Isso porque, a partir do estudo mencionado, far-se-á possível estabelecer a abrangência da legislação brasileira, perquirindo-se, em sequência, sobre a aceitação da ressarcibilidade dos danos reflexos à luz do ordenamento jurídico pátrio.

Neste particular, imperioso consignar que

[...] em matéria de dano ressarcível, os ordenamentos modernos dividem-se em duas vertentes bem definidas: (i) ordenamentos típicos ou fechados, que indicam taxativamente os interesses cuja violação enseja um dano reparável; e (ii) ordenamentos atípicos ou abertos, que não empregam semelhante restrição. (SCHREIBER, 201, p. 100)

Ainda, acrescenta o autor:

Em outras palavras, nos ordenamentos típicos, o legislador limita o dano ressarcível a certos interesses previamente indicados, restringindo a atuação judicial a um campo determinado. Nos ordenamentos atípicos, ao contrário, o legislador prevê tão somente cláusulas gerais, que deixam ao Poder Judiciário ampla margem de avaliação no que tange ao merecimento de tutela do interesse alegadamente lesado. Nesta esteira, diz-se típico, originariamente, o ordenamento alemão, em que o ressarcimento dos danos vem assegurado apenas em face da lesão a interesses tipificados em lei, como a vida, a integridade física, a saúde, a liberdade e a



propriedade. É atípico, por outro lado, o ordenamento brasileiro, em que o legislador não indica os interesses cuja violação origina um dano ressarcível, limitando-se a prever uma cláusula geral de ressarcimento pelos danos patrimoniais ou morais. (SCHREIBER, 2011, p. 100)

De fato, o ordenamento jurídico brasileiro, em matéria de responsabilidade civil e de dano ressarcível, conta com duas cláusulas gerais relativas às duas modalidades de responsabilidade civil: a objetiva e subjetiva (respectivamente os artigos 186 e 927<sup>74</sup>; e parágrafo único do artigo 927<sup>75</sup>, todos do Código Civil), consoante já afirmado no item dois do primeiro capítulo.

Não obstante a classificação entabulada acima, uma ressalva precisa ser feita: a distinção entre ordenamento típicos e atípicos no que se refere ao dano ressarcível implica, como todo o esquema classificatório, certa simplificação. Diz-se isso porque muitos ordenamentos taxados de típicos contêm válvulas de abertura a interesses outros, ao passo que muitos daqueles considerados abertos encontram limites normativos à ressarcibilidade dos danos, mesmo que fundados em outros elementos da responsabilidade civil. (SCHREIBER, 2011, p. 100-101)

O ordenamento jurídico brasileiro, por exemplo, conforme exposto no item dois e três do terceiro capítulo – no qual se explanou a função do nexo de causalidade e suas teorias –, contempla a noção de causalidade enquanto fator de limitação aos danos ressarcíveis, com vistas a fornecer parâmetros que sirvam de base para integração desse sistema aberto.

Neste particular, importante repisar que, a partir de análise sobre as teorias da causalidade, com foco naquela adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, pôde-se concluir que o fato de o artigo 403 do Código Civil adotar a expressão “direto e imediato” não afasta a possibilidade de reparação do dano reflexo ou por ricochete.<sup>76</sup>

Ante o exposto, é possível se concluir pela aceitação da ressarcibilidade dos danos reflexos ou por ricochete, haja vista inexistir, no ordenamento jurídico brasileiro, qualquer dispositivo que possa ser tido como óbice ao ressarcimento do dano reflexo, ainda que respeitadas certas condições.

<sup>74</sup> “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.” De seu lado, o artigo 927, caput, assim dispõe: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

<sup>75</sup> “Art. 927 [...]parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

<sup>76</sup> O tema foi devidamente analisado no item três do terceiro capítulo.

Partindo desse pressuposto, em breve síntese do que já foi abordado neste trabalho, necessário repisar que se trata de situação corrente aquela em que os danos experimentados por uma vítima imediata são igualmente fonte de outros danos – os quais, como largamente explicitado, são denominados de danos reflexos ou por ricochete.

Esse dano – dito reflexo ou por ricochete –, embora decorra de um dano causado a uma vítima inicial, não pode ser reduzido a um mero reflexo, sem carga de eficácia própria; neste particular, impõe ressaltar sua característica fundamental, isto é, sua autonomia. A autonomia, não obstante já ter sido abordada na primeira seção deste trabalho, merece, neste momento, uma análise mais profunda, de modo a serem destacadas também as suas implicações práticas.

Deve-se salientar, portanto, tratar-se o dano reflexo ou por ricochete de dano próprio do terceiro, haja vista ter um objeto distinto daquele inicialmente causado. Nesse sentido, salienta Luís Renato Ferreira da Silva (1997, p. 192-193) que: “[...] Há ricochete, há reflexo, porque antes atingiu em primeira mão outra pessoa, mas não que se trate de um ‘condomínio’ de dor. Não é não. Cada qual tem o seu próprio sentimento, que é objeto de resguardo.”

Em que pese se referir aos danos extrapatrimoniais reflexos ou por ricochete, a lição acima transcrita pode ser estendida também aos danos patrimoniais reflexos.

Acerca da autonomia, ainda se faz importante tecer algumas considerações. Mário Moacyr Porto, ao abordar a temática pertinente à indenização nos casos de homicídio – prevista, à época, no artigo 1.537 do Código Civil brasileiro de 1916 -, comenta a autonomia da ação a que tem direito a vítima reflexa na hipótese acima apontada, diferenciando-a daquela decorrente do direito hereditário aos direitos e ações do *de cujus*<sup>77</sup>, a saber:

As duas ações, por serem distintas e independentes, apresentam as seguintes peculiaridades: a) a transação feita em relação a uma ação em nada afeta a outra; b) uma cláusula de não indenizar ou que limite o quantum da indenização, estabelecida pela vítima e responsável, em nada repercute no direito pessoal do herdeiro, ou melhor, não lhe é oponível, pois o herdeiro, repete-se, age *jure próprio* e apóia a sua pretensão nas regras da responsabilidade aquiliana; c) os créditos e pagamentos obtidos pelos herdeiros nas ações pessoais contra o responsável pelo homicídio não

<sup>77</sup> Nas palavras do autor: “No meu desautorizado entendimento, o art. 1.537, apreciado à luz do bom-senso e subsídios informativos da lei que lhe serviu de fonte, expressa o seguinte: O herdeiro, na hipótese em causa, tem, ao seu alcance, duas ações: uma fundada no direito hereditário, para obter do responsável pelo homicídio uma indenização correspondente aos direitos e ações que o morto tinha por ocasião do seu passamento e que foram transmitidos aos seus herdeiros (art. 1.372 e 1.526 do CC); outra, resultante do seu direito pessoal de obter do responsável pelo homicídio uma integral reparação de todos os prejuízos que, por ricochete, sofreu, inclusive uma quantia correspondente ao valor da prestação de alimentos ao herdeiro e demandante (inc. II do art. 1.537). (1995, p. 12)

são dívidas da sucessão e, como tal, escapam à cobrança dos credores do *de cujus* ou herança. (1995, p. 12)

Mister salientar que a autonomia do dano reflexo ou por ricochete se manifesta, ainda, na apuração do *quantum* indenizatório; isso porque o referido processo se faz em função da extensão do dano cuja reparação é pleiteada.<sup>78</sup> Assim, não há uma necessária identidade entre a indenização concedida à vítima inicial em relação àquela a ser concedida à vítima reflexa.<sup>79</sup>

Com o objetivo de consolidar essa ideia de autonomia do dano reflexo, acrescenta-se a seguinte ementa relativa a um julgado recente do Superior Tribunal de Justiça, a saber:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACIDENTE AÉREO. INDENIZAÇÃO DEVIDA AOS IRMÃOS DA VÍTIMA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ILEGITIMIDADE "AD CAUSAM" DOS IRMÃOS DA VÍTIMA. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL REFLEXO. PRECEDENTES. EXCESSO NO DANO MORAL POR FALTA DE CULPA DO RECORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA. VALOR QUE NÃO SE MOSTRA EXCESSIVO. JURISPRUDÊNCIA. [...] 2. Os irmãos possuem legitimidade ativa para pleitear indenização pela morte do outro irmão, de forma independente dos pais e demais familiares, **pois quando se verifica que o terceiro sofre efetivamente com a lesão causada à vítima, nasce para ele um dano moral reflexo, 'par ricochet', que é específico e autônomo. Isto significa que todos aqueles que sofrem com a morte da vítima terão direito, separadamente, à indenização pelo dano moral a eles reflexamente causado. E, ainda, o valor deverá ser diferente e específico para cada um, dependendo de sua ligação com a vítima.** Precedentes. [...] 4. Agravo regimental não provido. (STJ, AgRg no Agravo de Instrumento n. 1.413.481-RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 13.03.2012; *grifou-se*).

A partir da decisão acima mencionada, denota-se outro aspecto da autonomia do dano reflexo ou por ricochete: as parcelas indenizatórias devem ser concedidas

<sup>78</sup> No ordenamento jurídico brasileiro, adota-se, como regra geral, o seguinte postulado: “A indenização mede-se pela extensão do dano.”, nos moldes do artigo 944 do Código Civil.

<sup>79</sup> Neste particular, interessante colacionar a ementa de julgado do Superior Tribunal de Justiça que aponta, ainda que a temática não seja explorada com profundidade no acórdão – tendo em vista que a controvérsia não se cingia a este ponto –, essa independência entre os fundamentos a ser utilizados pela vítima inicial e àqueles a serem deduzidos pela vítima reflexa, a saber: “RECURSO ESPECIAL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL INDIRETO AJUIZADA PELO CÔNJUGE DA VÍTIMA - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - OMISSÃO - INOCORRÊNCIA - NULIDADE DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL HAVIDA ENTRE AS PARTES - INEXISTÊNCIA - ARGÜIÇÃO EM AÇÃO PRÓPRIA - NECESSIDADE – **RESSARCIMENTO DE DANO MORAL INDIRETO - NATUREZA E FUNDAMENTOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS NA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS AJUIZADA PELA VÍTIMA DO ACIDENTE** – [...]. (STJ, REsp n. 1.041.715/ES, relator Ministro Massami Uyeda, julgado em 06/05/2008; *grifou-se*).

individualmente a cada uma das vítimas reflexas ou por ricochete, levando-se em conta, para sua aferição, o grau de afeição, **por exemplo**, quando se tratar de dano extrapatrimonial reflexo ou por ricochete.

Estabelecida a autonomia do dano reflexo ou por ricochete, bem como suas implicações práticas, outra questão que também se apresenta é a de ser o dano reflexo ou por ricochete um dano direto ou um dano indireto.

A fim de se poder responder a este questionamento, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre o conceito de dano indireto.

Neste particular, ressalta-se a definição formulada por Antonio Lindbergh C. Montenegro (2001, p. 22), qual seja: “Dano indireto é aquele cujos efeitos só posteriormente são conhecidos. Determinar a sua efetividade e extensão constitui tarefa das mais difíceis. Essa dificuldade resulta, via de regra, se não se manifestar ele no mesmo bem que sofreu o dano, senão no patrimônio do prejudicado.”

De seu lado, Fernando Noronha assevera (2010, p. 602):

[...] dentro dos danos causados pelo fato atribuído ao responsável, uma terceira classificação que é importante, é a que distingue danos diretos e indiretos: dano direto é o que é efeito imediato do fato lesivo, indireto é aquele em que o fato, não tendo provocado ele mesmo o dano, ‘desencadeia outra condição que diretamente o suscite’, como dizia Manuel de Andrade [1958, p. 353]. Exemplo de dano indireto é o caso das lesões sofridas por pessoa que presencia um acidente de trânsito e, vendo que um dos motoristas está inanimado, vai socorrê-lo, quando o veículo se incendia. Outro exemplo: se o responsável por uma criança deixa uma arma ao alcance desta, que vai brincar com ela e a dispara, a omissão daquele é causa indireta do dano resultante do disparo. Terceiro exemplo: quem atropela pedestre em estrada de pouco movimento e foge, deixando este caído, inanimado, responde não só pelas lesões corporais (dano direto) como também por eventual furto de bens de vítima, praticando por desconhecido (dano indireto).

Fernando Noronha acrescenta também a esta categoria os danos reflexos ou por ricochete. Nas exatas palavras do autor: “Uma categoria especial de danos indiretos é constituída pelos chamados *danos por ricochete*, ou *danos reflexos*. É dano por ricochete aquele que atinge outras pessoas de um determinado fato lesivo: essas outras pessoas serão vítimas mediatas.” (2010, p. 603)

De outro lado, ao formular este mesmo questionamento, Mario Moacyr Porto – aproveitando-se de lição esboçada por George Durry – afirma tratar-se de dano direto, criticando aqueles que o entendem por indireto. De fato, assevera: “O dano por ricochete é direto ou indireto? É direto e imediato, é a resposta certa”. (1995, p. 10)

Nessa linha, argumenta o citado autor: “‘direto e imediato’, diz respeito à causa determinante do dano e não às pessoas alcançadas, por ricochete, pelo dano que atingiu à vítima inicial.” (PORTO, 1995, p. 10)

Esboçadas, ainda que em linhas gerais, as duas concepções acerca da natureza do dano reflexo ou por ricochete, infere-se que a questão se refere, em última análise, ao estudo da causalidade.<sup>80</sup> Neste contexto, impõe afirmar-se que, ainda que se adote como referência a ideia de ser o dano reflexo ou por ricochete um dano indireto, a sua ressarcibilidade, consoante já destacado, sobretudo no terceiro capítulo, não estará afastada.

Nesse particular, assevera Antonio Lindbergh C. Montenegro (2001, p. 23),

Quer-nos parecer que a questão, para ser colocada em seus devidos termos, exige, antes de mais nada, uma idéia clara do que seja causa próxima e causa remota do dano. Convém desde logo assentar que não é a maior ou menor distância entre o ato ilícito e o prejuízo ou entre a causa e o efeito que faz desaparecer a obrigação de ressarcir.

Partindo dessa premissa, o autor conclui:

O ofensor deve reparar todo o dano que causou, segundo a relação de causalidade. Tudo se reduz em determinar o conteúdo e a extensão do dano. Tal é o sistema da realidade do dano. Sob tal aspecto, **irrelevante se faz estabelecer a distinção entre o dano direto e o indireto, com vistas à total reparação do dano.** Desde que determinado prejuízo possa ser inserido na relação de causalidade, de acordo com a ordem natural das coisas, deve ser indenizado, ainda que ligado a uma causa remota ou mediata. O que importa afastar da cadeia causal os fatos anormais ou que fiquem na dependência de elementos meramente hipotéticos. Isso, afinal de contas, se constitui em uma questão de lógica e de bom senso, reservada ao livre arbítrio do juiz. (MONTENEGRO, 2001, p. 23; *grifou-se*)

A partir da ideia delineada pelo autor, acredita-se ser de somenos importância a distinção ou a rotulação do dano reflexo ou por ricochete como direto ou indireto, pois, em última análise, a mera classificação em nada acrescentará, vez que o âmbito de discussão estará circunscrito à causalidade.

Com efeito, para que se afaste essa discussão acerca da classificação do dano reflexo ou por ricochete em dano direto ou indireto, propõe-se que, ao enfrentar casos que em se visualizam esta categoria de danos, utilize-se a seguinte terminologia: (i) evento danoso; (ii) vítima inicial e dano inicial; (iii) vítima reflexa e dano reflexo ou por ricochete.

---

<sup>80</sup> O Estudo acerca do nexo de causalidade e suas implicações em relação à categoria dos danos reflexos ou por ricochete foi elaborada na seção três deste trabalho, especificamente nas subseções “3.2” e “3.3”.

Partindo-se das premissas acima estabelecidas, é possível esboçar uma definição do dano reflexo ou por ricochete: é o dano - próprio e autônomo – experimentado pela vítima reflexa, que tem sua esfera de interesses atingida em decorrência de um dano inicial causado a uma vítima inicial, tendo em vista relações de interesse, afeição ou contratuais mantidas entre a vítima inicial e a vítima reflexa ou por ricochete.

Esboçado o conceito de dano reflexo, suas características, bem assim definida a aceitação de sua ressarcibilidade pelo ordenamento jurídico brasileiro, impõe-se, nos tópicos subsequentes, a apresentação de alguns critérios/condições a serem observados quando da análise da possibilidade de sua reparação.

#### **4.2 Alguns Critérios à Reparação do Dano Reflexo**

Firmou-se ao longo deste trabalho a ideia de que o nexo de causalidade se apresenta como o elemento mais apto a limitar a ressarcibilidade do dano reflexo ou por ricochete; tal premissa, entretanto, não afasta o desenvolvimento - pela doutrina e jurisprudência – de critérios outros a serem observados para o reconhecimento da possibilidade de reparação dos danos pertencentes à categoria em comento.

Nesse contexto, a seguir serão analisados ou apresentados alguns critérios que servem também de parâmetros ao intérprete/aplicador do direito quando do enfrentamento de questões que envolvam a temática pertinente aos danos reflexos ou por ricochete.

É preciso que se esclareça, de forma preliminar, que todos os elementos tradicionais da responsabilidade civil terão de estar presentes para que se conceda a indenização pelo dano por ricochete alegado em determinada demanda; essa temática será abordada de maneira mais sistemática no item subsequente deste capítulo, em que serão abordadas todas as etapas, na análise do caso concreto, para se chegar à conclusão de ressarcibilidade do dano reflexo.

Feita esta ressalva, procede-se à apresentação daqueles “outros critérios” para ressarcibilidade do dano reflexo ou por ricochete.

Destaca-se, inicialmente, a *impossibilidade de sucessividade nos ricochetes* – critério que é apresentado por Luiz Renato Ferreira da Silva (1992, p. 194), nos seguintes termos: “Outra restrição, para além da prova, é a impossibilidade de sucessividade nos

ricochetes. Quer-se dizer, o dano só reflete uma vez. O amigo do lesado reflexamente não pode reclamar indenização pelo sofrimento deste.”

A lição esboçada pelo autor acima citado faz referência ao entendimento apresentado por Geneviève Viney e Patrice Jourdain, autores franceses, ao discorrerem acerca da reparação desta categoria de danos no direito francês. Segundo os autores,

Se, por exemplo, a morte ou as lesões sofridas pela vítima imediata provocaram um prejuízo de afeição aos membros de sua família, cada um destes membros pode ser ele mesmo circundado por outras pessoas que lhe são queridas, cuja sensibilidade é igualmente afetada, haja vista os abalos/sofrimentos morais que ele suporta. Entretanto, esses ricochetes “em segundo grau” não justificam uma reparação, a qual praticamente não é solicitada. (1998, p. 142; *tradução livre*)<sup>81</sup>

Saliente-se, neste particular, que em pesquisa realizada nos sítios (*sites*) dos Tribunais brasileiros (Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, bem como Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal) não foram encontrados julgados que versassem acerca de demandas propostas com objetivo de obter indenização por estes danos reflexos “em segundo grau”. Fato este que torna ainda atual a lição acima transcrita.

Outro critério que pode ser levado em consideração quando da análise dos danos reflexos – não como fator de limitação, mas como de integração – é o princípio da função social do contrato. A temática já foi analisada no segundo capítulo deste trabalho, no qual se demonstrou que os danos reflexos ou por ricochetes podem ser observados em algumas das manifestações do princípio da função social do contrato.

De fato, conclui-se, a partir da análise de algumas situações específicas<sup>82</sup>, que em parte das hipóteses de flexibilização da relatividade dos efeitos contratuais que se dá, sobretudo, por meio da aplicação do princípio da função social do contrato, visualizam-se

<sup>81</sup> No original: “Si par exemple la mort ou les blessures de la victime immédiate ont provoqué un préjudice d’affection chez les membres de sa famille proche, chacun d’eux peut être lui-même entouré d’êtres chers dont la sensibilité est atteinte, à la vue des souffrances morales qu’il endure. Pourtant ces ricochets «au second degré» ne justifient pas une réparation qui n’est pas d’ailleurs pratiquement jamais sollicitée.” (1998, p. 142)

<sup>82</sup> O estudo elaborado no segundo capítulo deste trabalho evidenciou que o dano reflexo pode ser visto nas hipóteses em que se tenha verificado o inadimplemento contratual entre a vítima direta inicial e agente causador do dano, como no exemplo do acidente fatal ocorrido por descumprimento do contrato de trabalho, em que o empregador (agente) não forneceu a segurança essencial ao mister do trabalhador (vítima direta); além disso, pode ser visualizado quando o inadimplemento contratual ocorre entre vítima direta (devedor) e vítima indireta (credor), sendo o causador do inadimplemento um terceiro estranho à relação contratual. Nesta última categoria, foram analisados os casos conhecidos como (a) “Tragédia de Superga”, (b) “Caso Meroni” e (c) Recurso Especial n. 753.512/RJ (vide item “2.1.3”).

novos exemplos de dano reflexo ou por ricochete, vale dizer, diversos daqueles casos neste trabalho denominados de *clássicos*.

Afora os critérios acima mencionados, salienta-se o sistema de presunções adotado pela jurisprudência brasileira no que concerne à legitimidade dos parentes próximos para pleitear danos extrapatrimoniais e patrimoniais reflexos nas situações conhecidas como *caso clássico*, vale dizer, nas hipóteses decorrentes da aplicação do artigo 948 do Código Civil.<sup>83</sup>

#### 4.3 Aplicação Prática da Categoria dos Danos Reflexos ou por Ricochete

Por fim, colacionados alguns critérios para reparação do dano reflexo ou por ricochete e, ainda, com o escopo de tornar concretas as lições acima esboçadas, impõe-se a discriminação de algumas etapas que devem ser levadas em consideração pelo intérprete a fim de que se reconheça a ressarcibilidade do dano reflexo que se pretende ver indenizado.

Desde o começo desta exposição, é importante esclarecer que o estudo a ser apresentado não pode ser considerado como algo definitivo e fechado, ou seja, não se pretende apresentar um modelo ideal de aplicação dos danos reflexos ou por ricochete, cuja sistematização, por ser um tema que suscita muitas questões, ultrapassa os limites deste trabalho.

Partindo dessa premissa, o que será a seguir exposto será **uma ideia** de como funcionaria a aplicação de todos os critérios e notas neste trabalho estudadas quando da análise de um caso concreto.

O intérprete/aplicador do direito, diante de uma demanda condenatória em que se pleiteie a reparação/compensação de um dano reflexo ou por ricochete deverá, em um primeiro momento, constatar a existência do dano<sup>84</sup>, sem a qual não há falar em responsabilidade civil, nos termos do que já foi exposto neste trabalho.

Neste particular, destaca-se que o dano patrimonial reflexo, justamente por ter natureza patrimonial, é de fácil aferição. No entanto, no que tange aos danos

---

<sup>83</sup>A temática já foi objeto de estudo da primeira seção deste trabalho, oportunidade em que se evidenciou, a partir do entendimento jurisprudencial dominante, a existência de uma presunção *juris tantum* em favor da legitimidade dos pais, cônjuge ou companheiro e filhos da vítima inicial nestes casos.

<sup>84</sup>Sobre o dano e seus elementos: vide capítulo três.



extrapatrimoniais reflexos, maiores dificuldades aparecem na verificação da configuração do dano, conforme já salientado quando do estudo dos elementos que compõem o dano indenizável.<sup>85</sup>

Em seguida, impõe-se a verificação da relação de causalidade entre o prejuízo ou dano alegado pela vítima reflexa ou por ricochete e o evento danoso. Ou seja, nesta etapa deverá ser constatado se o dano reflexo ou por ricochete se constituiu como consequência necessária ou adequada do evento danoso, não obstante ter como fonte o prejuízo ou o dano causado à vítima inicial – com quem mantinha relações de afeto ou de interesse.

Interessante observar, neste ponto, que o dano reflexo ou por ricochete, para caracterização como tal, deve decorrer de um dano causado a uma vítima inicial; entretanto, não se pode olvidar que tem sua fonte também no evento danoso, cujo vínculo causal deverá ser devidamente demonstrado.

Com efeito, nos casos em que for reconhecido o fato exclusivo da **vítima inicial**<sup>86</sup>, fato excludente do nexo de causalidade, não há que se falar em possibilidade de reparação do dano reflexo sofrido pela vítima reflexa ou por ricochete.

A fim de ilustrar a situação abstratamente descrita acima, destaca-se o seguinte julgado:

Ação Indenizatória. Danos materiais e morais. Alegação de responsabilidade objetiva da Ré. Pai dos Apelantes que foi vítima de eletrocussão. Evento danoso (morte) que decorreu de culpa exclusiva da vítima, que segurou cabo energizado espontaneamente. Testemunhas que presenciaram os fatos. Excludente de responsabilidade reconhecida. Sentença mantida. Recurso não provido. (SÃO PAULO, Tribunal de Justiça do Estado de. Apelação Cível n. 0000547-16.2010.8.26.0414, apelantes: Leonardo Ferreira dos Santos e João Batista dos Santos Júnior; apelados: ITAÚ Seguros Corporativos LTDA e ELEKTRO Eletricidade e Serviços S/A; Relator: João Pazine Neto, julgado em 14/02/2012).

Trata-se de demanda condenatória ajuizada pelos filhos da vítima inicial, que faleceu em virtude de uma eletrocussão. A sentença julgou improcedentes os pedidos

<sup>85</sup> Vide item “3.2” do terceiro capítulo.

<sup>86</sup> Ressalta-se, neste particular, que muitas vezes se utiliza a expressão “culpa exclusiva da vítima”, em vez de “fato exclusivo”, o que poderia levar à conclusão de que haveria exclusão da ilicitude (em seu aspecto subjetivo), o que não se aceita, pois o que há, em verdade, é a exclusão do próprio nexo de causalidade. Nesse sentido, assevera Sérgio Cavalieri Filho: “A boa técnica recomenda falar em fato exclusivo da vítima, em lugar de culpa exclusiva. O problema, como se viu, desloca-se para o terreno da causalidade, e não da culpa. O Direito Italiano fala em relevância do comportamento da vítima para os fins do nexo de causalidade material. Para fins de interrupção do nexo causal basta que o comportamento da vítima represente o fato decisivo do evento. Washington de Barros Monteiro afirma que o nexo desaparece ou se interrompe quando o procedimento da vítima é causa única do evento (qui sua culpa damnum sentit, damnum sentire non videtur) (Curso de Direito Civil, 25ª ed., v. 1º/279, Saraiva).” (2012, p. 69)

deduzidos pelos autores – condenação ao pagamento de indenização por danos patrimoniais e extrapatrimoniais reflexos -, ao reconhecer o fato exclusivo da vítima inicial, tendo sido mantida em sede de apelação.

Ainda, caso se trate de responsabilidade subjetiva, há que se demonstrar a culpa do agente causador do dano.

Por fim, em que pese tenham sido firmados alguns entendimentos sobre o tema, vale dizer, alguns requisitos ou presunções, a análise da ocorrência de um dano reflexo ou por ricochete, bem assim sua reparação, ainda consiste em uma apreciação casuísta. Esse fato, entretanto, não afasta a importância do estudo realizado neste trabalho, cujo objetivo se traduziu em uma correta compreensão acerca da categoria dos danos reflexos ou por ricochete, bem como de seus aspectos jurídicos e, ainda, no fornecimento de elementos que possibilitem o reconhecimento de sua ressarcibilidade.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo primordial analisar as hipóteses em que pode ser visualizada a categoria dos danos reflexos ou por ricochete, a fim de elucidar seus contornos, características, bem assim as controvérsias que suscitam, com vistas ao desenvolvimento e consolidação de um estudo aprofundado sobre a matéria, mormente no que se refere à possibilidade de serem indenizados à luz do ordenamento jurídico brasileiro.

A partir do exame, sob uma perspectiva histórica, da evolução da responsabilidade civil, verificou-se que atualmente seu escopo fundamental consiste na reparação dos danos de forma mais ampla possível. Neste particular, destacou-se que a adoção da teoria objetiva, mais do que qualquer outro fator, operou uma verdadeira inversão do eixo desse instituto, ou seja, da preocupação com o caráter culposos da conduta do agente – característica fundamental da responsabilidade civil moderna –, passou-se à polarização da reparação do dano.

Ademais, evidenciou-se que à concretização desta reprogramada função, os tradicionais requisitos ou elementos da responsabilidade civil, quais sejam a conduta culposa, nexo de causalidade e dano, também devem ser revistos, sob esta nova perspectiva, vale dizer, a partir de um princípio solidarista.

Além disso, comparando-se o Código Civil de 2002 com o diploma de 1916, no que concerne à disciplina da responsabilidade civil, pôde-se inferir que foi aquele forjado sob uma nova base de princípios ou paradigmas teóricos, superando a concepção formalista e individualista deste. Merece destaque, neste particular, a adoção de uma nova técnica legislativa, consistente no estabelecimento de normas abertas, alterando radicalmente o modelo fechado adotado pelo Código Civil anterior, o que se observa em pelo menos dois momentos em relação à responsabilidade civil: artigos 186 e 927 – cláusula geral da responsabilidade subjetiva - e artigo 927, parágrafo único, cláusula geral de responsabilidade objetiva.

Ainda no que tange ao Código Civil de 2002, especificamente em relação à temática que foi objeto deste trabalho, ou seja, os danos reflexos ou por ricochete, observou-se que a inclusão da expressão “*sem excluir outras reparações*” à redação do *caput* do artigo 1.537 do Código Civil de 1916, ao qual corresponde o atual artigo 948 do Código Civil,

representou uma abertura semântica do dispositivo, de modo a ser possível o enquadramento de novas situações.

Consignou-se, ademais, que a hipótese fática contida no citado artigo – indenização em caso de homicídio –, além daquelas outras situações que se depreendem da abertura semântica referida (dano extrapatrimonial), pode ser considerada como *caso clássico* dos danos reflexos ou por ricochete, porquanto também presente em ordenamentos estrangeiros como França, Alemanha e Portugal. Nesse sentido, por intermédio de uma análise jurisprudencial, foi possível reconhecer que há solidez e segurança na aplicação do referido dispositivo e, assim, na reparação desta hipótese específica de dano reflexo, permitindo somente algumas controvérsias sobre a quantificação das verbas indenizatórias.

Após, estabelecido o paradigma solidarista – que norteia atualmente o sistema de responsabilidade civil –, bem como o *caso clássico* e suas peculiaridades, passou-se a um estudo mais aprofundado acerca do tema, com o intuito de analisar outras hipóteses em que os danos reflexos ou por ricochete fossem passíveis de serem indenizados, ainda que não se referissem especificamente aqueles casos expostos como *clássicos*.

No que toca a este ponto, em um primeiro momento, foram exploradas as implicações entre os danos reflexos ou por ricochete e o princípio da função social do contrato. Verificou-se, assim, que em parte das hipóteses de flexibilização da relatividade dos efeitos contratuais, operada, sobretudo, pelo princípio da função social do contrato, é possível a visualização de novos exemplos de dano reflexo ou por ricochete. Desse modo, evidenciou-se que o princípio da função social do contrato poderá contribuir sobremaneira para o seguro reconhecimento de novas hipóteses de dano reflexo como indenizáveis, atuando, nesse sentido, como um dos critérios a serem considerados no caso concreto.

Em seguida, em análise aos casos fundados na teoria geral da responsabilidade civil, a fim de demonstrar as diversas manifestações do dano reflexo ou por ricochete, sobretudo no que concerne à possibilidade de sua indenização para além da hipótese neste trabalho denominada de caso clássico, procedeu-se a uma divisão sistemática entre o dano extrapatrimonial reflexo e o dano patrimonial reflexo.

Quanto aos danos extrapatrimoniais reflexos, foi possível inferir, por meio da análise de algumas decisões judiciais, que casos diversos daquele em que há o falecimento da vítima inicial já têm alguma aceitação na jurisprudência brasileira. Além disso, conclui-se que, considerando a atual função da responsabilidade civil e sua maior preocupação com as vítimas dos eventos danosos, o direito não pode se mostrar insensível às pretensões daqueles

que veem radicalmente alterado seu modo de vida, sujeitos a estados de grande angústia ou até mesmo de desespero ou, ainda, que fiquem gravemente perturbados na relação que anteriormente mantinham com o lesado.

No que concerne ao dano patrimonial reflexo, observou-se que, embora existam entendimentos doutrinários contrários, é possível a reparação em casos diversos do artigo 948 do Código Civil (*caso clássico*). Aliás, ressaltou-se que a própria flexibilização da relatividade dos efeitos contratuais, conforme estudado no primeiro item do segundo capítulo, já traria novas possibilidades. Ademais, procedeu-se à análise da legislação portuguesa, cujo Código Civil conta com importante previsão de ressarcibilidade dos danos patrimoniais reflexos (artigo 495º), inferindo-se ser possível que as hipóteses nele previstas orientem a atuação dos juristas brasileiros em face de demandas com o mesmo objeto, dada a compatibilidade entre os ordenamentos. Ainda, analisou-se interessante decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, na qual se reconheceu a possibilidade de reparação de dano patrimonial reflexo em hipótese diversa do *caso clássico*, apontando, ainda que de forma incipiente, para receptividade da jurisprudência brasileira quanto a novas hipóteses.

Para finalizar a temática desenvolvida no segundo capítulo (*As Diversas Manifestações do Dano Reflexo*), com base em outras normas expressas no ordenamento jurídico brasileiro, demonstrou-se hipótese distinta de dano reflexo: o dano ambiental individual. A partir de uma análise sobre o instituto, pôde-se concluir que o dano ambiental individual, a par de ser igualmente denominado de dano reflexo ou por ricochete, distancia-se daquele cujo fundamento é a teoria geral da responsabilidade civil. Isso porque o dano ambiental individual é, em essência, um dano particular operado **por meio** da lesão ao meio ambiente – que seria a vítima inicial do evento danoso, diferentemente do dano reflexo ou por ricochete proposto neste trabalho, em que a vítima inicial é um indivíduo. Essa diferença, conforme se expôs, proporciona ao dano ambiental um sistema de responsabilização com certas peculiaridades.

O terceiro capítulo (*Os Danos Reflexos ou por Ricochete e os Elementos da Responsabilidade Civil*), conforme sugere o próprio título, destinou-se a problematizar a categoria dos danos reflexos ou por ricochete e os elementos da responsabilidade civil, pois, posteriormente à exposição acerca da diversidade que permeia o instituto do dano reflexo, necessário se fez um estudo mais criterioso da figura, a fim delinear seus aspectos jurídicos com maior rigor. Neste contexto, partir da análise dos elementos que compõem o dano indenizável, bem como as funções exercidas pelo nexo de causalidade, inferiu-se que as reais

limitações à reparabilidade dos danos reflexos ou por ricochete pertencem ao âmbito da causalidade.

Partindo-se desse pressuposto, procedeu-se a um estudo mais aprofundado acerca do nexo de causalidade, cujo objetivo foi o de analisar as características principais das teorias tradicionais, perquirindo-se sobre a possibilidade de se considerar reparáveis os danos reflexos ou por ricochete a partir de cada teoria, com ênfase naquela adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

A partir do estudo em comento, observou-se que, quer se adote a teoria do dano direto e imediato ou a da causalidade adequada, de plano, não há exclusão da possibilidade reparação dos danos reflexos ou por ricochete; isso dependerá de um juízo de adequação ou de necessidade quando da análise do caso concreto. Nesse sentido, embora decorra do dano causado a uma vítima inicial, o dano reflexo **pode** se constituir como consequência *adequada* ou *necessária* do evento danoso. Ademais, salientou-se que, dada a complexidade do tema estudado - assim como todos aqueles que se relacionam ao nexo causal -, necessária se faz uma análise mais aprofundada do tema, o que ultrapassaria os limites deste trabalho.

Por fim, o último capítulo, intitulado *Aspectos Centrais e Aceitação da Ressarcibilidade dos Danos Reflexos ou por Ricochete*, ocupou-se, em linhas gerais, do delineamento dos danos reflexos ou por ricochete enquanto categoria específica de danos. Inicialmente, elaborou-se uma análise do sistema de responsabilidade civil no direito brasileiro, a partir da qual se concluiu pela aceitação da ressarcibilidade dos danos reflexos ou por ricochete; isso porque, no ordenamento jurídico brasileiro, inexistente qualquer dispositivo que possa ser tido como óbice ao ressarcimento do dano reflexo, ainda que respeitadas certas condições.

Em seguida, foram ressaltadas as características fundamentais do dano reflexo, atentando-se, sobretudo, para suas implicações práticas. Ainda, definiu-se o dano reflexo ou por ricochete como aquele - próprio e autônomo - experimentado pela vítima reflexa, que tem sua esfera de interesses atingida em decorrência de um dano inicial causado a uma vítima inicial, tendo em vista relações de interesse, afeição ou contratuais mantidas entre a vítima inicial e a vítima reflexa ou por ricochete.

Após, com o intuito de dar maior concretude às lições esboçadas, apresentaram-se alguns critérios para o reconhecimento da possibilidade de reparação dos danos reflexos ou por ricochete, além ter sido fornecida uma ideia de como se proceder, diante de um caso concreto, à análise acerca da ressarcibilidade do dano reflexo ou por ricochete.

Destacou-se, ao final, que não obstante terem sido firmados alguns entendimentos sobre os danos reflexos ou por ricochete, ou seja, alguns requisitos e presunções, a análise de sua configuração, assim como da sua reparação, ainda consiste em uma apreciação casuísta. Esse fato, no entanto, não afasta a importância do estudo realizado neste trabalho, cujo objetivo se traduziu em proporcionar uma correta compreensão acerca da categoria dos danos reflexos ou por ricochete, bem como de seus aspectos jurídicos e, ainda, no fornecimento de elementos que possibilitem o reconhecimento de sua ressarcibilidade.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros e Artigos

AGUIAR DIAS, José de. **Da responsabilidade civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

ALMEIDA, Felipe Cunha de. A legitimidade ativa e a possibilidade de arbitramento do chamado dano por ricochete em relação a terceiro atingido diante de conduta elícita de autor de crime, em face de sua esposa. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 59, n. 403, p. 125-135, maio/2011.

AZEVEDO, Antonio Junqueira. Princípios do novo direito contratual e desregulamentação do mercado. Direito de Exclusividade nas relações contratuais de fornecimento. Função social do contrato e responsabilidade aquiliana de terceiro que contribui para o inadimplemento contratual: autonomia da vontade, o princípio *res inter alios acta*, função social do contrato e a interferência alheia na execução dos negócios jurídicos. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 750, p. 113-120, abr. 1998.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2012.

CRUZ, Gisela Sampaio da. **O Problema do Nexo de Causalidade na Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

DA SILVA, Danny Monteiro. **Dano Ambiental e sua Reparação**. Curitiba: Juruá, 2006.

DA SILVA, Luís Renato Ferreira. Da Legitimidade para Postular Indenização por Danos Morais. **Revista Ajuris**, Porto Alegre, n. 70, p. 185-205, julho/1997.

GERALDES, António Santos Abrantes. **Temas da Responsabilidade Civil: Indemnização dos Danos Reflexos**. 2. ed. rev. e. atual. Coimbra: Alamedina, 2007.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. vol. 4. 4. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade Civil**. 11. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.



JOURDAIN, Patrice. **Les principes de la responsabilité civile**. Paris: Dalloz, 1992.

LEITE; José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Dano Ambiental: do Individual ao coletivo extrapatrimonial. Teoria e Prática**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. O direito privado como um sistema em construção: “as cláusulas gerais no projeto do Código Civil brasileiro”. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n.753, p. 24-48, 1998, p. 28.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco**: doutrina, jurisprudência, glossário. 7. ed. rev., atual. e reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MONTENEGRO, Antônio Lindbergh C. **Ressarcimento de danos pessoais e materiais**. 7. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

MORAES, Maria Celina Bodin de. Perspectivas a Partir do Direito Civil Constitucional. In: TEPEDINO (org.). **Direito civil contemporâneo**: novos problemas à luz da legalidade constitucional. São Paulo: Atlas, 2008, p. 29-41.

\_\_\_\_\_. A constitucionalização do direito civil e seus efeitos sobre a responsabilidade civil. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 29, pp. 233-258, julho/dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_. **Uma Leitura Civil-Constitucional dos Danos Morais**, Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MULHOLLAND, Caitlin Sampaio. **A Responsabilidade Civil por Presunção de Causalidade**. Rio de Janeiro: GZ, 2010.

NORONHA, Fernando. **Direito das Obrigações**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil. Responsabilidade Civil**. vol. 3. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PELUSO, César (Coord.). **Código Civil comentado**: doutrina e jurisprudência. 2. ed., rev. e atual. Barueri/SP: Manole, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade Civil**. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

PORTO, Moacyr Mario. Dano por Ricochete. **Revista do Foro**, João Pessoa, v. 94, p. 9-13, outubro/1995.

\_\_\_\_\_. **Temas de responsabilidade civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

REALE, Miguel Reale. O Código Civil após um ano de vigência. In: REALE, Miguel et al (org.). **Principais Controvérsias no Novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2006, pp. 1-8.

RODRIGUES JÚNIOR, Otávio Luiz. A doutrina do terceiro cúmplice: autonomia da vontade, o princípio da res inter alios acta, função social do contrato e a interferência alheia na execução dos negócios jurídicos. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 821, n. 93, p. 80-98, mar. 2004.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Princípio da Reparação Integral**: Indenização no Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCHIAVI, Mauro. Dano moral reflexo ou em ricochete decorrente da relação de trabalho. **Revista LTr legislação do trabalho. Suplemento trabalhista**, São Paulo. v. 44, n. 43, p. 213-5, 2008.

SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**: da erosão dos filtros à diluição dos danos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERO, Sérgio. **Os danos extrapatrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 1996.

SILVA, Rafael Peteffi da. **Responsabilidade civil pela perda de uma chance**: uma análise do direito comparado e brasileiro. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Rafael Peteffi da. Sistema de Justiça, Função Social do Contrato e a Indenização do Dano Reflexo ou por Ricochete. **Revista Sequência** (UFSC), Florianópolis, v. 63, p. 1-22, 2011.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade Civil Ambiental: As Dimensões do Dano Ambientais no Direito Brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

TEPEDINO, Gustavo (org.). **Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional**. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. A Evolução da Responsabilidade Civil no Direito Brasileiro e suas Controvérsias na Atividade Estatal. In: **Temas de Direito Civil**, Rio de Janeiro: Renovar, 2004, pp. 191-216.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o Nexo de Causalidade. In: TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. Tomo II. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. pp. 63-81.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos**. vol. 2. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Código civil interpretado**. São Paulo: Atlas, 2010.

VINEY, Geneviève. **Traité de Droit Civil**. La Responsabilité: conditions. Paris: L.G.D.J, 1982.

VINEY, Geneviève ; JOURDAIN, Patrice. **Traité de Droit Civil : les conditions de la responsabilité**. 2 ed. Paris : L.G.D.J, 1998.

## **Legislação e Enunciados**

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. Enunciados Aprovados da I Jornada de Direito Civil, 2002. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/enunciados/IJornada.pdf>> Acesso em: 10 /06/2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 10/03/2012.

\_\_\_\_\_. **Código Civil**. Lei n. 3.071 de 1º janeiro de 1916. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)> Acesso em: 01/08/2012.

\_\_\_\_\_. **Novo Código de Civil**. Lei n. 10.403 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acesso em: 06/12/2011.

FRANÇA. **Code Civil**. Version Consolidée au 2 juin 2012. Disponível em:  
<[http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do;jsessionid=542F9CADD4FD0EF537A6AD1AFF2A8A6F.tpdjo15v\\_1?cidTexte=LEGITEXT000006070721&dateTexte=20121015](http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do;jsessionid=542F9CADD4FD0EF537A6AD1AFF2A8A6F.tpdjo15v_1?cidTexte=LEGITEXT000006070721&dateTexte=20121015)> Acesso em: 13/10/2012.

PORTUGAL, **Código Civil**. Decreto-Lei n.º47344 de 25 de Novembro de 1966. Disponível em: <<http://www.confap.pt/docs/codcivil.PDF>>. Acesso em: 02/03/2012.

### **Decisões Judiciais**

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 753.512/RJ. Recorrentes Compagnie Nationale Air France e Dell'Arte Promoções Artísticas S/C LTDA e recorridos Compagnie Nationale Air France e Dell'Arte Promoções Artísticas S/C LTDA. Relator Ministro Luis Felipe Salomão. Brasília, 16 de março de 2010. Disponível em:  
<[https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200500857078&dt\\_publicacao=10/08/2010](https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200500857078&dt_publicacao=10/08/2010)> Acesso em: 20/09/2011.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 922.951/ RS. Recorrentes: Franklin Moreira Alves e União e Recorridos: Franklin Moreira Alves e União. Relator Ministro Luiz Fux. Brasília, 17 de dezembro de 2009. Disponível em:  
<[https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200700239740&dt\\_publicacao=10/02/2010](https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200700239740&dt_publicacao=10/02/2010)>. Acesso em: 20/09/2011.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.208.949/MG. Recorrente José Renato de Oliveira e recorrido Orlando Orsini e outros. Relatora Ministra Nancy Andriighi. Brasília, 07 de dezembro de 2010. Disponível em:  
<[https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=201001529113&dt\\_publicacao=15/12/2010](https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=201001529113&dt_publicacao=15/12/2010)>. Acesso em: 20/09/2011.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.041.715/ES. Recorrentes: Alberto Oenes Benevides Tayler; Recorrido: Viação Itapemirims S.A. Relator Ministro Massami Uyeda. Brasília, 06 de maio de 2008. Disponível em:  
<[https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/Abre\\_Documento.asp?sSeq=778535&sReg=200800618230&sData=20080613&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/Abre_Documento.asp?sSeq=778535&sReg=200800618230&sData=20080613&formato=PDF)>. Acesso em: 01/05/2012.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 878.941/DF. Recorrente: A.C.M.B; Recorrido: O. DE S. B. Relatora Ministra Nancy Andriighi. Brasília, 21 de agosto de 2007. Disponível em:  
<[https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/Abre\\_Documento.asp?sSeq=684503&sReg=200600862840&sData=20070917&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/Abre_Documento.asp?sSeq=684503&sReg=200600862840&sData=20070917&formato=PDF)>. Acesso em: 09/06/2012.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 530.602/MA. Recorrente: Sul América Aetna Seguros e Previdência S.A.; Recorrido: Antônio Benites de Paulo. Relator Ministro Castro Filho. Brasília, 29 de outubro de 2003. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre\\_Documento.asp?sSeq=438692&sReg=200300828231&sData=20031117&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=438692&sReg=200300828231&sData=20031117&formato=PDF)>. Acesso em: 19/06/2012.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 865.363/RJ. Recorrente: Transportes Paranapan S.A.; Recorrido: Ana Rodrigues da Silva e outros. Relator Ministro Aldir Passarinho Junior. Brasília, 21 de outubro de 2010. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre\\_Documento.asp?sSeq=1014973&sReg=200601469330&sData=20101111&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=1014973&sReg=200601469330&sData=20101111&formato=PDF)>. Acesso em: 20/07/2012.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 876.448/RJ. Recorrentes/recorridos: Luciana Gonçalves de Novaes e outro; Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA. Relator Ministro Sidnei Beneti. Brasília, 17 de junho de 2010. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre\\_Documento.asp?sSeq=943566&sReg=200601274702&sData=20100921&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=943566&sReg=200601274702&sData=20100921&formato=PDF)>. Acesso em: 06/08/2012.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 706.449/PR. Recorrente: Proquigel Química S.A.; Recorrido: Associação dos Moradores do Jardim Cristal e Jardim Marambaia. Relator Ministro Fernando Gonçalves. Brasília, 26 de maio de 2008. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre\\_Documento.asp?sSeq=785023&sReg=200401683508&sData=20080609&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=785023&sReg=200401683508&sData=20080609&formato=PDF)>. Acesso em: 08/08/2012.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. AgRg em Agravo de Instrumento n. 1.413.481/RJ. Agravante: VRG Linhas Áreas S.A.; Agravado: Adailton Ferreira Trindade e outros. Relator Ricardo Villas Bôas Cuebas. Brasília, 13 de março de 2012. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre\\_Documento.asp?sSeq=1129501&sReg=201100919007&sData=20120319&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=1129501&sReg=201100919007&sData=20120319&formato=PDF)>. Acesso em: 09/09/2012.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação cível n. 70027336155. Recorrentes Estado do Rio Grande do Sul e Rodney Guterro e recorrido Vilmar Rodrigues dos Santos. Relator Desembargador Jorge Alberto Schreiner Pestana. Porto Alegre, 26 de novembro de 2009. Disponível em:

<[http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=70027336155&tb=jurisnova&pesq=ementario&partialfields=%28TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%7CTipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica%29&requiredfields=&as\\_q=>](http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=70027336155&tb=jurisnova&pesq=ementario&partialfields=%28TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%7CTipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica%29&requiredfields=&as_q=>)>. Acesso em: 21/09/2011.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. Recurso Inominado n. 71001962273. Recorrente Rogério Andrade Rosa e recorrida: Kraft Foods Brasil S.A. Relator Juiz de Direito Jerson Moacir Gubert. Porto Alegre, 18 de junho de 2009. Disponível em:

[http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=71001962273&tb=jurisnova&pesq=ementario&partialfields=%28TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%7CTipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica%29&requiredfields=&as\\_q=>](http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=71001962273&tb=jurisnova&pesq=ementario&partialfields=%28TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%7CTipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica%29&requiredfields=&as_q=>). Acesso em: 21/09/2011.

SÃO PAULO, Tribunal de Justiça do Estado de. Apelação Cível n. 0000547-16.2010.8.26.0414, apelantes: Leonardo Ferreira dos Santos e João Batista dos Santos Júnior; apelados: ITAÚ Seguros Corporativos LTDA e ELEKTRO Eletricidade e Serviços S/A; Relator: João Pazine Neto. São Paulo, 14 de fevereiro de 2012. Disponível em: <[http://www.jusbrasil.com.br/filedown/dev6/files/JUS2/TJSP/IT/APL\\_5471620108260414\\_S P\\_1337040566651.pdf](http://www.jusbrasil.com.br/filedown/dev6/files/JUS2/TJSP/IT/APL_5471620108260414_S P_1337040566651.pdf)>. Acesso em: 15/09/2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. Apelação Cível n. 425.386.4/4-00. Apelante: Maria Cecília Barbosa Martins; Apelado: Clube de Regatas Santista. Relator Francisco Loureiro. São Paulo, 07 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=3170108>>. Acesso em: 03/03/2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. Apelação Cível n. 9203203-18.2009.8.26.0000. Apelantes: Hospital São Francisco LTDA e José Antonio Mansur Mendes; Apelados: Antonio Linhares Ataíde de Oliveira e Elizabete Linhares de Oliveira. Relator: James Siano. São Paulo, 14 de setembro de 2011. Disponível em: <[http://www.jusbrasil.com.br/filedown/dev5/files/JUS2/TJSP/IT/APL\\_9203203182009826\\_S P\\_1316988518201.pdf](http://www.jusbrasil.com.br/filedown/dev5/files/JUS2/TJSP/IT/APL_9203203182009826_S P_1316988518201.pdf)>. Acesso em: 03/04/2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. Apelação Cível n. 0159983312006. Apelante: Fazenda do Estado de São Paulo; Apelado: Associação de Ensino Marília LTDA. Relatora Constança Gonzaga. São Paulo, 26 de maio de 2011. Disponível em: <<http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=5156048&vlCaptcha=RJJSW>>. Acesso em: 10/06/2012.